



MARCO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

JULHO | 2024



Lista de Quadros

Quadro 1: Municípios no âmbito do subcomponente 3.3 – por Consórcio Intermunicipal

Quadro 2: Trechos Crema - Subcomponente 1.1

Quadro 3: Composição da UCP

Quadro 4: Enquadramento Legal

Quadro 5: NAS relevantes do Banco Mundial e correspondência com o quadro nacional

Quadro 6: Riscos e impactos associados a cada subcomponente do projeto e as respectivas medidas mitigadoras

Quadro 7: Lista de exclusão de atividades elegíveis do projeto

Quadro 8: Arranjos Institucionais

Quadro 9: Abordagem de Treinamento e Capacitação Proposta

Quadro 10: Eventos Engajamento e Participação (PEPI)

Lista de Figuras

Figura 1: Intervenções Planejadas do Programa

Figura 2: trecho iniciando na BR-116 em Nova Itarana- Planaltino (BA-026) – Maracás (BA-026/BA-130) – Sussuarana (BA-026/BA-047) – Anagé (BA-142/BA-407, onde encontra a BA-262)

Figura 3: Trecho entre a BR-116 – Serrinha-Conceição do Coité (BA-409) – Santaluz – Monte Santo (BA-120) – Euclides da Cunha (BA-220) e o trecho na BA-381 conectando com a BA-120 em Cansanção – Itiúba – Filadélfia

Figura 4: Trechos entre Barra e a BR-242 e da BR-242 até Jaborandi

Figura 5: Área de Intervenção dos contornos viários.

Figura 6: Mapa das áreas de intervenção nas estradas vicinais

Figura 7: Organograma da Seinfra

Figura 8: Mapa dos Territórios de Identidade

Figura 9: Municípios do Território de Identidade Baixo Sul

Figura 10: Municípios do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu

Figura 11: Municípios do Território de Identidade Chapada Diamantina

Figura 12: Municípios do Território de Identidade Sertão do São Francisco

Figura 13: Municípios do Território de Identidade Vale do Jequiriçá
Figura 14: Municípios do Território de Identidade Sertão Produtivo
Figura 15: Municípios do Território de Identidade Sudoeste Baiano
Figura 16: Municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II
Figura 17: Municípios do Território de Identidade Sisal
Figura 18: Municípios do Território de Identidade Velho Chico
Figura 19: Municípios do Território de Identidade Bacia do Rio Corrente
Figura 20: Recebimento, análise e aprovação dos projetos

Lista de Siglas e Abreviações

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BIM - Modelagem da Informação da Construção
BIRD - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear
CONAMA – Conselho Estadual do Meio Ambiente
CREMA – Contratos baseados no Desempenho para a Reabilitação e Manutenção de Estradas
DBM – Design Building and Maintenance
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
MPR - Marco Política Reassentamento
MGAS - Marco de Gestão Ambiental e Social
MGIR – Modelo de Gerenciamento de Informações e Reclamações
NAS - Normas Ambientais e Sociais
OIT - Organização Internacional do Trabalho
PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PCS - Plano de Comunicação Social
PGR - Programa de Gestão de Risco
PEA - Plano de Educação Ambiental
PEPI - Plano de Envolvimento das Partes Interessadas

PGRS - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PGMO - Procedimentos de Gestão de Mão de Obra
PMO - Plano de Manejo de Obras
PPI - Plano de Povos Indígenas
PPP – Parceria Público Privada
PRAD - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas -
PREMAR 1 - 1º Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias
PREMAR 2 - 2º Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias
PVS - Plano de Velocidade e Sinalização
QAS - Quadro Ambiental e Social
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEINFRA –Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia
SEPROMI – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente
UCP - Unidade de Coordenação do Projeto
VBG – Violência Baseada no Gênero

SUMÁRIO

1.0. RESUMO EXECUTIVO	6
2.0. INTRODUÇÃO.....	15
3.0. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	17
4.0. QUADRO REGULATÓRIO E POLÍTICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS APLICÁVEIS AO PROGRAMA.....	26
5.0. LINHA DE BASE AMBIENTAL E SOCIAL	58
5.1. Subcomponente 1.1; Subcomponente 1.2 e Subcomponente 3.2 – Manutenção Pró-Ativa (CREMA-DBM).....	58
5.2. Subcomponente 3.3: Melhoria do acesso rural em todas as estações do ano...	93
6.0. IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E MEDIDAS PADRÃO DE MITIGAÇÃO	113
6.1. Riscos Ambientais e Sociais associados às atividades de Assistência Técnica e Fortalecimento Institucional.....	137
7.0. PROCEDIMENTOS E ARRANJOS ORGANIZACIONAIS	139
8.0. ENGAJAMENTO, DIVULGAÇÃO E CONSULTAS DAS PARTES INTERESSADAS	154

Anexos

Anexo 1: Formulário Análise

Anexo 2: Estrutura dos Programas a serem elaborados pelas Construtoras

Anexo 3: Relatório de Progresso Ambiental e Social

Anexo 4: Publicização do MGAS

1.0. RESUMO EXECUTIVO

O Banco Mundial está apoiando a Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia – Seinfra/BA na implementação do Programa PRO-RODOVIAS. O objetivo principal desse Programa é ampliar o acesso a oportunidades econômicas para a população da Bahia mediante a melhora das condições de tráfego, segurança viária e resistência climática da malha rodoviária, aumentando a sustentabilidade da infraestrutura do Estado, conforme figura 1.



Figura 1: Intervenções Planejadas do Programa

O Programa se concentrará nas seguintes atividades:

1. Restauração e Manutenção de Corredores Estratégicos:

a) Restauração das Rodovias BA-026/142/250 entre a BR-116 - Planaltino Maracás - Suçuarana - Anagé (BA-262) Lajedo do Tabocal - Itiruçu - BR-116, com 332,39 km (figura 2);

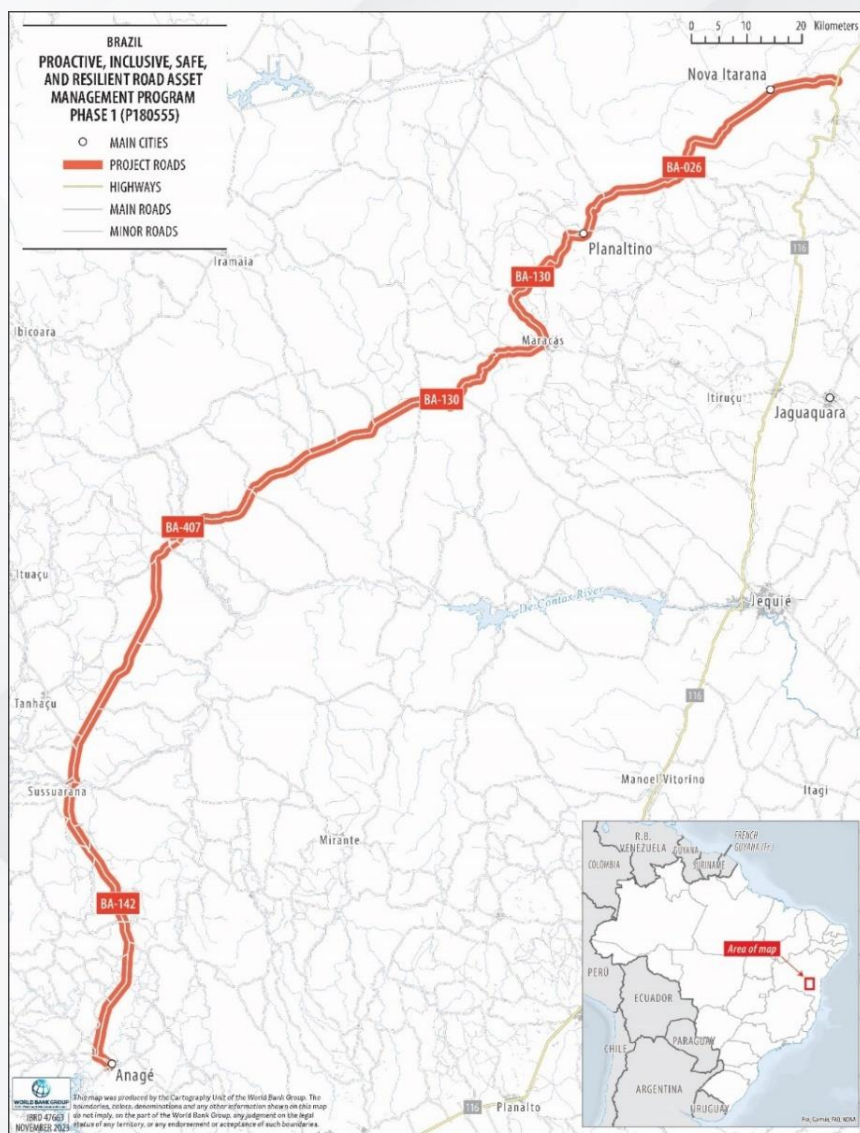


Figura 2: trecho iniciando na BR-116 em Nova Itarana- Planaltino (BA-026) – Maracás (BA-026/BA-130) – Sussuarana (BA-026/BA-047) – Anagé (BA-142/BA-407, onde encontra a BA-262).

b) Restauração das Rodovias BA-120/220/233/381/409 no trecho entre BR-116-Serrinha-Conceição Coité-Santa Luz - Monte Santo - Euclides da Cunha e Cansanção - Itiúba - Filadélfia (BR-407) com 314,86km (figura 3).



Figura 3: Trecho entre a BR-116 – Serrinha-Conceição do Coité (BA-409) – Santa Luz – Monte Santo (BA-120) – Euclides da Cunha (BA-220) e o trecho na BA-381 conectando com a BA-120 em Cansanção – Itiúba – Filadélfia.

c) Manutenção dos Contratos baseados no desempenho para a reabilitação e manutenção de estradas – Crema (figura 4).

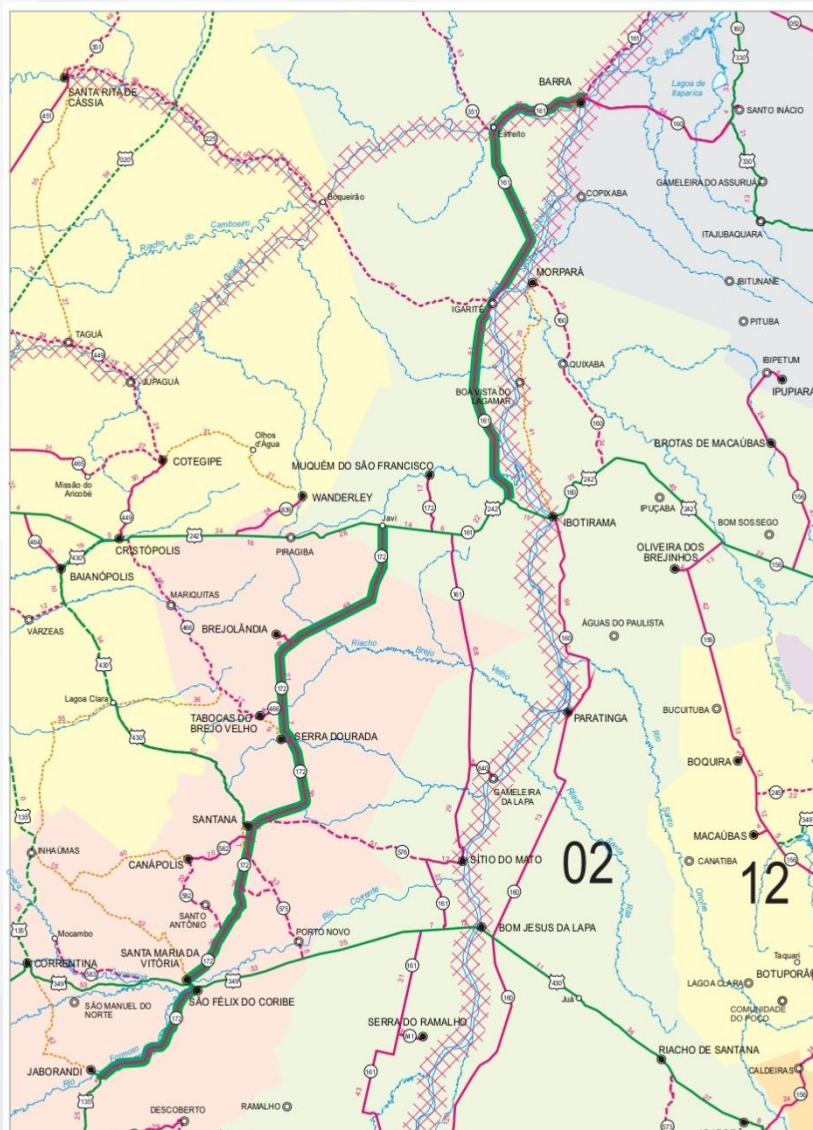


Figura 4: Trechos entre Barra e a BR-242 e da BR-242 até Jaborandi

2. Construção e Manutenção de Contornos Viários da BA-001:

Envolve os Municípios de Nazaré, Valença, Ituberá e Camamu, com um total aproximado de 30,10 km (figura 5).

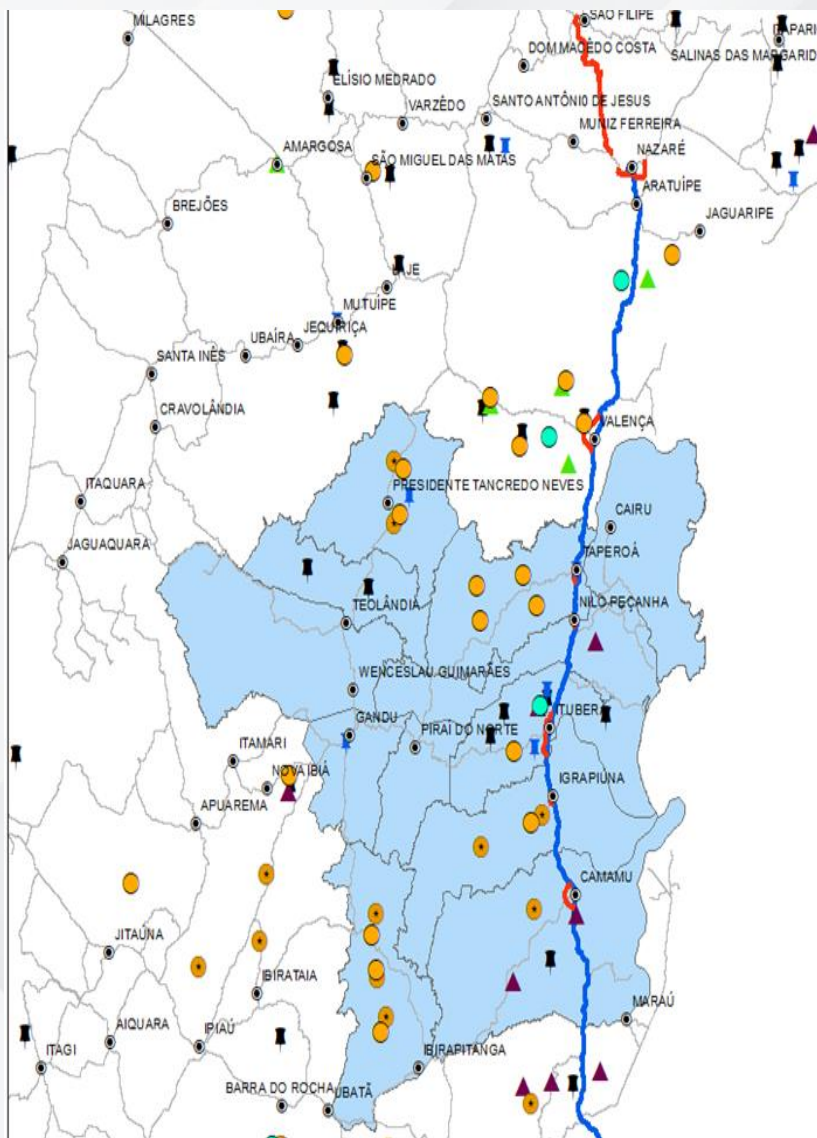


Figura 5: Área de Intervenção dos contornos viários.

3. Melhoramentos em estradas vicinais no Estado:

Serão realizadas obras para eliminar pontos críticos em estradas selecionadas na área rural de 52 municípios que fazem parte dos Consórcios Municipais da Chapada da Diamantina (região 3 da figura 6), do Sertão do São Francisco (região 10 da figura 6) e do Baixo Sul (região 6 da figura 6), adaptando a infraestrutura dessas estradas para a resiliência aos eventos climáticos adversos, o que envolverá:

- a) melhoria da drenagem das estradas, com a substituição de pontes de madeira pouco seguras por pontes de concreto padronizadas;
 - b) construção e/ou reconstrução de bueiros e drenagem longitudinal e
 - c) construção de passagens molhadas e eliminação de locais de atoleiro.
- Essas estradas serão identificadas por meio de um processo de participação ativa dos cidadãos dos municípios que compõem os consórcios intermunicipais do Baixo Sul, Chapada Diamantina e Sertão do São Francisco.

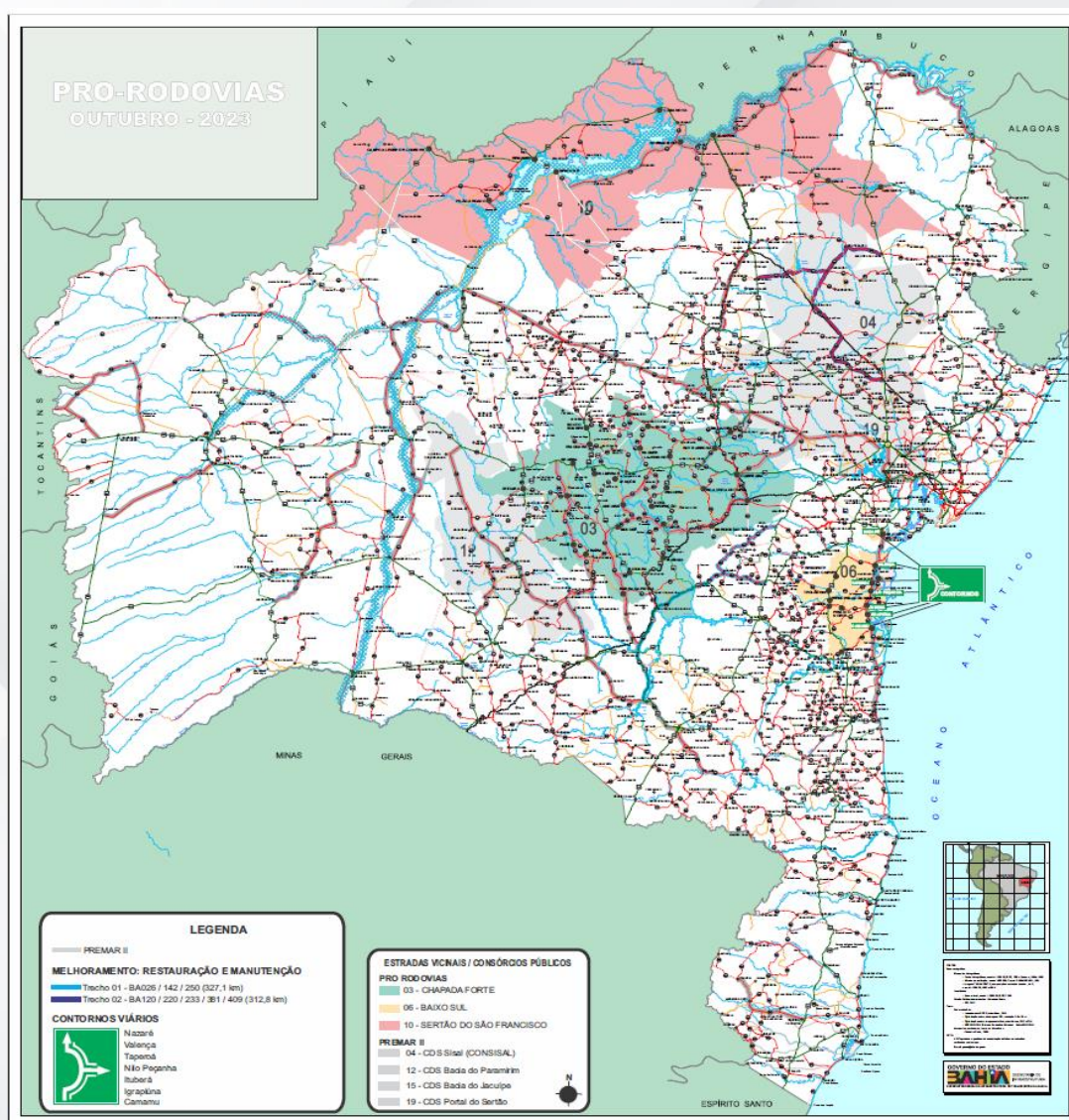


Figura 6: Mapa das áreas de intervenção nas estradas vicinais

Para realizar essas ações, o Programa foi estruturado em quatro componentes:

Componente 1 - Manutenção proativa com modelo CREMA de longo prazo (8 a 25 anos) usando contratos baseados em desempenho (PBCs);

Componente 2 - Fortalecimento institucional para a sustentabilidade da gestão de ativos rodoviários, segurança rodoviária, resiliência climática, inclusão social e descarbonização da logística;

Componente 3 - Melhoria de estradas estaduais e municipais não pavimentadas selecionadas e outras infraestruturas de transportes;

Componente 4 - Gerenciamento do projeto.

Este documento, conhecido como Marco de Gestão Ambiental e Social -MGAS, foi desenvolvido com o propósito de identificar os potenciais riscos e impactos ambientais e sociais associados às atividades contempladas em todos os componentes do Programa- exceto no subcomponente 3.1, do componente 3 - assim como propor medidas de gestão adequadas para gerir os riscos e impactos inerentes a essas atividades, conforme Quadro 6 - Riscos e impactos associados a cada subcomponente do projeto e as respectivas medidas mitigadoras, apresentado nas páginas 115 a 125 deste relatório. Para o subcomponente 3.1 (Construção de contornos ao longo de corredores viários estatais logísticos selecionados), do componente 3, será realizada uma Avaliação de Impacto Ambiental e Social do Nível de Viabilidade (FLESIA). O objetivo do FLESIA é realizar uma avaliação abrangente dos potenciais riscos e impactos dos Projetos de Contorno Rodoviários nos municípios selecionados ao longo da BA-001, indicando os processos futuros para avaliar com maior detalhe os impactos diretos e indiretos das intervenções, garantir o cumprimento das regulamentações sociais e ambientais e considerar os instrumentos necessários na avaliação de traçados e alternativas, bem como no planejamento e execução dos Projetos para atender às diretrizes do Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial. O MGAS também identifica as leis e regulamentos nacionais e estaduais, bem como as políticas do Banco Mundial aplicáveis ao Programa, que descrevem os princípios, abordagens, arranjos de implementação e medidas de mitigação ambiental e social a serem seguidas.

Os riscos associados serão gerenciados e mitigados por meio da implementação de diversos planos, elaborados pelas empresas contratadas, conforme definido no Quadro 6, em consonância com as NAS do Banco Mundial e a legislação estadual e federal aplicáveis, apresentadas no Quadro 5.

O Estado da Bahia será o mutuário do programa, representado por sua Secretaria de Infraestrutura - Seinfra tendo como fiador, a República Federativa do Brasil.

A Unidade de Coordenação do Programa - UCP, diretamente subordinada à Secretaria de Infraestrutura, será responsável pela execução e coordenação do programa, com as seguintes funções:

- Executar a gestão do programa, incluindo a interação com o Banco;
- Assegurar a implementação do programa em conformidade com as disposições dos documentos jurídicos;
- Supervisionar o cumprimento das atividades do programa dentro do cronograma, identificando as questões no início do programa e propondo maneiras de resolvê-las;
- Coordenar todas as atividades técnicas, fiduciárias, assim como o cumprimento das normas ambientais e sociais relacionadas à implementação do programa.

O monitoramento das atividades ambientais e sociais nas obras será realizado por uma equipe multidisciplinar composta por um especialista socioambiental sênior, um especialista ambiental sênior, um especialista em comunicação social júnior, uma Supervisora Socioambiental e o Fiscal da Obra (Seinfra).

Essa equipe, munida das Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial e outros documentos orientadores, supervisionará os procedimentos socioambientais em cada fase da obra. A Supervisora Socioambiental, em colaboração com os Especialistas e o Fiscal de Obra, atuará diariamente para assegurar a adoção das boas práticas socioambientais nos canteiros de obras, alojamentos, usinas e demais áreas relevantes. Isso inclui orientar, esclarecer dúvidas, participar de diálogos, fornecer treinamento e apoiar as equipes para garantir a efetiva implementação dos procedimentos.

O Fiscal da Obra, como parte integrante da equipe, será responsável por monitorar a implementação dos procedimentos socioambientais, entre outras funções, garantindo

o envolvimento de todos, atentando para as não conformidades, ajudando na solução de conflitos e dando total apoio aos Especialistas e à Supervisora.

Um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas - PEPI foi preparado para o Programa com base na Norma Ambiental e Social 10 do Banco Mundial sobre o Engajamento das Partes Interessadas. O PEPI pode ser encontrado aqui: [fornecer link de divulgação para o PEPI].

2.0. INTRODUÇÃO

Este Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS foi desenvolvido para apoiar o processo de avaliação ambiental e social das atividades financiadas pelo Banco Mundial no âmbito do Programa de Manutenção Proativa, Segura e Resiliente das Rodovias do Estado da Bahia – Pro-Rodovias. O principal objetivo do MGAS é avaliar e mitigar os potenciais riscos e impactos ambientais e sociais negativos gerados durante a implementação do Programa, em conformidade com os princípios e requisitos da Norma Ambiental e Social 1 - NAS1: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais – do Quadro Ambiental e Social – QAS do Banco Mundial, bem como às leis e regulamentos nacionais e estaduais.

Os demais objetivos do MGAS são:

- (a) identificar e avaliar os potenciais riscos e impactos ambientais e sociais dos projetos propostos e recomendar medidas de mitigação;
- (b) estabelecer procedimentos para o acompanhamento ambiental e social, revisão, aprovação e implementação de atividades;
- (c) definir funções e responsabilidades apropriadas e delinear os procedimentos necessários para a gestão e monitoramento de questões ambientais e sociais relacionadas às atividades;
- (d) identificar as necessidades de formação e capacitação para garantir a implementação, com êxito, das disposições do MGAS;
- (e) abordar os mecanismos de consulta pública e divulgação de documentos de projetos, bem como a reparação de possíveis queixas; e
- (f) estabelecer os requisitos orçamentais para a implementação do MGAS.

Este documento deve ser lido em conjunto com outros planos preparados para o programa, incluindo o Plano de Envolvimento das Partes Interessadas - Pepi, o Marco

da Política de Reassentamento – MPR, o Plano de Povos Indígenas - PPI, os Procedimentos de Gestão de Mão de Obra - PGMO, e visa atender a execução de todos os componentes e subcomponentes do Programa, com exceção do **subcomponente 3.1** que diz respeito à Construção de Contornos Viários ao longo dos corredores logísticos do estado. Nesse caso, será realizada uma Avaliação de Impactos Sociais e Ambientais – Etapa de viabilidade - Flesia.

O Programa Pro-Rodovias apoiará ações que visam melhorar o acesso a oportunidades econômicas para a população da Bahia mediante a melhora das condições de tráfego, segurança viária e resistência climática da malha rodoviária, aumentando a sustentabilidade da infraestrutura do estado da Bahia.

Criada em 1998, após a extinção da Secretaria de Energia, Transportes e Comunicação e da Secretaria de Recursos Hídricos, a Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia - Seinfra é responsável pela implementação das atividades do Programa. Fazem parte de sua estrutura três Superintendências: 1. Superintendência de Energia e Comunicações – Supec, 2. Superintendência de Planejamento em Logística de Transportes e Intermodalismo – Suplog 3. Superintendência de Infraestrutura de Transportes –SIT (figura 7).

Por meio delas, a Seinfra, entre outras funções, desenvolve estudos de intermodalidade e realiza gestão junto a órgãos e entidades públicas e privadas, objetivando a manutenção, expansão e modernização da infraestrutura de transportes do Estado, compatibilizando com os programas de proteção ambiental, estadual e federal e também é responsável por construir, manter e conservar as estradas estaduais, federais delegadas, bem como acessos.

A Seinfra já possui experiência na execução de Programas financiados com recursos do Banco Mundial que resultaram em benefícios diretos para os cidadãos, tais como Premar 1 e Premar 2.

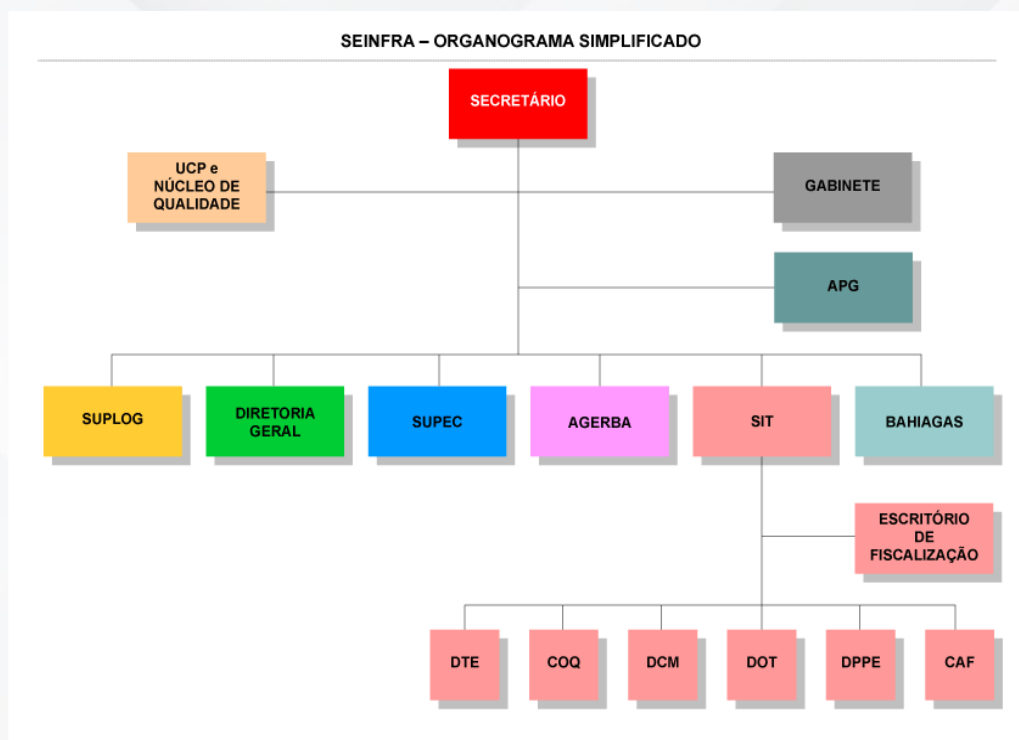


Figura 7 - Organograma da Seinfra

3.0. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

O Programa de Manutenção Proativa e Resiliência das Rodovias do Estado da Bahia – Pró-Rodovias visa ampliar o acesso a oportunidades econômicas para a população da Bahia mediante a melhora das condições de tráfego, segurança viária e resistência climática da malha rodoviária, aumentando a sustentabilidade da infraestrutura do estado. O Programa visa, ao mesmo tempo, garantir as metas de responsabilidade fiscal pública e impulsionar a economia do estado da Bahia, com a criação de novos mercados para o setor privado, incluindo potenciais novos negócios para concessionárias, consultoras e construtoras de rodovias, criando empregos nas áreas rurais e gerando um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico, que agilizará a inovação tecnológica e a criação de empregos.

O Programa possui 04 componentes com seus subcomponentes, que compõe os eixos de atuação, conforme descrição a seguir:

Componente 1 - Manutenção proativa com modelo CREMA de longo prazo (8 a 25 anos) usando contratos baseados em desempenho (PBCs). Esse é o principal

componente do projeto e inclui dois subcomponentes que separam o uso das modalidades CREMA-DBM¹ e CREMA-PPP².

Subcomponente 1.1 – Manutenção Pró-Ativa (CREMA-DBM): Contratos de gestão rodoviária de longo prazo baseados no desempenho para corredores rodoviários estaduais, com considerações de resiliência e segurança rodoviária. O subcomponente consistirá na implementação de PBCs de longo prazo ao longo de 650 km de estradas estaduais, incluindo o desenho da solução deixada ao empreiteiro. As estradas selecionadas são fornecidas no Quadro 2 e mostradas nos mapas apresentados nas figuras 2, 3 e 4. Um total de 350 km pertencem à segunda categoria de estradas: foram cobertas por contratos CREMA no âmbito do PREMAR 2 e o Projeto garantirá continuidade da cobertura dessas infra-estruturas. Além disso, serão visadas melhorias na segurança rodoviária, especialmente nas zonas urbanas e na resiliência aos fenômenos climáticos.

Subcomponente 1.2 – CREMA-PPP: lançamento de CREMA de longo prazo com mais de 20 anos usando o regulamento PPP em estradas estaduais selecionadas, com considerações de resiliência e segurança viária a serem estruturadas durante a implementação do projeto, com base no modelo BA-052. Este subcomponente cobrirá os custos de modelagem de três PPPs – que serão implementadas com um contrato de PPP de 20 ou 25 anos.

Os contratos sob esse componente exigirão mecanismos de prevenção de Violência Baseada em Gênero (VBG) e treinamento para funcionários para evitar o assédio sexual no campo. Além disso, apoiará a contratação de mulheres e de alguns grupos específicos em situação de vulnerabilidade no setor de construção para as diferentes fases do contrato - projeto, reabilitação e manutenção. Além disso, os contratos terão requisitos para garantir Planos de Resposta de Emergência de Gerenciamento de Risco de Desastres durante a Reabilitação e a Manutenção para reforçar a resiliência,

¹ CREMA-DBM definem a contratos de 8 a 10 anos de duração com contratação integrada de projeto, obra e manutenção com pagamento por parte do Estado ao longo da obra e da manutenção, esta em base ao cumprimento de indicadores de desempenho previamente publicados. Baseados na Lei de Contratação Pública.

² CREMA-PPP definem a contratos de 15 a 25 anos de duração com contratação integrada de projeto, obra e manutenção com financiamento da obra de recuperação por parte do concessionário e posterior pagamento por parte do Estado ao longo da fase de manutenção, esta em base ao cumprimento de indicadores de desempenho previamente publicados. Segue a Lei de PPPs.

além da melhoria da drenagem feita durante a reabilitação e a manutenção de longo prazo com pagamentos mais altos.

Componente 2 - Fortalecimento institucional para a sustentabilidade da gestão de ativos rodoviários, segurança rodoviária, resiliência climática, inclusão social e descarbonização da logística. Esse componente se baseará nas atividades de fortalecimento institucional do PREMAR 2 da SEINFRA, articuladas em torno de cinco focos: (i) *Gestão sustentável da rede rodoviária do Estado*; (ii) *Segurança rodoviária*; (iii) *Atividades de resiliência climática*; (iv) *Descarbonização da logística e mobilidade, e transição digital*; e (v) *Inclusão social e gênero*.

Componente 3: Melhoria de estradas estaduais e municipais não pavimentadas selecionadas e outras infraestruturas de transportes.

i) Subcomponente 3.1: Contornos ao longo corredores logísticos do estado.

Este subcomponente inclui:

(1) Projetar (em um único contrato) os contornos de sete assentamentos urbanos ao longo da rodovia BA-001, incluindo Nazaré, Camamu, Valença, Taperoá, Igrapiúna, Ituberá e Nilo Peçanha. O projeto incluirá a avaliação dos possíveis impactos ambientais e sociais e proporá alternativas para mitigar o impacto ambiental e social de acordo com o Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial.

(2) Contratar consultoria para as obras e a supervisão ambiental e social. O projeto incorporará recursos de resiliência e segurança viária, mas também medidas para mitigar o impacto ambiental - com foco especial na redução do impacto sobre a Mata Atlântica e os ecossistemas de mangue.

(3) Construir pelo menos três desses contornos nas cidades mais congestionadas e inseguras (em uma perspectiva de segurança viária): Valença, Nazaré, Ituberá e Camamu. Esses desvios serão ligados à BA-001, que pode ser potencialmente concessionada no futuro como PPP. Os processos e as técnicas de construção deverão ser os mais amigáveis possíveis para o meio ambiente mitigando ao máximo os impactos aos habitats naturais.

ii) Subcomponente 3.2: Melhorias de segurança viária ao longo dos corredores rodoviários estaduais urbanizados. Este subcomponente eliminará pontos perigosos ao longo da BA-001 construindo uma pista de caminhada/ciclismo ao longo da estrada, juntamente com melhorias na drenagem longitudinal. Intervenções para

melhoria da acessibilidade universal, segurança viária e resiliência climática, como ruas completas onde pedestres e ciclistas têm prioridade, cruzamentos elevados, ciclovias, calçadas, iluminação, semáforos e trechos urbanos renovados serão construídos nas áreas urbanas assim que os contornos estejam abertos.

iii) Subcomponente 3.3: Melhoria do acesso rural em todas as estações do ano.

Este subcomponente financiará obras civis em 3 áreas selecionadas do estado da Bahia (consórcios Sertão do São Francisco, Chapada Forte e Baixo Sul) para eliminar pontos críticos e perigosos em estradas selecionadas pelos moradores dos 52 municípios contemplados, tornando a infraestrutura rodoviária resiliente a eventos climáticos extremos. Este subcomponente apoia um processo de consulta pública no qual as rodovias selecionadas em cada município consideram questões de gênero.

As atividades do subcomponente incluirão (i) intervenções em pontes, tais como melhoria da drenagem, substituição de pontes de madeira inseguras por pontes de concreto padronizadas, reparo de defeitos em elementos de concreto, alvenaria ou aço, substituição de juntas ou rolamentos etc.; (ii) intervenções em bueiros, tais como construção e/ou reconstrução de bueiros e drenagem longitudinal/valas; (iii) construção de passagens molhadas e eliminação de atoleiros; e (iv) intervenções em taludes e áreas íngremes. No total, estima-se que serão melhorados cerca de 600 pontos críticos de vulnerabilidade. Os critérios de prioridade para a seleção de estradas são aumentar o acesso a serviços (saúde e educação) - como estradas usadas por ônibus escolares, mercados (especialmente para agricultores que se beneficiam do projeto de agricultura do parceiro), para comunidades tradicionais e indígenas e estradas selecionadas por mulheres, entre outros.

Componente 4 - Gerenciamento do projeto. Esse componente apoiará a gestão e a coordenação do projeto. Ele financiará os custos operacionais da Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), consultorias e outros custos necessários para a implementação do projeto. Esse componente se concentrará no apoio à gestão do projeto, com um consultor de gestão de projetos com perfis técnicos, sociais, ambientais e de aquisições para avançar na preparação dos documentos necessários até a aprovação do financiamento.

O Subcomponente 3.3 engloba uma ampla quantidade de projetos com atividades específicas que deverão ser executadas nos municípios que fazem parte dos consórcios intermunicipais de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina-CIDCD-Chapada Forte (3), do Desenvolvimento Sustentável do Território do Sertão do São Francisco – Contesf (10) da APA do Pratigi – Ciapra – Baixo Sul (6), de acordo com o Mapa das áreas de intervenção nas estradas vicinais (Figura 6). Serão realizadas obras de melhoria das estradas rurais de 52 municípios-alvo listados no Quadro 1, a seguir:

Consórcio APA do Pratigi – Ciapra– Baixo Sul 14 municípios		Consórcio Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina-CIDCD- Chapada Forte 28 municípios				Consórcio Desenvolvimento Sustentável do Território do Sertão do São Francisco - Contesf 10 municípios	
Municípios	Territ Ident	Municípios	Territ Ident	Municípios	Territ Ident	Municípios	Territ Ident
1-Aratuípe	Território de Identidade BAIXO SUL	1-Abaíra	Território de Identidade CHAPADA DIAMANTINA	16-Piatã	Território de Identidade CHAPADA DIAMANTINA	1-Campo Alegre de Lourdes	Território de Identidade SERTÃO DO SÃO FRANCISCO
2-Cairú		2-Andaraí		17-Seabra		2-Canudos	
3-Camamu		3-Barra da Estiva		18-Souto Soares		3-Casa Nova	
4-Gandu		4-Boninal		19-Utinga		4-Curaçá	
5-Ibirapitanga		5-Bonito		20- Wagner		5-Juazeiro	
6-Igrapiúna		6-Ibicoara				6-Pilão Arcado	
7-Ituberá		7-Ibitiara				7-Remanso	
8-Nilo Peçanha		8-Iramaia		1-Boa Vista do Tupim	Território de Identidade PIEMONTE DO PARAGUAÇU	8-Sento-Sé	
9-Pirai do Norte		9-Iraquara		2-Iaçu		9-Sobradinho	
10-Presidente Tancredo Neves		10-Itaetê		3-Itaberaba		10-Uauá	
11-Taperoá		11-Lençóis		4-Ibiquera			
12-Teolândia		12-Marcionílio Souza		5-Lajedinho			
13-Valença		13-Mucugê		6-Macajuba			
14-Wenceslau Guimarães		14-Nova Redenção		7-Piritiba			
		15-Palmeiras		8-Ruy Barbosa			

Quadro 1: Municípios no âmbito do subcomponente 3.3 – por Consórcio Intermunicipal

Sobre o Quadro 1 acima, entendendo que o Estado da Bahia se encontra dividido administrativa e territorialmente em 27 Territórios de Identidade, torna-se importante esclarecer que:

O **Consórcio APA do Pratigi – Ciapra – Baixo Sul** inclui 14 dos 15 municípios do Território de Identidade Baixo Sul (Jaguaribe não faz parte do Consórcio).

O **Consórcio intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina-CIDCD-Chapada Forte** é composto por 8 (oito), dos 13 municípios que pertencem ao Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu e 20, dos 24 municípios do Território de Identidade Chapada Diamantina.

O **Consórcio intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sertão do São Francisco – Contesf** é composto pelos 10 municípios do Território de Identidade Sertão do São Francisco.

O **Subcomponente 1.1** realizará obras de restauração e manutenção dos corredores viários nos trechos a seguir:

- a. Rodovia BA-026/142/250 entre a BR-116 - Planaltino Maracás - Sussuarana - Anagé (BA-262) Lajedo do Tabocal Itiruçu - BR-116, com 322,54km, conforme Quadro 2 a seguir (Trechos inseridos nos Territórios de Identidade nº 03, 09, 13 e 20 – figura 8).
- b. Rodovias BA-120/220/233/381/409 no trecho entre BR-116-Serrinha-Conceição do Coité-Santa Luz - Monte Santo - Euclides da Cunha e Cansanção - Itiúba - Filadélfia (BR-407) com 313,31 km conforme Quadro nº 3 a seguir (Trechos inseridos nos Territórios de Identidade nº 17 e 04 –figura 8);

No **subcomponente 1.1** também estão incluídos contratos adicionais baseados em desempenho para a gestão de estradas que receberam contratos do Crema no âmbito do Premar II, conforme Quadro 2 abaixo:

NUMERO PROJETO	RODOVIA	INÍCIO	FIM	EXT. (km)
1	BA-233/120/409	ENTR BR 116(B)/ BA 411(SERRINHA)	ENTR BR 349(A)/BA 120(CONCEIÇÃO DO COITÉ)	36.226
2	BA-120	ENTR BR 349(A)/ENTR BA 409 (C. DO COITÉ)	ENTR BA 416 (VALENTE)	26.530
3	BA-120	ENTR BA 416 (VALENTE)	ENTR BA 413 (QUEIMADAS)	62.216
4	BA-120	ENTR BA 413 (QUEIMADAS)	ENTR BA 120 (FIM DO SEMIANEL DE CANSANÇÃO)	76.366
5	BA-220	ENTR BA 120(A) (MONTE SANTO)	ENTR BR 116 (A)(EUCLIDES DA CUNHA)	38.668
6	BA-381	ENTR BA 120(CANSANÇÃO)	ENTR BR 407(A)(PROX. FILADÉLFIA)	74.852
SUB-TOTAL BA-120-220-381-SERRINHA-EUCLIDES-BR-407				314.858
7	BA-026	ENTR BR 116 (B)	ENTR BA 250 (MARACÁS)/ENTR BA 893 (AC. BANANEIRAS)	89.867
8	BA-026	ENTR BA 250 (MARACÁS)/ENTR BA 893 (AC. BANANEIRAS)	ENTR BR 407(A) /BA 131(CONTENDAS DO SINCORÁ)	83.035
9	BA-026	ENTR BR 407(A) /BA 131(CONTENDAS DO SINCORÁ)	ENTR BR 030(A) (PRÓX.SUSSUARANA)	59.259
10	BA-026/142	ENTR BR 030(A) (PRÓX.SUSSUARANA)	ENTR BR 407 (B) / ENTR BA 262(PROX. ANAGÉ)	53.853
11	BA-250	ENTR BR 116(B)(P/ITIRUÇU)	ENTR BA 026/BA 130/ BA 893 (MARACÁS)	46.373
SUB-TOTAL BA-026/142/250-ENTR.BR-116 - MARACÁS - SUSSUARANA - ANAJÉ				332.387
12	BA-161	ENTR BR 330(A)/BA 160 (BARRA)	ENTR BR 242(A)	148.549
13	BA-172	BA 172 (km 262,0)	ENTR BA 466 (AC. TABOCAS DO BREJO VELHO)	77.193
14	BA-172	ENTR BA 466 (AC. TABOCAS DO BREJO VELHO)	ENTR BR 430(A)/BA 576 (P/SÍTIO DO MATO)	40.046
15	BA-172	ENTR BR 430(A)/BA 576 (P/SÍTIO DO MATO)	ENTR BR 349(A) (SANTA MARIA DA VITÓRIA)	57.656
16	BA-172	ENTR BR 349 (B)(PROX. SÃO FELIX DO CORIBE/ TRV RIO CORRENTE) -	ENTR. BR 135 (AC.JABORANDI)	43.493
SUB-TOTAL BA-160/172 -BARRA - BR-242-SANTA MARIA DA VIRÓRIA - JABORANDI				366.937

Quadro 2: Trechos Crema - Subcomponente 1.1

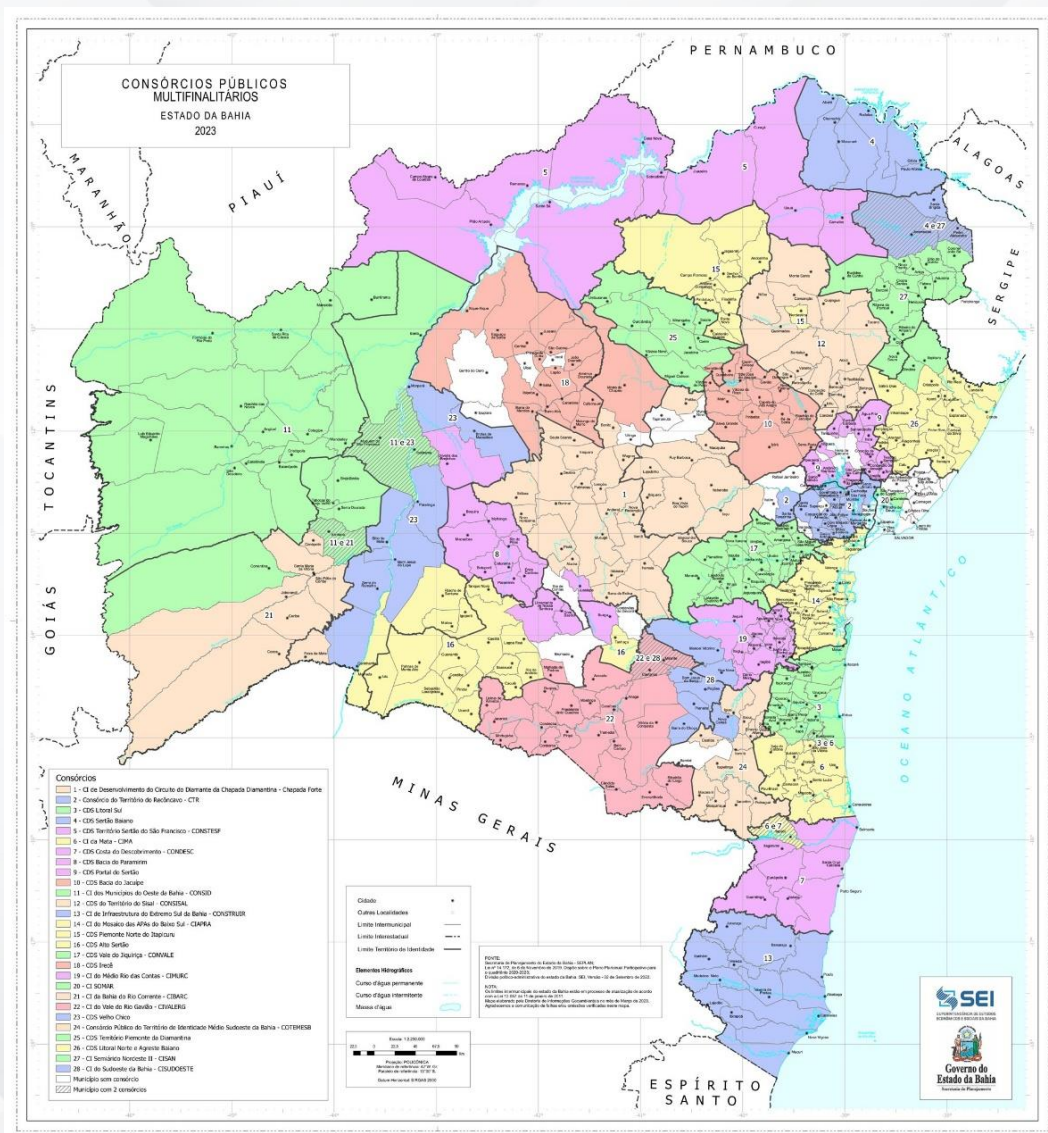


Figura 8: Mapa dos Territórios de Identidade

A Secretaria de Infraestrutura do Estado, por meio da Unidade de Coordenação de Programas - UCP, coordenará as atividades do programa, incluindo a execução, coordenação, supervisão e gestão geral das atividades do programa no dia a dia.

EQUIPE	ÁREA DE ATUAÇÃO NO PRO-RODOVIAS
Coordenação Geral	Planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação das ações definidas para o Pro-Rodovias; Interlocução com o BIRD e demais áreas participantes do Programa, assegurando o cumprimento dos objetivos e o alcance dos resultados previstos.

Gerenciamento Financeiro	Acompanhamento dos pagamentos, monitoramento dos cronogramas, elaboração dos relatórios financeiros, encaminhamentos dos pedidos de reembolso e controle das informações físico-financeiras, de modo a responder prontamente sobre a situação das obras e serviços à Coordenação Geral, aos financiadores e aos auditores independentes.
Gerenciamento das Licitações	Elaboração dos documentos de aquisição, adequação das contratações aos modelos adotados pelo BIRD, acompanhamento, assessoramento e controle das contratações, interlocução com o banco e Procuradoria Geral do Estado sobre questões relacionadas aos processos de compras quando necessário.
Gerenciamento de vicinais e segurança viária	Acompanhamento e monitoramento das atividades pertinentes ao subcomponente vicinais, bem como das atividades relacionadas à melhoria da segurança viária, promovendo a relação entre a unidade executora e a UCP.
Assessoria de Gestão e Monitoramento	Assessoramento à Coordenação Geral nos assuntos relacionados ao acompanhamento do programa, processos de monitoramento e avaliação, além de coordenar a elaboração dos relatórios de progresso e conclusão do Programa, dentre outros documentos periódicos, em conformidade com as diretrizes do BIRD. Manter atualizados o plano de aquisições, a matriz de indicadores estratégicos e o MOP.
Coordenação de Obras Viárias	Assessorar a UCP na elaboração dos documentos necessários às contratações relacionadas ao respectivo componente, incluindo aspectos de qualificação técnica em Editais de Licitação e Termos de Referência, Especificações Técnicas, Orçamentos e minutas de Contrato. Acompanhamento e monitoramento das atividades relacionadas aos investimentos nos trechos rodoviários estaduais. Promover a relação entre a unidade executora e a UCP. Elaborar relatórios gerenciais de acompanhamento e de controle das atividades do componente.
EQUIPE	ÁREA DE ATUAÇÃO NO PRO-RODOVIAS
Coordenação de Estudos e Planos	Assessorar a Coordenação Geral nos assuntos relacionados ao fortalecimento institucional do setor logístico. Acompanhar as atividades que versem sobre avaliação de impacto, estudos de viabilidade, diagnósticos e elaboração de projetos para o desenvolvimento de setores estratégicos.
Apoio à gestão do STEP	Apoiar a Coordenação de Aquisições através da alimentação e atualização de informações e documentos referentes às atividades contidas no Plano de Aquisições no Sistema de Acompanhamento em Aquisições do BIRD (STEP).
Apoio administrativo	Fornecer suporte administrativo aos membros da UCP nas ações inerentes ao Programa.

Quadro 3 – Composição da UCP

4.0. QUADRO REGULATÓRIO E POLÍTICAS AMBIENTAIS E SOCIAIS APLICÁVEIS AO PROGRAMA

4.1. Quadro legal (nacional e estadual) aplicável ao programa

O Quadro a seguir apresenta as políticas, leis e regulamentos nacionais e estaduais relevantes e diretamente aplicáveis aos riscos e impactos ambientais e sociais das atividades do programa.

Item	Descrição da atividade principal	Descrição das atividades correlatas	Riscos e Impactos relacionados	Legislação Aplicável
01	Implantação do canteiro de obras e escritório da usina de asfalto	Supressão vegetal, escavação, implantação de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, drenagem de águas pluviais	Perda da biodiversidade, erosão, deposição inadequada de efluentes líquidos, contaminação de corpos hídricos, disposição de água não potável para trabalhadores, risco de choque elétrico, empoçamento de águas pluviais	Decreto Nº 24643/34 – Decreta o Código das Águas; Lei Nº 9433/97 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Resolução CONAMA Nº 230/97 – Critérios e procedimentos utilizados no Licenciamento Ambiental; Lei Estadual nº 11.612, de 08/10/2009 - dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos; NBR 7229 - Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos; Lei Estadual nº 10.431, de 20/12/2006 - institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia; DNIT 070-PRO - Condicionantes ambientais das áreas de uso de obras – Procedimento; NR 18 – Segurança e saúde no trabalho na indústria da Construção Civil; Lei 12651 de 2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Código Florestal); Resolução CONAMA Nº 430 de 2011 - Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes; Lei Estadual nº 11.172, de 01/12/2008 - Institui a Política Estadual de Saneamento Básico; DNIT 408/2020 - Canteiro de obra padrão para diversos tipos de empreendimentos rodoviários; DNIT 072/2006–ES -

				Tratamento ambiental de áreas de uso de obras e do passivo ambiental de áreas íngremes ou de difícil acesso pelo processo de revegetação herbácea - Especificação de serviço
		Implantação de coleta e disposição de resíduos sólidos e resíduos da construção civil	Disposição irregular dos resíduos sólidos, contaminação de área, proliferação de vetores causadores de doenças, atração de insetos animais para os lixões	Lei Federal Nº 12.305/10 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; Resolução CONAMA nº 307 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil; Lei nº 12932 de 2014 – Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos
02	Implantação de caminhos de serviço e vias de acesso	Supressão vegetal	Desmatamento, erosão do solo, perda da biodiversidade	Lei Estadual n.º 10.431, de 20 de dezembro - Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia; Lei 12651 de 2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Código Florestal)
03	Implantação da Usina de Asfalto	Lavagem de máquinas e veículos	Assoreamento de corpos hídricos, se estiverem próximos, Contaminação do solo / lençol freático / corpos hídricos	Decreto Nº 24643/34 – Decreta o Código das Águas; Lei Nº 9433/97 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei estadual nº 11.612, de 08/10/2009 - dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Lei estadual nº 10.431, de 20/12/2006 - institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia; Lei 12651 de 2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Código Florestal); DNIT 072/2006-ES - Tratamento ambiental de áreas de uso de obras e do passivo ambiental de áreas íngremes ou

				de difícil acesso pelo processo de revegetação herbácea - Especificação de serviço
		Instalação dos tanques de CAP e de GLP e estocagem do produto final	Contaminação do solo / do lençol freático, explosão	NBR 17505 - estabelece os requisitos exigíveis para os projetos de instalações de armazenamento, manuseio e uso de líquidos inflamáveis e combustíveis; DNER PRO 015/94 - fixa os procedimentos a serem adotados na inspeção de usinas para misturas betuminosas; INSTRUÇÃO TÉCNICA N.º 32/2021 - Produtos perigosos em edificações e áreas de risco (Corpo de Bombeiros Militar do Estado da Bahia); NR 20 - Combustíveis Líquidos e Inflamáveis; Resolução CONAMA nº 420/2009 – Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas; NBR 15.515:2011 – Passivo Ambiental em Solo e Água Subterrânea; NBR 12235 - Armazenamento de resíduos sólidos perigosos;
		Implantação separador água / óleo	Contaminação do solo / lençol freático / corpos hídricos	Resolução CONAMA nº 362/2005 - Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado
		Captação de água	Alteração temporária da qualidade das águas superficiais devido ao ponto de captação, redução do volume	Decreto Nº 24643/34 – Decreta o Código das Águas; Lei Nº 9433/97 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei estadual nº 11.612, de 08/10/2009 - dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos

			dos corpos hídricos, impactos na biota aquática	
		Elaboração da mistura asfáltica para pavimentação	Liberação de gases poluentes; poluição sonora; geração de resíduos sólidos, consumo de energia	DNIT 165/2013-EM – Emulsões Asfálticas para Pavimentação; Resolução CONAMA 242/98 - estabelece limites máximos de emissão de poluentes, dentre outros; NBR 10.151, da ABNT - Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade; Resolução CONAMA 01/90 - Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas; DNIT 076/2006 – Tratamento Ambiental Acústico das Áreas Lindeiras da Faixa de Domínio; Resolução CONAMA nº 307 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil; Lei nº 12932 de 2014 – Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos; Resolução CONAMA 491/2018 – Estabelece os padrões de qualidade do ar
04	Limpeza da faixa de domínio	Desmatamento (destocamento)	Erosão do solo, afugentamento de fauna, perda da biodiversidade, interdição parcial do acostamento	Lei Estadual n.º 10.431, de 20 de dezembro - Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências; DNIT 102/2009-ES – Proteção do Corpo Estradal – Proteção Vegetal; DNIT IPR 738 – Manual de Sinalização de Obras e Emergências Rodoviárias
		Movimentação de máquinas	Poluição atmosférica, poluição sonora, risco de acidentes,	Resolução CONAMA 242/98 - estabelece limites máximos de emissão de poluentes, dentre outros; DNIT 078/2006 – Condicionantes Ambientais Pertinentes à Segurança viária na Fase de Obras; NBR 10.151, da ABNT - Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade; Resolução

				CONAMA 01/90 - Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas; DNIT 076/2006 – Tratamento Ambiental Acústico das Áreas Lindeiras da Faixa de Domínio; Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito (CONTRAN)
05	Restauração da rodovia (pavimento)	Exploração de jazidas de solo e pedreiras	Erosão, assoreamento de corpos hídricos	Decreto Lei nº 227 – Código de Minas; DNIT ISF 207 – Estudos Geotécnicos; DNIT IPR 719 – Manual de Pavimentação; DNIT 102/2009-ES – Proteção do Corpo Estradal – Proteção Vegetal; DNER PRO 257/99 – Estudos e Amostragem de Rochas em Pedreiras para Fins Rodoviários; Decreto Nº 24643/34 – Decreta o Código das Águas; Lei Nº 9433/97 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei estadual nº 11.612, de 08/10/2009 - dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Lei estadual nº 10.431, de 20/12/2006 - institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia; Lei 12651 de 2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Código Florestal); Resolução CONAMA 010/90 - dispõe sobre o licenciamento ambiental da extração mineral de classe II (substâncias minerais de uso imediato na construção civil)
		Transporte de solo, brita e produtos inflamáveis (asfalto, combustível)	Poluição sonora, poluição atmosférica, risco de acidentes, contaminação do solo, risco de explosão	Resolução CONAMA 242/98 - estabelece limites máximos de emissão de poluentes, dentre outros; DNIT 078/2006 – Condicionantes Ambientais Pertinentes à Segurança viária na Fase de Obras; NBR 10.151, da ABNT - Avaliação do ruído em

				áreas habitadas visando o conforto da comunidade; Resolução CONAMA 01/90 - Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas; DNIT 076/2006 – Tratamento Ambiental Acústico das Áreas Lindeiras da Faixa de Domínio; NBR 17505 - estabelece os requisitos exigíveis para os projetos de instalações de armazenamento, manuseio e uso de líquidos inflamáveis e combustíveis; NR 20 - Combustíveis Líquidos e Inflamáveis; Resolução CONAMA nº 420/2009 – Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas; DNIT 070/2006-ES – Condicionantes Ambientais das Áreas de Uso de Obras - Procedimento
		Captação de água	Alteração temporária da qualidade das águas superficiais devido ao ponto de captação, redução do volume dos corpos hídricos, impactos na biota aquática	Decreto Nº 24643/34 – Decreta o Código das Águas; Lei Nº 9433/97 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei estadual nº 11.612, de 08/10/2009 - dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
		Movimentação de máquinas	Poluição atmosférica, poluição sonora, risco de acidentes	Resolução CONAMA 242/98 - estabelece limites máximos de emissão de poluentes, dentre outros; DNIT 078/2006 – Condicionantes Ambientais Pertinentes à Segurança viária na Fase de Obras; NBR 10.151, da ABNT - Avaliação do ruído em

				áreas habitadas visando o conforto da comunidade; Resolução CONAMA 01/90 - Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas; DNIT 076/2006 – Tratamento Ambiental Acústico das Áreas Lindeiras da Faixa de Domínio;
		Espalhamento, conformação e compactação de materiais na pista (solo, material asfáltico)	Poluição atmosférica, poluição sonora, risco de acidentes, risco de contaminação do solo, intervenção no trânsito (implantação de sistema pare-siga)	NORMA TÉCNICA NT- 02 / 2010 - estabelece critérios e procedimentos para o controle ambiental de rodovias no Estado da Bahia; NORMA DNIT 031/2006 – ES - Pavimentos flexíveis - Concreto asfáltico - Especificação de serviço; DNIT 005/2003-TER – Defeitos nos Pavimentos Flexíveis e Semi-rígidos; Resolução CONAMA nº 420/2009 – Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas; DNIT IPR 738 – Manual de Sinalização de Obras e Emergências Rodoviárias
06	Recuperação de taludes	Movimentação de máquinas	Poluição atmosférica, poluição sonora, risco de acidentes, interdição parcial da pista / acostamento	Resolução CONAMA 242/98 - estabelece limites máximos de emissão de poluentes, dentre outros; DNIT 078/2006 – Condicionantes Ambientais Pertinentes à Segurança viária na Fase de Obras; NBR 10.151, da ABNT - Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade; Resolução CONAMA 01/90 - Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas; DNIT 076/2006 – Tratamento

				Ambiental Acústico das Áreas Lindeiras da Faixa de Domínio; DNIT IPR 738 – Manual de Sinalização de Obras e Emergências Rodoviárias
		Captação de água	Contaminação e redução do volume dos corpos hídricos, impactos na biota aquática	Decreto Nº 24643/34 – Decreta o Código das Águas; Lei Nº 9433/97 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei estadual nº 11.612, de 08/10/2009 - dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
		Reconformação e Revegetação	Estabilidade do solo, evita erosão	DNIT 074/2006-ES – Tratamento Ambiental de Taludes e Encostas por Intermédio de Dispositivos de Controle de Processos Erosivos; DNIT 075/2006-ES – Tratamento Ambiental de Taludes com Solos Inconsistentes
07	Restauração / implantação de elementos de drenagem / implantação de pontes	Transporte e armazenamento e manuseio de materiais	Poluição atmosférica, poluição sonora, interdição parcial da pista, geração de resíduos	Resolução CONAMA 242/98 - estabelece limites máximos de emissão de poluentes, dentre outros; DNIT 078/2006 – Condicionantes Ambientais Pertinentes à Segurança Rodoviária na Fase de Obras; NBR 10.151, da ABNT - Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade; Resolução CONAMA 01/90 - Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas; DNIT 076/2006 – Tratamento Ambiental Acústico das Áreas Lindeiras da Faixa de Domínio; DNIT 070/2006-ES – Condicionantes Ambientais das Áreas de Uso de Obras – Procedimento; DNIT IPR 738 – Manual de Sinalização de Obras e Emergências Rodoviárias

		Captação de água	Contaminação e redução do volume dos corpos hídricos, impactos na biota aquática	Decreto Nº 24643/34 – Decreta o Código das Águas; Lei Nº 9433/97 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei estadual nº 11.612, de 08/10/2009 - dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
		Movimentação de máquinas	Poluição atmosférica, poluição sonora, risco de acidentes	Resolução CONAMA 242/98 - estabelece limites máximos de emissão de poluentes, dentre outros; DNIT 078/2006 – Condicionantes Ambientais Pertinentes à Segurança Rodoviária na Fase de Obras; NBR 10.151, da ABNT - Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade; Resolução CONAMA 01/90 - Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas; DNIT 076/2006 – Tratamento Ambiental Acústico das Áreas Lindeiras da Faixa de Domínio; Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito (CONTRAN)
		Escavação e implantação do elemento de drenagem	Erosão do solo, assoreamento, modificação no curso d'água do corpo hídrico a ser drenado	DNIT 086/2006-ES – Recuperação do Sistema de Drenagem; DNIT 023/2006-ES – Drenagem - Bueiros Tubulares de Concreto; DNIT 022/2006 – Drenagem – Dissipadores de Energia; DNIT 020/2006 – Drenagem – Meios-Fios e Guias; DNIT 018/2006-ES – Drenagem – Sarjetas e Valetas de Drenagem; DNIT 029/2004-ES – Drenagem – Restauração de Dispositivos de Drenagem Danificada; DNIT 028/2004-ES – Drenagem – Limpeza e Desobstrução de Dispositivos de Drenagem; DNIT 026/2004-ES – Drenagem – Caixas Coletoras;

				DNIT 025/2004-ES – Drenagem – Bueiros Celulares de Concreto; DNIT 021/2004-ES – Drenagem – Entradas e Descidas d'Água
		Movimentação de cerca de lindeiro	Resistência do lindeiro, dificuldades ao acesso privado	Constituição Federal , Capítulo V, Art. 220, Art. 221, § 3º Incluído pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002; • Lei Nº 12.527/2011 - Lei de acesso à Informação; e • Lei 6.938 de 31/08/1981 - dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências; PCSO - Plano de Comunicação Social da Obra
		Intervenção no curso do corpo hídrico (pontes e passagens molhadas)	Impacto na biota aquática, assoreamento do corpo hídrico, erosão, supressão da mata ciliar	Decreto Nº 24643/34 – Decreta o Código das Águas; Lei Nº 9433/97 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei estadual nº 11.612, de 08/10/2009 - dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Lei Estadual n.º 10.431 , de 20 de dezembro - Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia; Lei 12651 de 2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Código Florestal);
08	Regularização de greide (vicinal)	Exploração de jazida de cascalho	Poluição sonora, poluição atmosférica, supressão vegetal, erosão, assoreamento de corpos hídricos	Decreto Lei nº 227 – Código de Minas; DNIT ISF 207 – Estudos Geotécnicos; Lei nº 6567 - Dispõe sobre regime especial para exploração e o aproveitamento das substâncias minerais que especifica; Decreto Nº 24643/34 – Decreta o Código das Águas; Lei Nº 9433/97 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei estadual nº 11.612, de 08/10/2009 - dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual

				de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Lei estadual nº 10.431, de 20/12/2006 - institui a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia; Lei 12651 de 2012 – Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Código Florestal); Resolução CONAMA 010/90 - dispõe sobre o licenciamento ambiental da extração mineral de classe II (substâncias minerais de uso imediato na construção civil)
		Movimento de máquinas	Poluição atmosférica, poluição sonora, risco de acidentes	Resolução CONAMA 242/98 - estabelece limites máximos de emissão de poluentes, dentre outros; DNIT 078/2006 – Condicionantes Ambientais Pertinentes à Segurança Rodoviária na Fase de Obras; NBR 10.151, da ABNT - Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade; Resolução CONAMA 01/90 - Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas; DNIT 076/2006 – Tratamento Ambiental Acústico das Áreas Lindeiras da Faixa de Domínio
		Captação de água	Contaminação e redução do volume dos corpos hídricos, impactos na biota aquática	Decreto Nº 24643/34 – Decreta o Código das Águas; Lei Nº 9433/97 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei estadual nº 11.612, de 08/10/2009 - dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
		Espalhamento, conformação e	Poluição atmosférica, poluição sonora, interdição parcial da pista, geração de resíduos	Resolução CONAMA 242/98 - estabelece limites máximos de emissão de poluentes, dentre outros; DNIT 078/2006 – Condicionantes Ambientais Pertinentes à Segurança Rodoviária

		compactação de materiais na pista (cascalho)		na Fase de Obras; NBR 10.151, da ABNT - Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade; Resolução CONAMA 01/90 - Dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas; DNIT 076/2006 – Tratamento Ambiental Acústico das Áreas Lindeiras da Faixa de Domínio; DNIT IPR 738 – Manual de Sinalização de Obras e Emergências Rodoviárias
09	Implantação de sinalização permanente (horizontal e vertical) e dispositivos de segurança	Movimentação de máquinas, interdição parcial da pista, transporte e manuseio de produtos perigosos (inflamáveis).	Intervenção no trânsito, risco de acidentes, contaminação do solo / lençol freático / corpos hídricos	DNER EM 370/97 – Defensas Metálicas de Perfis Zincados; ABNT NBR 15486:2016 - Estabelece as diretrizes dos projetos de dispositivos de contenção viária; ABNT NBR 6971:2023 - Dispositivos auxiliares - Critérios de implantação e requisitos para a manutenção de defensas metálicas; Resolução Nº 738, de 06/09/2018 do CONTRAN - Estabelece os padrões e critérios para a instalação de travessia elevada para pedestres em vias públicas; DNIT 100/2018-ES – Obras Complementares – Segurança no Tráfego Rodoviário – Sinalização Horizontal; DNIT 101/2009-ES - Obras Complementares – Segurança no Tráfego Rodoviário – Sinalização Vertical; DNIT IPR 738 – Manual de Sinalização de Obras e Emergências Rodoviárias; Resolução nº 600 de 24/05/2016 - Estabelece os padrões e critérios para a instalação de ondulação transversal (lombada

				física) em vias públicas e dá outras providências; Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito (CONTRAN)
--	--	--	--	---

Quadro 4: Enquadramento Legal

4.2. Padrões do Banco Mundial e correspondência com o Marco de Referência Nacional

No que se refere às questões ambientais e sociais, as obras do projeto atenderão à legislação específica federal e estadual e às normas ambientais e sociais do Banco Mundial. Com base nessas normas, o risco ambiental e social do programa é categorizado como Alto.

As Normas Ambientais e Sociais do QAS estabelecem os requisitos a serem cumpridos no que diz respeito à identificação e avaliação de riscos e impactos socioambientais associados ao programa.

O Banco considera que a aplicação destas Normas ajudará na consecução do seu objetivo de reduzir a pobreza e impulsionar a prosperidade de maneira sustentável, de forma a beneficiar o meio ambiente e os seus cidadãos.

As Normas foram concebidas com o objetivo de auxiliar os mutuários na gestão dos riscos e impactos de um programa, melhorando o seu desempenho socioambiental através de uma abordagem baseada em riscos e resultados. Os resultados almejados para o programa são descritos nos objetivos de cada NAS, onde são ainda estabelecidos os requisitos específicos que visam auxiliar os mutuários a alcançar estes objetivos, através de meios adequados à natureza e dimensão do programa e proporcionais ao nível de riscos e impactos socioambientais.

As normas ambientais e sociais do Banco Mundial aplicáveis às atividades do Programa Pro-Rodovias estão resumidos abaixo, bem como as principais lacunas entre o quadro nacional e as normas.

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
NAS1. Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Ambientais e Sociais	O NAS1 é relevante para o programa porque as atividades do programa podem representar riscos ambientais e sociais altos, tais como lançamentos de efluentes para corpos hídricos, uso de pesticidas e outros produtos perigosos, perda de biodiversidade em unidades de conservação etc.	Lei Nº 6938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente; Resolução Conama Nº 001 / 1986 Resolução Conama Nº 237 /1997; Lei Nº 9.605/ 1998 - Lei dos Crimes Ambientais; Resolução Conama Nº 398 (PEI); Artigo Nº 225 da Constituição do Brasil; Lei Nº 7.34/1985 - Lei da Ação Civil Pública – Trata da ação civil pública de responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor e ao patrimônio artístico, turístico ou paisagístico, de responsabilidade do Ministério Público Brasileiro; Lei Estadual Nº 10.431 - Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências	1. A legislação Nacional se restringe à consulta às partes interessadas enquanto a NAS1 vai mais além exigindo o engajamento. 2. A NAS1 estabelece a total responsabilidade do Mutuário na garantia de que as empresas contratadas para o projeto atuem de maneira consistente com as exigências da Norma, incluindo o monitoramento das terceirizadas quanto ao atendimento dos compromissos socioambientais estabelecidos para o projeto. Embora se reconheça o “princípio da corresponsabilidade” da Lei de Crimes Ambientais, o monitoramento de terceirizadas não é tão claro na legislação Brasileira, já que cada empresa está obrigada a cumprir as normas vigentes, sendo elas também fiscalizadas pelo Estado. 3. É diretriz da NAS1 a responsabilização de outras agências ou terceiros pela gestão de riscos e impactos específicos, bem como pela implementação de medidas de mitigação, o mutuário colaborará com essas agências e terceiros para estabelecer e monitorar essas medidas. Na legislação Brasileira, o licenciamento é desenhado para que o responsável pelo projeto seja também o responsável pela gestão de todos os	1. Atendido pelo PEPI 2. Será coberto pelos requerimentos de contrato durante a licitação; 3. Não se aplica nesse caso;

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
		Decreto Estadual Nº 14.024 – Aprova o Regulamento da Lei nº 10.431, Decreto Estadual Nº 14.032 Altera o Regulamento da Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, e da Lei nº 11.612, de 8 de outubro de 2009, aprovado pelo Decreto nº 14.024	Impactos correlacionados às intervenções e atividades licenciadas. Não há espaço legal para terceirização da responsabilidade das consequências do projeto. 4. Determinados estudos e avaliações setoriais ou regionais, apesar de ocorrerem em casos isolados, não são uma obrigação instrumentalizada e definida na Política Nacional de Meio Ambiente. Salvo exceções, a tomada de decisão sobre a autorização socioambiental de projetos é facultada ao licenciamento ambiental que, por sua vez, da maneira como é concebido, tende a avaliar o projeto licenciado sem considerar outras iniciativas regionais ou setoriais que ainda não tenham entrado em processo de licenciamento. 5 Auditorias não são obrigações claras na legislação brasileira. Exceto para as atividades portuárias e petrolíferas para as quais existe o Conama 306/2002 que prevê a auditoria, para as outras atividades licenciáveis, não há tal exigência legal.	4. Não se aplica nesse caso; 5. Não se aplica nesse caso;
NAS2. Trabalho e Condições de Trabalho	A NAS2 é relevante para o programa porque existem certos riscos trabalhistas para os trabalhadores do	Consolidação das Leis do Trabalho - CLT aprovada pelo Decreto-Lei Nº 5.452, de 01 de maio de 1943, emendada pela Lei 13.467/2017.	1. Apesar da legislação prever a igualdade salarial sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade (Lei Nº 1.723/1952), o país é marcado por uma grande desigualdade de gênero em	Com relação a ambos os temas mencionados, mas não apenas, indica-se que o Mutuário insira nos contratos com empresas contratadas cláusulas demandando:

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
	programa. Os riscos relacionados com o trabalho incluem: (i) riscos de segurança para os trabalhadores do programa, (ii) questões de trânsito e segurança rodoviária, (iii) termos e condições de emprego inadequados, e (iv) riscos de saúde e segurança no trabalho.	Decreto Nº 10088/2019 – pela República Federativa do Brasil; recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas	termos dos salários pagos para a mesma função; 2. Embora as agências governamentais estejam obrigadas a manter um sistema de ouvidoria que tem a capacidade para atender reclamações de seus servidores sobre preocupações no local de trabalho, não há normativo que as obrigue a manter um canal exclusivo para lidar com tais reclamações. Além disso, as empresas privadas não são obrigadas por lei a manterem tal mecanismo, o que pode ter um impacto negativo quer para os “trabalhadores contratados”, quer para os “trabalhadores de fornecimento primário”;	- A adoção dos princípios da não-discriminação, da igualdade de oportunidades e da igualdade de remuneração para trabalhadores que cumpram funções idênticas – independentemente de suas características pessoais (a fim de assegurar que aquilo que está na legislação seja efetivamente cumprido); - a manutenção de mecanismos acessíveis aos seus trabalhadores para apresentarem suas preocupações com as condições de trabalho sem medo de retaliação; - a divulgação para seus trabalhadores dos canais mantidos pelos órgãos governamentais responsáveis pelo cumprimento da legislação trabalhista do país e os que se referem à apuração de reclamações sobre condições de trabalho, incluindo assédio, exploração e abuso sexual; - a obrigação de fazerem as empresas subcontratadas cumprirem as cláusulas anteriores; - a obrigação de verificarem se as empresas subcontratadas e os fornecedores primários não estão citados na Lista Suja do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego.
NAS3. Eficiência de Recursos e Prevenção e Gestão da Poluição	A NAS3 é relevante para o programa porque as atividades a serem desenvolvidas nas obras geram resíduos causadores de poluição	Lei Nº 10.295/2001, regulamentada pelo Decreto Nº 9.864/2019 - Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia	1. Não se encontram na legislação brasileira provisões que atendam algumas das exigências específicas da NAS 3 para os projetos com uma alta demanda de água que tenham impactos adversos potencialmente significativos –	1. Não se aplica a esse projeto;

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
	do ar, água e terra, bem como consumirão recursos finitos (água, minérios, energia, etc.), podendo proporcionar perdas nos ecossistemas.	Lei Nº 9.991/2000 (e suas atualizações) – realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica. Constituição Federal / 1988; Lei Nº 6938 / 1981 - Política Nacional do Meio Ambiente; Lei Nº 9433/1997 - Política Nacional de Recursos Hídricos Lei Nº 7.802/1989 - Lei dos Agrotóxicos Lei Nº 9.605/1998 - Sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, Decreto Nº 9.863/ 2019 - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica Lei Nº 12.651/2012 - Código Florestal	a saber, as exigências de: realização e divulgação periódica de estudos detalhados do balanço hídrico; identificação e implementação de medidas de melhoria contínua em termos de eficiência na utilização de água; e comparação da operação da unidade de produção a padrões setoriais de referência de eficiência na utilização de água. 2. No Brasil, poluição histórica – ou passivo ambiental – é de responsabilidade do causador original, que é fiscalizado e responsabilizado. Quando não é possível identificar o causador, ou no caso de poluição difusa, a responsabilidade de controlar e remediar passa para o Estado. 3.A lista brasileira de substâncias proibidas é bastante extensa e publicada site da Anvisa. A legislação brasileira não traz qualquer referência quer à preferência pelas abordagens de gestão integrada de pragas (GIP) ou gestão integrada de vetores (GIV), quer à obrigatoriedade de preparação de Planos de Gestão de Pragas. 4 A legislação ambiental exige que atividades utilizadoras de recursos ambientais dependerão de licenciamento ambiental, entretanto o conceito de eficiência do uso dos	2 Não se aplica a esse projeto 3 Não se aplica a esse projeto 4 Medidas de eficiência do uso dos recursos naturais serão abordadas durante a elaboração dos estudos ambientais.

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
		Lei Nº 11.612/ 2009 - Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema. Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências; Lei Nº 12.187 – Política Nacional sobre Mudança do Clima; Lei Estadual Nº 10.431 - Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e dá outras providências; Resolução Conama Nº 358/2005 - resíduos de serviço de saúde; Resolução Conama nº 401/ 2008 - pilhas e baterias e outros materiais com cádmio e mercúrio; Resolução CNEN nº 167/14 - resíduos radioativos; Resolução Conama nº 465/14 - embalagens de agrotóxicos; Resolução Conama nº 362/2005 - óleo lubrificante usado ou contaminado;	recursos não é claramente amparado pela legislação.	

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
		Resolução Conama Nº 237/1997; Resolução Conama Nº 436/11 - Limites máximos de emissões de poluentes do ar; Resolução CONAMA Nº 357/2005 - classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes; Lei Nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS		
NAS4. Saúde e Segurança Comunitárias	A NAS4 será largamente utilizada no programa porque as atividades, equipamentos e infraestrutura que são parte do cotidiano das obras aumentarão a exposição das comunidades lindeiras e usuários aos riscos e impactos relacionados à segurança viária e de trânsito, poluição do ar, do solo e dos corpos hídricos e outros impactos do programa na saúde e segurança.	Decreto Nº 96.044/1988 - Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos; Lei Nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS Resolução Conama Nº 237/97 e Nº 01/86 Lei Nº 9.503 - Código de Trânsito Brasileiro; Lei Nº 6.914/2021 - Produção, transporte, comércio, uso, armazenamento, prestação de serviços, destino final dos	1. O tema do emprego de serviços de segurança não é tratado na legislação ambiental, mas é abordado durante o processo de licenciamento ambiental. A legislação ambiental também não impõe aos contratantes desses serviços de segurança e vigilância patrimonial a obrigatoriedade de analisarem todas as alegações de atos ilegais ou abusivos por parte da equipe de segurança ou tomarem medidas para evitarem sua recorrência, embora seja dever de todos comunicar tais atos às autoridades competentes. Esses aspectos são tratados na legislação trabalhista. 2. De acordo com a Resolução Conama Nº 237/1997 (Art. 11), os estudos	1. Devem ser incluídos nos contratos com as empresas contratadas e que venham a requerer serviços de segurança e vigilância patrimonial cláusulas sobre a conduta adequada das equipes de segurança no que se refere à seleção dos seus membros, ao uso da força e às relações com as comunidades, além da elaboração e divulgação do sistema de queixas e reclamações do projeto, tanto para trabalhadores (a ser detalhado no Plano de Gestão de Mão de Obra, a ser elaborado) e para a comunidade em geral (apresentado no PEPI). 2. Os elementos estruturais do projeto serão dimensionados por

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
		resíduos e embalagens vazias, agrotóxicos e afins. Lei Nº 9795 – Lei de Educação Ambiental; ABNT NBR Nº 12.235/1992, NBR Nº 10.004/2004, NBR Nº 15.480/2007 Resoluções ANTT Nº 5.232/2010 e Nº 5.947/2021; Lei Nº 12.608/12- Decreto Nº 10.593/20 - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil. DNIT 2.ed. (IPR. 738) - Manual de Sinalização de Obras e Emergências em Rodovias; Manual de Sinalização do Trânsito - CONTRAN DNIT – Publicação IPR 741 - Manual de Projeto e Práticas Operacionais para Segurança nas Rodovias; Decreto Nº 5.098/2004 - Criação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com	necessários ao processo de licenciamento (dos empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental) deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor o que não atende totalmente à exigência da NAS4 em relação aos riscos de segurança para terceiros e para as comunidades afetadas relacionados aos elementos estruturais do projeto, o requisito da Norma 4 sobre a contratação de um ou mais especialistas independentes com experiência relevante e reconhecida em projetos semelhantes, que não sejam aqueles responsáveis pela sua concepção e construção para realizarem, assim que possível, uma análise do desenvolvimento de projetos e ao longo de suas fases de concepção, construção, operação e desativação de projetos que estejam situados em locais de alto risco (incluindo aqueles que estão em risco devido a condições climáticas extremas ou eventos de início lento) e as suas falhas ou mau funcionamento puderem ameaçar a segurança das comunidades.	profissionais habilitados e acreditados pelas autoridades competentes. O projeto não prevê a construção de estruturas em zonas de alto risco ou que a sua falha possa ameaçar a segurança das comunidades.

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
		Produtos Químicos Perigosos - P2R2, NR 35 –Plano de Emergência; Lei Nº 9.605/1998 –crimes ambientais; NR 23 – Proteção contra incêndios; Lei Nº 13.431/2017 –garantias de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência; Lei Nº 10.224/01 - crime de assédio sexual; Lei Nº 10.714/2003 - número telefônico destinado a atender denúncias de violência contra a mulher; Lei Nº 11.340 – direitos das mulheres no âmbito das relações domésticas e familiares.		
NAS5. Aquisição de Terras, Restrições ao Uso de Terras e Reassentamento Involuntário	No programa, atividades relacionadas a desapropriação e reassentamento involuntário, com consequente realocização, perda de	DNIT Publicação IPR – 750 - Diretrizes dos programas de reassentamento;	1. A legislação brasileira aborda a desapropriação por utilidade pública, mas não estabelece uma definição específica para o reassentamento involuntário, tornando-se menos	Os pontos indicados foram considerados na elaboração do Quadro de Reassentamento preparado para o projeto, que também apresenta as medidas adicionais a serem adotadas pelo Mutuário a fim de tais lacunas sejam cobertas, quais sejam:

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
	terras residenciais ou de abrigo dentre outras, farão parte do conjunto dos impactos a serem sofridos pelas comunidades e indivíduos. A NAS5 será o guia para conduzir uma parte bastante delicada do projeto, uma vez que a aquisição de terras ou restrição ao seu uso podem provocar desalojamento físico e perdas econômicas.		detalhada em comparação com a NAS5. 2. A legislação brasileira permite a compensação, mas não estabelece claramente que o padrão a ser seguido é o custo de reposição. 3. A legislação brasileira não contém diretrizes específicas para garantir a igualdade de gênero e a proteção de grupos vulneráveis durante a desapropriação. 4. A legislação brasileira não estabelece diretrizes claras para a consulta e participação das comunidades afetadas. 5. A legislação brasileira permite a via judicial em casos de desapropriação sem enfatizar a busca por acordos consensuais, 6. A legislação brasileira não estabelece mecanismos específicos de queixa para as partes afetadas, 7. A legislação brasileira não exige	- Quanto aos estudos socioeconômicos: uma atenção especial será dada aos estudos socioeconômicos. - Quanto ao deslocamento econômico: para os casos de afetação econômica será garantida a compensação prévia considerando os custos associados à transição de realocação da atividade econômica formal e informal. É importante que haja o esforço para que tais medidas sejam desenvolvidas por meio de acordos, a fim de se evitar a via judicial, visando garantir, sempre que possível, que as empresas sobrevivam e que os empregos não sejam perdidos. - Quanto às metodologias de avaliação de ativos: assume-se que o processo de reassentamento involuntário deve garantir que os padrões de moradia e de vida, os meios de subsistência e os fluxos de renda sejam, no mínimo, restaurados aos níveis anteriores ao reassentamento. - Quanto aos arranjos institucionais: serão mapeadas as diferentes agências/órgãos governamentais que devem ser engajadas nas atividades e medidas relativas à implementação do Plano de Ação de Reassentamento. - Quanto à atenção especial às necessidades dos pobres e vulneráveis e aos aspectos de gênero nos casos em que os meios de subsistência de homens e mulheres sejam afetados de

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
		Constituição Federal/ 1988; Decreto Lei Nº 3.365 /1941 – Desapropriações por Utilidade Pública; DNIT Publicação IPR – 746 – Diretrizes Básicas para Desapropriação; Lei Nº 4.132/1962; Lei Nº 10.257/2001 - Estatuto da Cidade.	auditoria externa específica para o reassentamento. 8. A legislação brasileira não possui diretrizes específicas para garantir apoio às mulheres e famílias afetadas. 9. A legislação brasileira (NBR 14.653) estabelece diferentes metodologias para a avaliação de imóveis e bens afetados. Frequentemente, opta-se por metodologia que aplica fatores de depreciação na avaliação de ativos, o que pode resultar em compensações inferiores ao custo de reposição. 10. A legislação brasileira não exige um mapeamento detalhado de agências governamentais. 11. A legislação brasileira aborda parcialmente a questão relativa ao acesso contínuo a recursos naturais para comunidades afetadas e, se necessário, acesso a recursos alternativos. especialmente em relação às Unidades de Conservação	maneiras diferentes – será assegurada a participação desses segmentos da população afetada, de homens e mulheres no processo de consulta, de forma a garantir que se obtenham as perspectivas das mulheres e que se incorporem seus interesses em todos os aspetos do planejamento e implementação das ações de reassentamento.
NAS6. Conservação da Biodiversidade e Gestão	A NAS6 é relevante para o programa porque o mesmo deverá ser implantado levando em	Portaria Inema Nº 3235/2012 – autorização para intervenção em Área de Preservação Ambiental – APP;	1. Com relação à avaliação de riscos e impactos sobre os habitats e a biodiversidade que sustentam, o uso do sistema brasileiro não permitiria atender	1 Atendido pelo PEPI

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
Sustentável de Recursos Naturais Vivos	conta a proteção e conservação da biodiversidade, a gestão sustentável dos recursos naturais vivos, apoiar os meios de subsistência das comunidades locais, incluindo os Povos Indígenas, e o desenvolvimento econômico inclusivo, através da adoção de práticas que integrem as necessidades de conservação e as prioridades de desenvolvimento.	Portaria Inema Nº 11.292/2016 –requerimento junto ao Inema para regularidade ambiental de empreendimentos e atividades no Estado da Bahia; Decreto Nº 4.339 - princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade Lei Estadual Nº 10.431/2006 - Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia; Lei Estadual Nº 11.612/2009, - Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos; Lei Nº 9985/ 2000 - Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; Portaria do ICMBio Nº 582/ 2021 - Aprova o Regimento Interno do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;	ao requisito da Norma 6 de assegurar-se que a avaliação de riscos e impactos reflita as preocupações das partes afetadas pelo projeto ou de outras partes interessadas. 2. Com relação à gestão de riscos para os habitats modificados, habitats naturais e habitats críticos, esses conceitos não são amparados pela legislação nacional, que segue outro modelo. Entretanto existem algumas semelhanças como a proteção de espécies ameaçadas, às áreas protegidas, a proteção do Bioma mata atlântica 3. há uma lacuna conceitual entre a NAS6 e a legislação brasileira: o conceito de habitat crítico, especialmente no modelo proposto pela Norma 6, não é previsto no arcabouço legal brasileiro. E, ainda que em muitos casos discuta-se a criticidade de determinados ambientes em termos de biodiversidade no âmbito do licenciamento ambiental, as classificações são subjetivas. É importante ressaltar que o conceito de habitat crítico não pode ser relacionado direta ou automaticamente com um determinado bioma, já que este último se trata de um território amplo, abrangendo diversos ambientes que variam em termos de ocupação,	2 Atendido pela Avaliação de Biodiversidade e pelo Plano de Ação de Biodiversidade (a ser elaborado) 3 Atendido pela Avaliação de Biodiversidade e pelo Plano de Ação de Biodiversidade (a ser elaborado)

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
		Lei Nº 13.123/2015 - Lei da Biodiversidade; Lei Nº 11.428/2006 - Lei da Mata Atlântica; Lei Nº 9.985/2000 - Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; Portaria MMA Nº 444/2014 - relativa às espécies da fauna ameaçadas de extinção; Lei Nº 12.651/ 2012. Código Florestal - institui a Reserva Legal e as áreas de proteção permanente; Lei Nº 5.197/ 1967 - Lei de proteção à fauna; Lei Nº 9.605/1998 - Lei de crimes ambientais (dos crimes contra à fauna e contra à flora)	características físicas, graus de conservação, etc. 4. o uso da legislação brasileira pelo Mutuário não atende o requisito da Norma 6 sobre assegurar que todas as operações são monitoradas com a participação significativa das partes afetadas pelo projeto.	4 Atendido pelo PEPI
NAS7. Povos Indígenas / Comunidades Locais Tradicionais Historicamente Desfavorecidas da África Subsaariana	Uma vez que alguns Povos Indígenas serão beneficiados pelo Programa, a NAS será muito relevante para o mesmo, no sentido de estabelecer as diretrizes para contribuir para o desenvolvimento sustentável e aumento	Constituição da República Federativa do Brasil: art. 20 XI, art. 67, art. 231 §2, §3, §4, §5 e §6, art. 210 §2, art. 176 §1; art. 129 V, art. 22 XIV, art. 109 XI, art. 215 §1, art. 210 §2, art. 232; Instrução Normativa Funai 02/2015;	1. Segundo a NAS 7, os acordos celebrados entre o mutuário e os Povos Indígenas deverão ser incluídos no Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS), que durante a implementação do projeto servirá de referência para que se garanta a efetivação das ações ali definidas. Por se tratar de um instrumento particular no Banco Mundial, é natural que não	1 Os compromissos referentes aos povos indígenas estão registrados no Plano de Povos Indígenas preparado para o projeto, tendo sido incluídos no PCAS.

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
	das oportunidades dos Povos Indígenas, melhorando suas condições de vida sem ameaçar a sua identidade cultural única e o seu bem-estar.	Lei Nº 5.371/1967 - Autoriza a instituição da Fundação Nacional do Índio; Lei Nº 6.001/1973 - Estatuto do Índio; Lei Nº 14.402/2022 – Institui o Dia dos Povos Indígenas; Lei Nº 11.897/2010 – Cria o Conselho Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas do Estado da Bahia- COPIBA; Lei Estadual Nº 10.549/2006 – Cria a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial -SEPROMI.	exista uma legislação nacional com relação ao tema. 2. A Lei Brasileira da Biodiversidade regulamenta a repartição de benefícios aos povos indígenas pelo uso de recursos genéticos localizados em suas terras e de seus conhecimentos tradicionais, mas ainda não cobre, regulamenta ou estabelece parâmetros que tenham de ser seguidos no uso comercial de outros bens culturais, cerimoniais e espirituais. 3. Adota-se, no Brasil, a autoidentificação como principal critério para o reconhecimento dos povos indígenas, desde que não apenas um indivíduo se identifique como membro de uma comunidade, mas que esta comunidade também reconheça este indivíduo como tal. Neste sentido, a legislação brasileira é mais abrangente do que a NAS 7, que se apega a outras três características para determinar sua relevância ou não em relação a determinado projeto e, portanto, para a aplicação de seus requerimentos pelos Mutuários. Esta diferença de natureza conceitual pode ter implicações significativas face a frequência e intensidade dos processos de afirmação ou reafirmação de identidades étnicas e das reivindicações de reconhecimento de direitos que lhes estão associados.	2 Não se aplica ao Projeto 3 Não se aplica ao projeto

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
NAS8. Patrimônio Cultural	A NAS8 é relevante para o Programa que está inserido em área legalmente protegida, e que envolve escavações, demolições e movimentação de terra, caso esteja localizado em uma área reconhecida como patrimônio cultural ou adjacente, e possua, características que possam causar riscos ou impactos para o patrimônio cultural. O patrimônio cultural é um aspecto fundamental do desenvolvimento sustentável.	Constituição da República Federativa do Brasil – artigos 20, 23, 215 e 216; Lei Nº 3.924/ 1961 – monumentos arqueológicos e pré-históricos; Leis Nº 11.483/2007, Nº 140/2011 e Nº 13.123/2015 - definem os diferentes tipos de patrimônio cultural, bem como os saberes associados a estes; Decreto 10.088/2019 - ratifica a Convenção da OIT 169 que estabelece os direitos dos povos tradicionais e a necessidade de consulta e os termos de consentimento livre, prévio e informado Leis Nº 6.983/1981, Nº 10.165/2000, Nº12.324/2010 - definem as atividades potencialmente poluidoras, tratam dos processos de licenciamento e definem as áreas de influência de projetos e cobrem os riscos ao patrimônio em relação ao rompimento de barragens.	1. O arcabouço legal brasileiro permite atender aos requisitos da NAS 8 quando lida com os empreendimentos que requerem um processo de licenciamento ambiental em que o IPHAN é instado a se manifestar. Tais procedimentos variam de acordo com o tipo de patrimônio cultural afetado e com o grau de afetação esperado de cada tipo de empreendimento. No caso específico do patrimônio arqueológico, a Instrução Normativa IPHAN 01/2015 estabelece diferentes requerimentos conforme a caracterização do empreendimento quanto à sua tipologia, ao nível de interferência sobre as condições vigentes do solo, à coincidência com sítios arqueológicos cadastrados e à possibilidade de alteração da localização e traçado do empreendimento. Esses procedimentos respondem aos requerimentos da NAS 8, mas são aplicados apenas a empreendimentos em que o IPHAN deve se manifestar 2. Nos empreendimentos e projetos que exigem licenciamento ambiental, a Instrução Normativa IPHAN 01/2015 requer que se proceda à contextualização e avaliação da situação e das ameaças ou impactos sobre o patrimônio imaterial acautelado, assim como dos bens culturais a ele associados e à proposição de medidas para a preservação e salvaguarda deste	A fim de que se atendam as lacunas indicadas, deve-se adotar as seguintes medidas: - inclusão em todos os contratos que venha a firmar com empreiteiras para realização de obras e atividades do projeto que envolvam o revolvimento do solo aos requerimentos de (a) capacitação dos funcionários sobre procedimentos a serem adotados nos casos de descobertas casuais, (b) notificação imediata ao Mutuário e aos órgãos competentes sobre os objetos ou sítios fortuitamente encontrados (independentemente de estarem legalmente reconhecidos e protegidos ou não), (c) paralisação das obras e atividades nas áreas de ocorrência dos achados fortuitos e (d) adoção de medidas para sua conservação provisória (conforme coberto pela legislação nacional). - em havendo a previsão ou ocorrência de impactos sobre o patrimônio cultural, achados fortuitos ou atividades visando a comercialização de produtos culturais, contratar um especialista no tema para (a) supervisionar o cumprimento da legislação nacional sobre a proteção e preservação do patrimônio cultural, (b) promover consultas com as partes interessadas e adotar medidas acordadas com essas partes para proteção e preservação do patrimônio cultural (independentemente de estarem legalmente reconhecidos e protegidos ou não) e assegurar o benefício de seus detentores e (c) notificar de forma tempestiva ao Banco e aos órgãos competentes

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
		Lei Nº 25/ 1937 – Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Lei Nº 9.605/1998 – dispõe, dentre outros, sobre os crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	patrimônio. Não se faz, contudo, referência à consulta relevante com as partes interessadas ou à partilha justa e equitativa dos benefícios da comercialização desse patrimônio cultural. Na legislação brasileira, o direito à repartição de benefícios sobre a utilização do conhecimento tradicional é regulado pela Lei da Biodiversidade (Lei 13.123/2015), que se limita a definir as normas de acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado e, a repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. 3. A NAS 8 requer que – através de consultas às partes afetadas pelo projeto, a especialistas em patrimônio cultural e ao Banco – os Mutuários determinem se a divulgação de informações sobre o patrimônio cultural pode comprometer ou prejudicar a segurança ou a integridade do patrimônio cultural ou colocar em risco as fontes de informações. Em tais casos, a NAS 8 permite que as informações confidenciais sejam omitidas da divulgação pública. Este aspecto da confidencialidade não é coberto pela legislação brasileira. 4. A NAS 8 define explicitamente que sua aplicação alcança a todos os bens culturais independente de sua proteção	sobre as ocorrências e solicitar sua orientação.

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
			legal. A legislação brasileira é mais restrita. Embora a Constituição assegure proteção e acesso universal, a Instrução Normativa do IPHAN 01/2015 estabelece que apenas bens culturais legalmente reconhecidos são objeto de licenciamento.	
NAS9	Não Aplicável	-	-	-
NAS10. Engajamento de partes interessadas e divulgação de informações	A NAS10 é relevante para todos os programas, dada a necessidade de se envolver todas as partes interessadas em atividades de desenvolvimento que afetam suas vidas. O envolvimento eficaz das partes interessadas pode melhorar a sustentabilidade ambiental e social dos programas, melhorar a aceitação e oferecer contribuições significativas para a concepção e implementação eficaz do programa.	Lei Nº 13.140/2015 –solução de controvérsias na adm. Pública; Lei Nº 13.460/2017 –direitos dos usuários dos serviços públicos na adm. Pública; Constituição Federal de 1988, Art. 5º, XIV, Art 37 §3 II, Art. 216 §2; Decreto Nº 8.243/2014 - Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) Lei Nº 10.650/2003 –regula o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA; Lei Nº 12.257/11 – Lei de Acesso à Informação;	1. A legislação brasileira garante amplo espaço à participação social na discussão e controle das políticas públicas, priorizando a estrutura dos conselhos setoriais (municipais e/ou estaduais), que, em muitos casos, congregam representantes legítimos da sociedade civil para debaterem temas e preocupações específicas de maneira continuada e sistematizada. O envolvimento desses conselhos setoriais com os projetos é algo a ser estimulado. Todavia, esses espaços não são suficientes para o envolvimento de indivíduos e grupos diretamente afetados pelos projetos – particularmente os mais vulneráveis. 2. Na legislação brasileira não há nenhuma norma específica que exija uma abordagem sistemática do engajamento das partes interessadas, exceto no licenciamento que envolve terras indígenas e/ou comunidades tradicionais (Instrução Normativa FUNAI nº 02/15, Convenção OIT nº 169/89 e Decreto Legislativo nº 143/2003). A	1 Atendido pelo PEPI 2 Atendido pelo PEPI

Normas	Relevância	Quadro Nacional	Lacunas da Legislação	Medidas de Ajuste
		Decreto Nº 7.724/12 - acesso a informações; Lei Nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados; Lei Nº 13.853/19 - Altera a Lei Nº 13.709/2018 para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados; Decreto Nº 10890//2021 – Dispõe sobre a proteção ao denunciante de ilícitos praticados contra a adm. Pública; Decreto Estadual Nº 8803 /2003 – Regulamenta o funcionamento da Ouvidoria Geral do Estado da Bahia.	NAS 10 orienta que quando o engajamento das partes interessadas ocorre por meio de representantes, o mutuário do projeto faça esforços razoáveis para verificar se esses indivíduos representam, de fato, os pontos de vista das comunidades afetadas pelo projeto e se eles facilitam o processo de comunicação de forma adequada. Não se encontram nas normativas brasileiras quaisquer provisões neste sentido. 3.A legislação brasileira só cobre parcialmente ao objetivo da NAS10 relacionado ao processo de consulta relevante, pois permite oportunidades para as partes interessadas expressarem suas opiniões sobre os riscos, impactos e medidas de mitigação nos projetos classificados como de maior risco ambiental e social., mas não atende necessariamente aos requisitos da tempestividade e da oportunidade de opinarem inicialmente sobre a proposta e a concepção do projeto em si. 4.A elaboração e divulgação de um Plano de Consultas das Partes Interessadas proporcional à natureza e dimensão do projeto e dos seus possíveis riscos e impactos está previsto na NAS 10 e não é exigido pela legislação brasileira.	3. Atendido pelo PEPI 4. Atendido pelo PEPI

Quadro 5: NAS relevantes do Banco Mundial e correspondência com o quadro nacional

4.3. Avaliação e Licenciamento Ambiental e Social

As obras objeto deste MGAS (Vicinais e Restauração dos Corredores Viários) não são passíveis de Licenciamento Ambiental perante o órgão ambiental fiscalizador competente, o Inema (Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos).

De acordo com o Inema, as atividades de recuperação de trechos rodoviários e de obras pontuais em estradas vicinais (recuperação e restauração de pontes em estradas vicinais; implantação de bueiros e passagens molhadas) estão isentas de licenciamento ambiental dada à especificidade do empreendimento, de acordo com o Anexo II do Decreto 15.682/2014 e suas alterações, Resolução CEPRAM nº 4327/13, e com a Portaria IMA nº. 13.360/10. Porém, as áreas de extração de cascalho, assim como de bota fora, são passíveis de procedimentos de regularização ambiental específicos.

As construtoras devem exercer suas atividades em consonância com a legislação pertinente com especial atenção à conservação das Áreas de Preservação Permanente e corpos hídricos e à destinação adequada de resíduos em geral, ficando proibida a destinação aleatória.

Destaca-se que a inexistência de licenciamento ambiental não isenta o interessado do cumprimento de normas e padrões ambientais, da fiscalização exercida pelos órgãos competentes, nem de obter a Anuência e/ou Autorização das outras instâncias no Âmbito Federal, Estadual ou Municipal, quando couber. A isenção do licenciamento ambiental não exime a contratada da obtenção, antes do início das obras, das Licenças Ambientais e/ou Autorizações Ambientais das áreas de ocorrências (Jazidas, Outorga/Dispensa de Outorga, Usinas de Asfalto, Captação de Água, Pedreiras, Declaração de Intervenção em Área Protegida e tudo que estiver relacionado às obras), bem como a anuência de outros órgãos licenciadores quando couber.

Caberá às empresas contratadas executar as atividades descritas nesse documento em conformidade com a legislação ambiental, social e trabalhista, de forma que as práticas sejam consistentes com as Guias de Meio Ambiente, Saúde e Segurança Ocupacional (EHSGs) do Banco Mundial a seguir:

General EHS Guidelines - <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2000/2007-general-ehs-guidelines-en.pdf>

Toll Roads - <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2000/2007-toll-roads-ehs-guidelines-en.pdf>

Construction Materials Extraction - <https://www.ifc.org/content/dam/ifc/doc/2000/2007-construction-materials-extraction-ehs-guidelines-en.pdf>

5.0. LINHA DE BASE AMBIENTAL E SOCIAL

Apresentamos abaixo a linha de base ambiental e social para os subcomponentes abarcados por esse MGAS, quais sejam:

- Subcomponente 1.1-Manutenção proativa CREMA;
- Subcomponente 1.2-CREMA-PPP (para estradas estatais selecionadas);
- Subcomponent 3.2— melhoria dos acessos ao longo dos corredores rodoviários estatais urbanizados selecionados; e
- Subcomponente 3.3 - Melhoria do acesso rural em todas as estações do ano.

5.1. Subcomponente 1.1; Subcomponente 1.2 e Subcomponente 3.2 – Manutenção Pró-Ativa (CREMA-DBM).

Quanto aos trechos com contratos de gestão rodoviária de longo prazo baseados no desempenho para corredores rodoviários estaduais, com considerações de resiliência e segurança rodoviária:

- Rodovia BA-026/142/250 entre a BR-116 - Planaltino Maracás - Sussuarana - Anagé (BA-262) Lajedo do Tabocal Itiruçu - BR-116, com 322,54km. Esses trechos encontram-se inseridos nos **Territórios de Identidade nº 03** - Chapada Diamantina, **nº 09** - Vale do Jiquiriçá, **nº 13**- Sertão Produtivo e **nº 20** –Sudoeste Baiano (Quadro nº 2).

- Rodovias BA-120/220/233/381/409 no trecho entre BR-116-Serrinha-Conceição do Coité-Santa Luz - Monte Santo - Euclides da Cunha e Cansanção - Itiúba - Filadélfia (BR-407) com 313,31 km. Esses trechos encontram-se inseridos nos inseridos nos **Territórios de Identidade nº 17** - Semiárido Nordeste II e **nº 04 – Sisal** (Quadro nº 3).

- Trechos que receberam contratos do CREMA no âmbito do PREMAR II, conforme Quadro nº 4– **Territórios de Identidade nº 02 – Velho Chico e nº 23 – Bacia do Rio Corrente**.

Desta forma, será apresentado abaixo o diagnóstico sócio ambiental das áreas dos Territórios de Identidade citados, com exceção do **Território de Identidade nº 03 - Chapada Diamantina** abordada no item 5.2 deste documento.

Território de Identidade nº 09 - Vale do Jiquiriçá

Está localizado majoritariamente no Centro Sul Baiano, ocupando uma área de quase 10.287 km², o que corresponde a aproximadamente 1,8% do território estadual. É composto administrativamente pelos municípios de Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Lajedo do Tabocal, Laje, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas e Ubaíra.

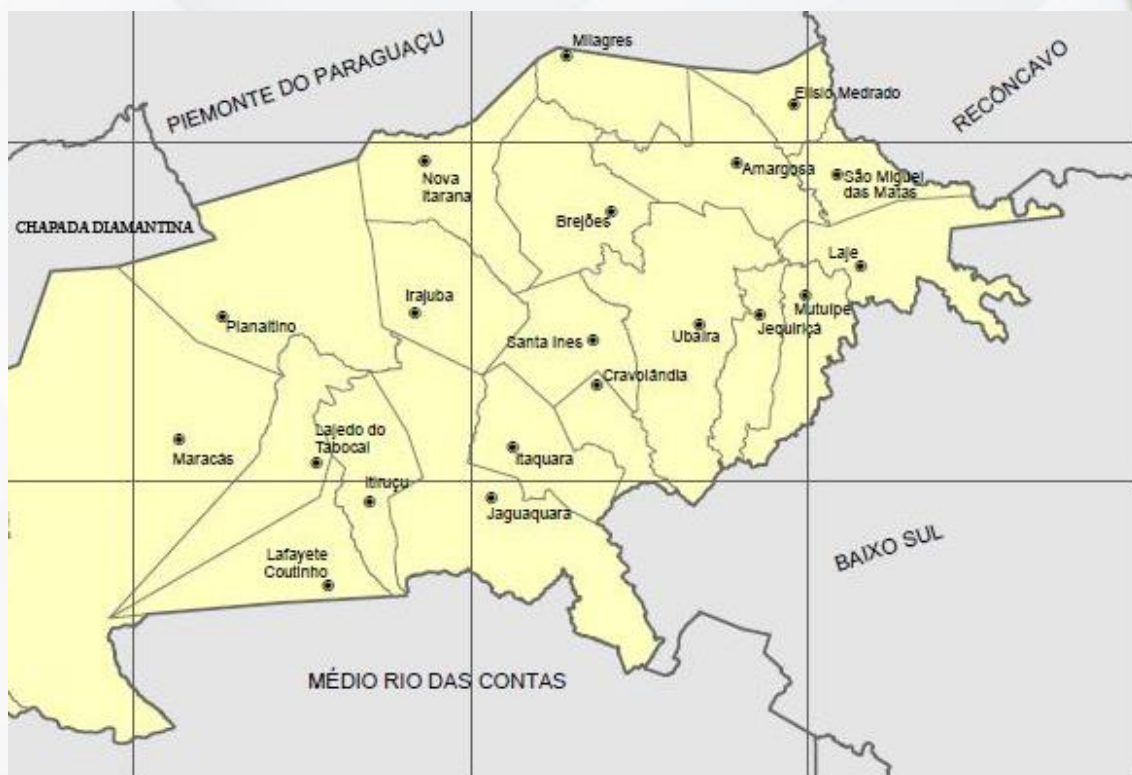


Figura 13 – Municípios do Território de Identidade Vale do Jequiriçá

a. Diagnóstico Ambiental

a.1. Clima - Predomina o clima subúmido a seco, que contorna a porção de clima semiárido na região central. O clima semiárido também ocorre nas bordas noroeste e oeste, e há ainda faixa de clima úmido a subúmido entre Laje e Jaguaquara.

a.2. Recursos Hídricos - Mais da metade do território está inserido na Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul, formada por importantes rios permanentes, como o Jacuba, o Jequiriçá e o Rio Velho. A Bacia do Paraguaçu contém porções de Planaltino e Maracás, com o Rio da Palma entre os permanentes. Na porção sudeste, a Bacia do Contas, com tributários como os riachos Caldeirão e São Joaquim e o Rio Conceição. Ao sul de Maracás, parte da margem esquerda do lago da Barragem de Pedras constitui o espelho d'água mais importante do território.

a.3. Solos - Os Latossolos Vermelho-Amarelos estão presentes em toda a área. Ocorrem ainda Argissolos, Cambissolos, Neossolos e Planossolos. As melhores aptidões na implantação de lavouras, com adubação e correção, estão nos Argissolos Vermelho-Amarelos, como em Mutuípe e Jequiriçá, e nos Latossolos Vermelho-

Amarelos em Lajedo do Tabocal e Maracás, por exemplo, na implantação de lavouras, com adubação e correção.

a.4. Recursos Minerais

As principais ocorrências minerais em quantidade de registro são: ferro em Brejões, Jaguaquara, Laje, Maracás, São Miguel das Matas e Ubaíra, quartzo em Brejões, Itaquara, Jaguaquara, Laje, Nova Itarana, Santa Inês e Ubaíra, e grafita em Cravolândia, Itaquara, Milagres, Nova Itarana e Ubaíra.

Os principais usos do ferro são na produção de metais, construção civil e indústria de transportes; o quartzo tem uso em fundição, fabricação de esmalte, dentifrícios, lixas e refratários; a grafita é utilizada em refratários, lubrificantes e fabricação de baterias. Outros minerais presentes no TI são titânio (em Laje e Ubaíra), manganês, muscovita, quartzo hialino (cristal de rocha).

a.5. Ecossistemas Terrestres

A vegetação natural é formada, em sua maioria, pela Floresta Estacional, associada ou não à Vegetação Secundária na porção central do território, e pelo contato com a Caatinga na porção norte. A área é bastante antropizada tendo as pastagens ocupando vasta dimensão do planalto, e associada a outras culturas por vezes. Os outros usos mais importantes são café e frutíferas, como em São Miguel das Matas e Amargosa, agropecuária, a exemplo de Cravolândia e Itaquara, citros e policulturas, como em Laje e São Miguel das Matas e floricultura em Maracás.

a.6. Áreas protegidas e de uso especial

Parte da APA Caminhos Ecológicos da Boa Esperança está nos municípios de Jiquiriçá, Ubaíra e Cravolândia, além dos Bosque Natural Municipal localizado no município de Maracás, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Arco Verde e a RPPN Fazenda do Kaybi localizada no município de Ubaíra.

b. Diagnóstico Socioeconômico

b.1. Contexto Regional – ocupação/ Assentamento rurais / comunidades sensíveis

O processo de ocupação do Vale do Jiquiriçá ocorreu no século XIX, como consequência da expansão do Recôncavo, em virtude da cultura da cana-de-açúcar e do fumo. A dinâmica da área foi intensificada com a estrada de ferro de Amargosa a Jaguaquara, nos anos 90 do século supracitado. Em meados do século XX, a

inserção de novas culturas, como hortaliças e flores, deu caráter de polo regional produtor, com atividades sempre concomitantes à pecuária.

A herança cultural também é destacada pela presença de comunidades quilombolas, especialmente em Milagres. Existem 17 projetos de Assentamento de Reforma Agrária, distribuídos em 28.774 ha, podendo atender a 1.140 famílias.

b.2. Identidades Espaciais –atividades econômicas/ demografia

A proporção da população em extrema pobreza¹ no TI Vale do Jiquiriçá era de 19,4% maior que a apresentada pelo estado da Bahia (15,0%). No entanto, essa proporção se distribuía de forma diferenciada nos municípios do território de identidade. Nove deles tinham índices abaixo de 20,0%, e três, taxas superiores a 35,0%. A menor proporção de população em extrema pobreza foi a de Itiruçu (13,6%), e a mais elevada foi observada em Nova Itarana (36,2%). Com esses indicadores, fica evidente que existe uma incidência de extrema pobreza bem maior que a observada comumente em outros territórios de identidade do estado da Bahia.

b.3. Patrimônio

Os festejos juninos, especialmente em Amargosa e Itiruçu, a paisagem exuberante, como a da Cachoeira dos Prazeres, entre Jiquiriçá e Ubaíra, e o artesanato local são algumas das atrações turísticas e culturais do território.

Território de Identidade nº 13- Sertão Produtivo

Está localizado no Centro Sul Baiano, ocupando uma área aproximada de 23.550 km² correspondendo a aproximadamente 4,2% do território estadual. É composto pelos municípios de Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiú, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu e Urandi.

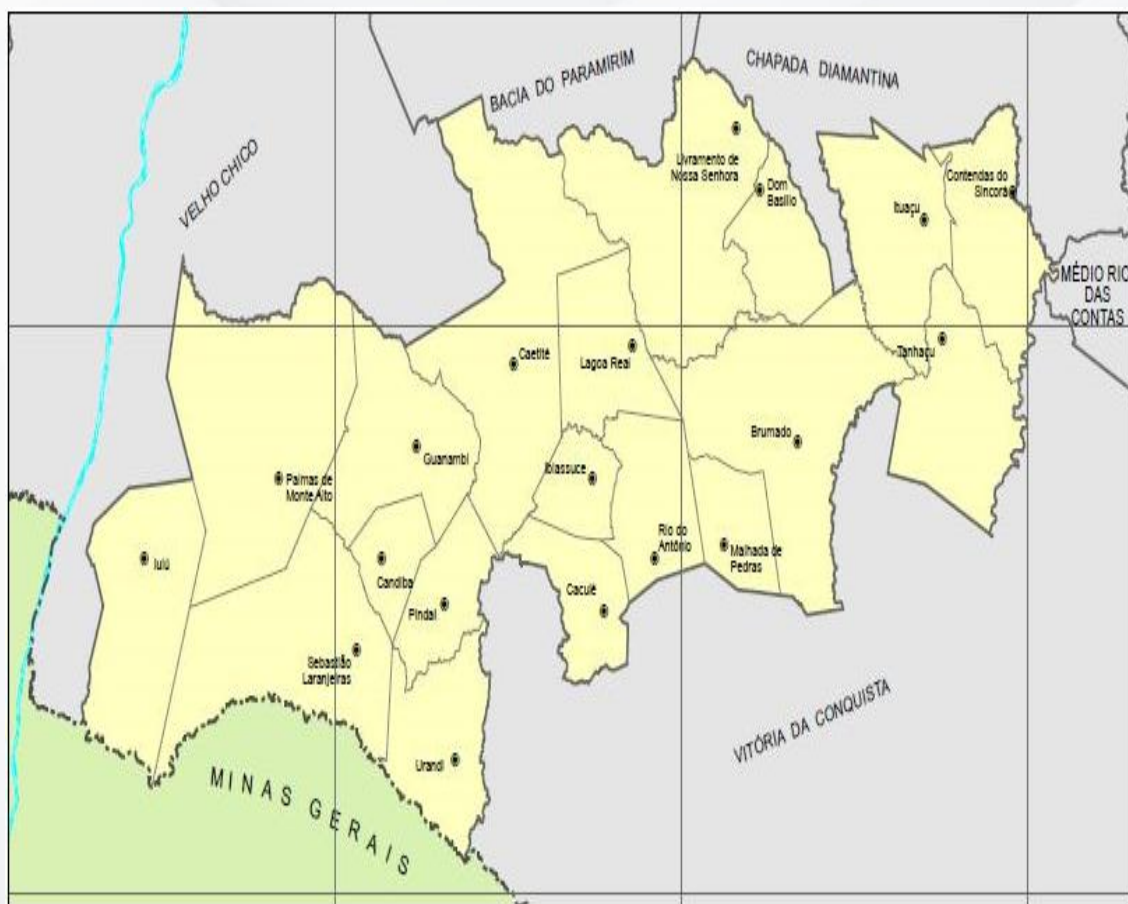


Figura 14 – Municípios do Território de Identidade Sertão Produtivo

a. Diagnóstico Ambiental

a.1. Clima

A região faz parte da área de abrangência do Semiárido e se enquadra totalmente na Região Semiárida. A predominância é do clima semiárido, sendo que na porção central a tipologia subúmido a seco é identificada. Na porção leste de Urundi e norte de Ituaçu, o clima úmido a subúmido ocorre de forma localizada, com influência da Serra do Espinhaço e da Chapada Diamantina, respectivamente, e da vegetação predominante (fitoclima). Observa-se uma área de transição desse trecho mais úmido para o semiárido, com clima subúmido a seco ocorrendo também em Ituaçu e Contendas do Sincorá.

A pluviometria onde o clima semiárido incide não ultrapassa os 500 mm, e a temperatura pode variar de 18° a 28°C, aproximadamente. Dentre os municípios com essas características estão Brumado, Dom Basílio, Guanambi e Rio do Antônio. Não há excedente hídrico, e as chuvas ocorrem na primavera/verão. Na faixa de clima

subúmido a seco, as chuvas acontecem no outono/inverno e primavera/verão. A pluviometria fica em torno de 700 mm, e a média de temperatura anual é de aproximadamente 23°C. Caculé, Ibiassucê, Lagoa Real e Palmas de Monte Alto estão inseridos nessa faixa. Com menor abrangência, o clima úmido a subúmido tem maiores índices pluviométricos, chegando aos 900 mm, com chuvas de primavera/verão, estação seca bem definida e temperatura média anual em torno de 23,4°C.

a.2. Recursos Hídricos

As bacias hidrográficas do Rio São Francisco, a oeste, e do Rio de Contas, a leste são importantes bacias do estado. Em relação aos principais rios, apenas o de Contas corta o território de identidade, limitando Ituaçu e Brumado e atravessando Tanhaçu. Na porção da Bacia do São Francisco talham o TI tributários como o Rio da Sambaíba e o Rio Verde Pequeno, que faz a divisa com Minas Gerais. A quantidade de espelhos d'água no território é significativa, tendo a Barragem de Ceraíma, em Guanambi, e a Barragem Cova da Mandioca, em Urandi, como exemplos representativos.

a.3. Solos

Predominam Latossolos Vermelho-Amarelos, com ocorrência também de Argissolos, Cambissolos, Neossolos e Planossolos. Os Cambissolos Háplicos aparecem espalhados na porção central, mas bastante concentrados ao oeste da região, especialmente em Iuiu. Melhores aptidões para os Argissolos Vermelho-Amarelos, Cambissolos Háplicos e Latossolos Vermelhos na implantação de lavouras e para os Latossolos Vermelho-Amarelos de boa fertilidade, com adubação e correção, que estão situados nos municípios de Caculé, Candiba, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Sebastião Laranjeiras e Urandi.

a.4. Recursos Minerais

As principais ocorrências minerais em quantidade de registro são talco em Brumado, Caculé, Dom Basílio, Ibiassucê, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Rio do Antônio e Tanhaçu, urânio em Caetité e Lagoa Real, e magnesita, em Brumado, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora e Rio do Antônio.

O talco é muito utilizado na indústria de papel, borracha, química e têxtil, e como matéria-prima para esculturas. O principal uso do urânio é na energia nuclear, além

da fotografia e da indústria madeireira. A magnesita é utilizada na siderurgia, indústria de cimento, vidro e petroquímica. Os outros minerais presentes são manganês, ametista, vermiculita, calcário, ouro, quartzo hialino, bário, flúor, estanho, ferro, amianto, mármore, cobre, cálcio, chumbo, turmalina, cianita e granada.

O Território de Identidade Sertão Produtivo é destaque no estado da Bahia pela produção de minérios, sobretudo nos municípios de Brumado e Caetité. Faz parte do cinturão geológico do Espinhaço, no qual a existência de minerais é recorrente, viabilizando a operação de indústrias que dinamizam a atividade econômica do Sertão Produtivo: minério de ferro (Caetité – Bahia Mineração Ltda.); magnesita (Brumado – Magnesita S/A); cromita (Brumado – Magnesita S/A); urânio (Caetité – Indústrias Nucleares do Brasil (INB)).

a.5. Ecossistemas Terrestres

A Caatinga Arbórea é predominante no território de identidade, com ocorrência de muitas áreas de contato com outros biomas. Na porção leste, há Contato Cerrado/Caatinga Arbórea/Floresta Estacional, e Cerrado Arbóreo, em Caetité. O Cerrado Arbóreo com Floresta de Galeria e Cerrado Parque aparecem em Ituaçu e Contendas do Sincorá. Outras ocorrências são Áreas de Refúgio Ecológico (Brumado, Ituaçu e Dom Basílio), Contato Caatinga Arbórea/Floresta Estacional (entre Urandi e Palmas de Monte Alto) e predomínio de Floresta Estacional, Cerrado e Contato Caatinga/Floresta Estacional na porção oeste. Quanto às áreas antropizadas, a agropecuária está presente em todo o TI, ao tempo que a pecuária é mais intensa em Iuiu (as extensões mais preservadas estão em Contendas do Sincorá e Ituaçu). Há pastagem associada a culturas temporárias em Urandi, Pindaí, Candiba, Palmas de Monte Alto e Caetité. Também há pastagem associada a policulturas em Caculé, Sebastião Laranjeiras, Ibiassucê e Guanambi.

a.6. Relevo

A altimetria varia aproximadamente de 400 m a 2.000 m. As áreas mais baixas compõem a Depressão de Guanambi, a Depressão do Médio São Francisco, na porção oeste, e a Depressão Sertaneja, que abarca a Bacia do Rio de Contas, todas com presença de lagoas temporárias. As Serras Alinhadas e a Superfície Cimeira do Espinhaço, a Superfície Dissecada de Barra da Estiva e as Serras da Nascente do

Rio de Contas apresentam as maiores altimetrias, com o clima influenciando também para a formação de campos rupestres (refúgio ecológico montano).

a.7. Áreas protegidas e de uso especial

Existem duas Unidades de Conservação: Floresta Nacional Contendas do Sincorá, federal, no município de mesmo nome e pequena parte em Tanhaçu, de uso sustentável e com 11.034 ha, e os Parque da Vida Silvestre Serra dos Montes Altoseo Refúgio da Vida Silvestre da Serra dos Montes Altos, estadual, que abrange os municípios de Candiba, Guanambi, Palmas de Monte Alto, Sebastião Laranjeiras e Urandi, de proteção integral, com total de 45.990 ha

b. Diagnóstico Socioeconômico

b.1. Contexto Regional – ocupação/ Assentamento rurais / comunidades sensíveis

O processo de ocupação da região foi iniciado entre os séculos XVII e XVIII. O chamado Alto Sertão da Bahia, na época, viveu uma ação de divisão das áreas povoadas por indígenas. Com a ocupação das terras, divididas em sesmarias, as fazendas de gado e a exploração mineral eram as mais importantes atividades e estimularam o povoamento e a formação cultural da área. Caetité, Ituaçu e Livramento de Nossa Senhora são exemplos de centros urbanos que trazem as marcas do legado histórico-cultural. A cultura sertaneja também se destaca, especialmente no modo de vida das áreas rurais. A mineração e a criação de gado foram responsáveis pela formação dos primeiros povoados, posteriormente agregando a ocupação de áreas menos afetadas pelas secas e que possibilitaram o estabelecimento de pequenas propriedades com base na agricultura.

O povoamento iniciou-se no século XVII com um entreposto de ouro no atual município de Caetité, ligando-o à rota de escoação do minério, a Estrada Real (Parati – Rio de Janeiro). O primeiro município a ser criado foi Caetité, em 1810, antes denominado de Vila Nova do Príncipe e Santana de Caetité. Atualmente, os municípios de maior destaque são Brumado, Caetité e Guanambi.

O único Projeto de Assentamento de Reforma Agrária é o Paus Pretos, em Sebastião Laranjeiras, com 2.300 ha e capacidade para 60 famílias. Além dele, existem três projetos de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, totalizando 3.136 ha e atendendo a 130 famílias.

Existem 71 comunidades quilombolas na região. São mais de 400 famílias que buscam, através da resistência, manter seu modo de vida em meio à realidade regional.

b.2. Identidades Espaciais –atividades econômicas/ demografia

O produto interno bruto (PIB) per capita, no ano de 2011, foi de R\$ 6.891,71, inferior ao da Bahia, que apresentou o valor de R\$ 11.340,18. Os municípios polarizadores da região são Brumado e Guanambi. O município de Livramento de Nossa Senhora se destacou na produção agrícola, com ênfase na produção de manga e maracujá.

Em termos de corrente de comércio por vias externas, de 2002 a 2012, as exportações superaram expressivamente as importações no Sertão Produtivo. O município de Livramento de Nossa Senhora se destacou no território de identidade, sendo o maior exportador de frutas (manga e maracujá).

A agricultura, no ano de 2012, apresentou lavouras permanentes que se destacaram em relação ao estado: goiaba (20,6%), limão (7,3%), manga (25,9%) e maracujá (38,9%). O município de Livramento de Nossa Senhora teve uma importante participação na produção das lavouras permanentes do território, com 49,2% em manga e 58,9% em maracujá. Por sua vez, Tanhaçu foi destaque no TI pela produção de goiaba (87,9%) e limão (74,2%).

No setor industrial destacam-se estabelecimentos na construção civil, na indústria de transformação e na extrativa mineral.

Em 2011, a população do Território de Identidade Sertão Produtivo era de 444.666 habitantes, o que representava 3,2% da população total do estado da Bahia. Entre os anos de 2000 e 2010,

b.3. Patrimônio

O patrimônio arqueológico está presente na região, com 12 registros de sítios pré-coloniais. Palmas de Monte Alto, Ituaçu e Livramento de Nossa Senhora abarcam a maior quantidade. A arte rupestre representa a iconografia de acervo arqueológico.

Território de Identidade nº 20 –Sudoeste Baiano.

Está localizado majoritariamente no Centro Sul Baiano, ocupando uma área aproximada de 11.763 km² correspondendo a aproximadamente 2,1% do território estadual. É composto pelos municípios de Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai,

Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória.

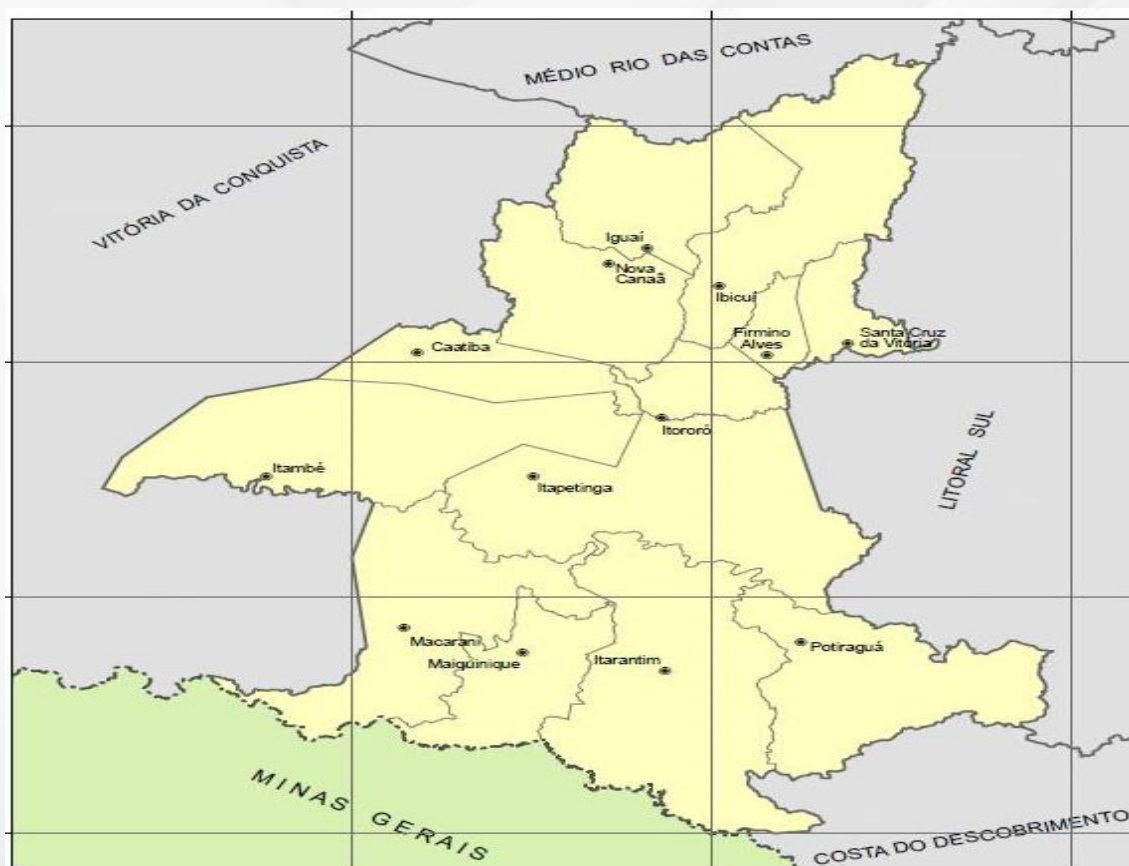


Figura 15 – Municípios do Território de Identidade Sudoeste Baiano

a. Diagnóstico Ambiental

a.1. Clima

A região integra a área de abrangência do Semiárido e sua maior parte está inserida na Região Semiárida. Apenas os municípios de Firmino Alves, Ibicuí e Santa Cruz da Vitória não estão nessa região. Há predominância do clima subúmido a seco, com registros de úmido a subúmido e semiárido. O clima subúmido a seco tem pequeno ou nenhum excedente hídrico e chuvas de primavera/verão. Já na parte central do TI, as chuvas são rarefeitas e – quando ocorrem – na primavera/verão: uma das características do clima semiárido. No nordeste, a temperatura média é superior a 18°, com clima úmido a subúmido.

Na área de influência do semiárido, a exemplo do município de Itapetinga, a faixa de pluviosidade varia entre 500 mm e 800 mm, sendo a menor. Medianamente, mas de forma mais abrangente, o clima subúmido a seco apresenta chuvas entre 850 mm e 950 mm. No trecho mais úmido de Firmino Alves, Ibicuí e Santa Cruz da Vitória, a pluviosidade pode chegar a 2.000 mm. A temperatura tem médias aproximadas de 18° (mínima), 29° (máxima) e 22° (média anual). Os índices climáticos demonstram que há deficiência hídrica em todo o território de identidade, sendo menor onde ocorre o tipo úmido a subúmido, na porção nordeste, de clima mais ameno (SEI, 1999).

a.2. Recursos Hídricos

A bacia hidrográfica mais importante é a do Rio Pardo, que atravessa a porção central no sentido oeste-leste. Além do Rio Pardo, fazem parte da bacia rios como Alegria, Bonito e Catolé Grande. O regime dos rios da Bacia do Rio Pardo é variado, com cursos d'água intermitentes e permanentes, sendo o mais importante – o Pardo – permanente. É limite municipal entre Itambé, Macarani, Itapetinga, Itarantim e Potiraguá. As demais bacias do TI são a do Contas, na porção centro-norte, a do leste, com os rios Colônia e Salgado como importantes tributários, e a do Jequitinhonha, que passa a sudeste do território de identidade. O Rio Jequitinhonha abriga o espelho d'água mais importante do TI, que é a Barragem de Itapebi. Parte da margem esquerda pertence ao município de Itarantim.

a.3. Solos

Na extensão do território de identidade incidem os solos do tipo Argissolos Eutróficos, além da ocorrência dos Chernossolos Háplicos e Latossolos Distróficos. Localmente, os Chernossolos Háplicos ocorrem em toda faixa leste, e os Latossolos Vermelho-Amarelo Distróficos, na faixa oeste. Os solos com melhor aptidão para atividades agrícolas encontram-se na porção leste de Potiraguá, no caso, os Argissolos Vermelho-Amarelo Distróficos. Também os Chernossolos Háplicos, nos municípios da faixa leste do TI, têm aptidão regular para implantação de lavouras.

a.4. Recursos Minerais

As principais ocorrências minerais em quantidade de registro são berilo, calcário, mármore, muscovita e ferro. O berilo ocorre nos municípios da porção sudoeste, como Itambé e Macarani, e é muito utilizado em atividades nucleares e aeroespaciais. As

maiores concentrações de calcário estão nos municípios de Itapetinga e Potiraguá. Ele tem uso variado, como na indústria de construção e na correção de solos.

a.5. Ecossistemas Terrestres

A vegetação na área tem ambientes variados. Há ocorrência de Floresta Estacional Decidual, resultante de duas estações bem demarcadas anualmente, a exemplo do município de Itapetinga; Floresta Ombrófila Densa, como em Macarani; e Floresta Estacional Semidecidual, que representa transição entre ambiente úmido e mais seco, a exemplo de Potiraguá. Fragmentos de Caatinga podem ser encontrados onde há maior incidência do clima semiárido. Existem também fragmentos de Floresta Estacional na porção oeste e de Floresta Ombrófila em estágio de regeneração na porção leste. As áreas antropizadas são constituídas de modo geral por pastagens e policulturas de subsistência. Localmente, há cultivo de cacau cabruca, em Potiraguá, e atividade de silvicultura, em Ibicuí. A porção norte do TI é mais preservada, enquanto que na parte sul predomina atividade pecuária.

O Planalto Soerguido influencia no fitoclima regional. Constitui os menores registros de precipitação e ainda a Floresta Estacional Decidual e a Caatinga Arbórea. Também as Colinas e Serras Pré-Litorâneas na porção nordeste do TI têm importância no fitoclima, com a Floresta Ombrófila Densa e maior precipitação.

a.6. Relevo

A altimetria varia entre 100 m e 400 m no Tabuleiro do Rio Pardo, com relevo de colinas e topos tabulares. No planalto soerguido (porção central), a altitude varia de 500 m a 1.000 m. Já no patamar oriental do Planalto de Vitória da Conquista, com relevo de morros, a altitude vai de 300 m a 600 m. A depressão interplanáltica de Itapetinga apresenta modelados de aplanamento com altimetria variando de 100 m a 300 m.

a.7. Áreas protegidas e de uso especial

A única Unidade de Conservação atualmente no território de identidade é a Área de Preservação Ambiental Serra do Ouro, no município de Iguaí. Tem jurisdição estadual e se enquadra como uso sustentável

b. Diagnóstico Socioeconômico

b.1. Contexto Regional – ocupação/ Assentamento rurais / comunidades sensíveis

Sua povoação iniciada em fins do século XIX por aventureiros à procura de terras férteis para agricultura e pecuária. A região passou a ser conhecida em 1912, quando o pioneiro Bernardino Francisco de Souza e alguns parentes e trabalhadores, tentando encontrar a estrada entre Vitória da Conquista e Ilhéus, fixaram-se às margens do Rio Catolé, dedicando-se a atividades agrícolas.

Cinco Projetos de Assentamento de Reforma Agrária estão presentes no TI completando um total de 3.984 ha, para atendimento de 247 famílias. O município de Iguaí tem o maior número de projetos – três, no total.

b.2. Identidades Espaciais –atividades econômicas/ demografia

O produto interno bruto (PIB) per capita, para o ano de 2012, foi de R\$ 7.011,22, inferior ao da Bahia, que apresentou o valor de R\$ 11.832,33.

Concernente ao produto interno bruto do território de identidade, o setor de serviços tem maior participação (66,9% para o ano de 2012). A agropecuária e a indústria são, respectivamente, representativas em 10,0% e 23,1% do PIB.

A agricultura, no ano de 2012, apresentou lavouras permanentes de banana, cacau e café.

No setor da indústria, destacam-se os estabelecimentos voltados à indústria de transformação e manufatureira, especialmente em Itapetinga, onde está situado um polo calçadista formado pela Vulcabrás Azaleia. Também este município tem uma participação relativa de 79,4% das empresas do setor de construção civil, quando comparado com o restante dos municípios do território de identidade.

A vulnerabilidade fiscal desses municípios, com baixa capacidade de gerar receitas próprias, torna-os mais vinculados aos programas sociais do governo federal, principalmente para custeio em educação, saúde, saneamento básico e investimentos em infraestrutura. As receitas próprias são insuficientes para a execução de políticas públicas que possam melhorar a qualidade de vida da população.

O processo de ocupação tem forte alcance na presença da pecuária bovina como atividade de abrangência cultural. A influência vem da atividade no norte de Minas Gerais e no sudoeste do estado. Alguns municípios, como Caatiba e Macarani, por exemplo, foram desmembrados de Vitória da Conquista. O território de identidade,

portanto, foi conformado também pela expansão de populações dessa área em busca de terras para agricultura e pecuária, integrando a cultura sertaneja. Esse processo de ocupação, apesar do enriquecimento cultural, extirpou a vegetação natural, que deu lugar às pastagens que predominam na região.

A presença das comunidades quilombolas é notada com três representantes, que de alguma forma também denotam influências no processo de ocupação. No município de Itambé, a comunidade Pedra, com 35 famílias. Em Itororó, a comunidade Rua da Palha, sem informação sobre o número de famílias. Em Nova Canaã, a comunidade Guerém, com, aproximadamente, 38 famílias.

b.3. Patrimônio

Dentre as manifestações culturais, as festas de vaqueiro, provenientes da já citada influência sertaneja, constituem um expoente difusor regional do modo de vida e costumes característicos no território de identidade.

Território de Identidade nº 17 - Semiárido Nordeste II

Está localizado no Nordeste Baiano, ocupando uma área de 15.982 km², o que corresponde a aproximadamente 2,8% do território estadual. É composto pelos municípios de Ajustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Novo Triunfo, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto.

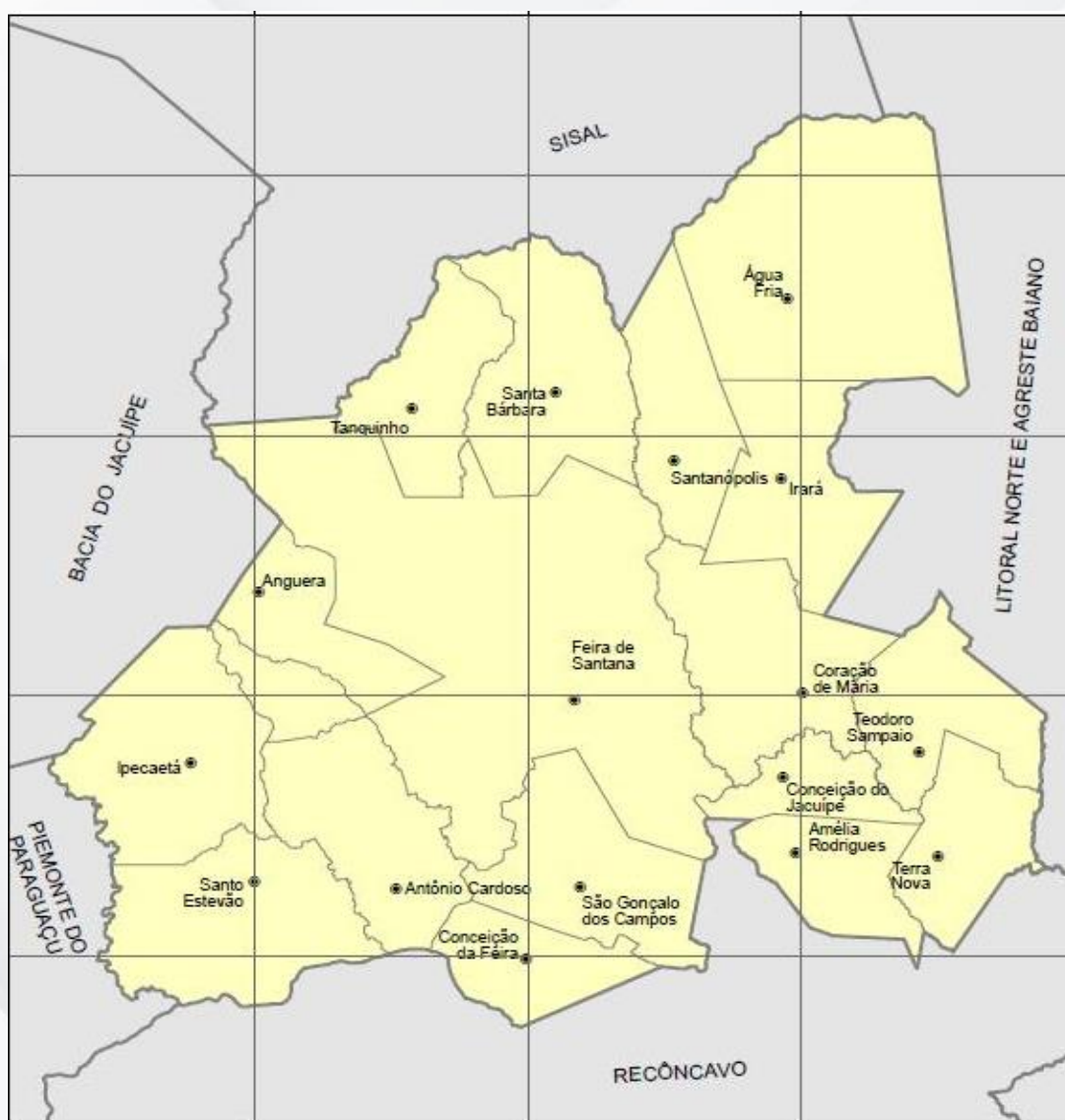


Figura 16 – Municípios do Território de Identidade Semiárido Nordeste II

a. Diagnóstico Ambiental

a.1. Clima

O território faz parte da área de abrangência do Semiárido, e todos os municípios estão inseridos na Região Semiárida. Predomina o clima semiárido, com ocorrência do clima árido em Santa Brígida, Jeremoabo e Euclides da Cunha. Na porção entre Paripiranga, Cícero Dantas e Cipó, clima subúmido a seco nos tabuleiros e patamares. Chove em média 500 mm nas áreas áridas e 1.000 mm onde incide o clima subúmido a seco, e a temperatura média fica em torno dos 23,6°C.

a.2. Recursos Hídricos

As bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Vaza-Barris, Itapicuru e Real compõem a área. A maioria dos cursos d'água é intermitente e os permanentes concentram-se em parte da bacia do Vaza-Barris. Os principais rios são Caraíbas, do Peixe, Real e Vaza-Barris. O espelho d'água mais importante do território é o açude da Barragem de Adestina.

a.3. Solos

Os Neossolos Quartzarênicos e Litólicos e os Argissolos Vermelho-Amarelos predominam no território. Ocorrem ainda Cambissolos, Latossolos, Planossolos e Vertissolos. É uma região com restrição para lavouras, com regime hídrico arídico dos solos arídico, mas com alguma aptidão agrícola para lavouras nos Argissolos Vermelho-Amarelos em Nova Soure, e aptidão para conservação do patrimônio natural onde ocorrem os Neossolos Litólicos, como em Adestina, Euclides da Cunha, Jeremoabo, Paripiranga, Pedro Alexandre e Santa Brígida.

a.4. Recursos Minerais

As principais ocorrências minerais em quantidade de registro são: calcário em Adestina, Euclides da Cunha e Paripiranga, granito em Coronel João Sá, e bário em Euclides da Cunha. Os principais usos do calcário são em construção civil e na agricultura; o granito é aplicado em ornamentação e construção civil; o bário é utilizado em lâmpadas fluorescentes, velas (de ignição), válvulas eletrônicas e fogos de artifício. Outros minerais presentes são cobre e pirita.

a.5. Ecossistemas Terrestres

Áreas de Caatinga, Vegetação Secundária, Cerrado e Floresta Estacional compõem a vegetação do território. Há também áreas de Contato Cerrado-Caatinga Arbórea Aberta, especialmente em Jeremoabo. As porções mais preservadas encontram-se entre Santa Brígida e Euclides da Cunha. A área de Tensão Ecológica de Caatinga situa-se entre Pedro Alexandre e Paripiranga. No entorno, há cultivo de feijão, milho e mandioca, pastagem, palma forrageira e policulturas irrigadas. Ocorrem ainda atividades agropastoris, cultivo de castanha de caju, policulturas comerciais de mandioca, algodão e manga, mamona e sisal, em Euclides da Cunha e Jeremoabo.

a.6. Relevo

É formado pela Depressão Sertaneja, Patamares Dissecados de Cícero Dantas, Pediplano do Baixo São Francisco, Residuais nas Depressões Interplanálticas,

tabuleiros de Itapicuru e do Raso da Catarina. As áreas de menor altimetria concentram-se em Euclides da Cunha, na depressão. As áreas mais altas estão no pediplano e nos tabuleiros, chegando a 400 m de altitude.

a.7. Áreas protegidas e de uso especial

Dentro desse território encontra-se apenas uma pequena Área de Proteção Permanente (APA) Lago de Pedra do Cavalo no município de Antônio Cardoso.

b. Diagnóstico Socioeconômico

b.1. Contexto Regional – ocupação/ Assentamento rurais / comunidades sensíveis

No século XVII, jesuítas e capuchinhos chegaram à região para catequizar índios Kiriris, juntamente com desbravadores da Casa da Torre que saíram do litoral para o sertão à procura de minerais preciosos. Os índios Kiriris ou Quiriris, povos indígenas brasileiros que habitavam a região do Itapicuru de Cima, falavam a língua Tupi e sobreviviam da caça e da coleta de frutos. Durante os séculos XVIII e XIX, freis capuchinhos e jesuítas transformaram antigos povoados indígenas em vilas ou freguesias, como Bom Conselho (Cícero Dantas), Natuba (Nova Soure), Vila de Pombal (Ribeira do Pombal), Cumbe e Massacará (Euclides da Cunha), São João Batista (Jeremoabo) e Patrocínio do Coité (Paripiranga). A atividade econômica da região era a agricultura familiar e a pecuária leiteira com destaque para a criação de caprinos e bovinos.

Metade dos municípios do território abriga pelo menos um projeto de assentamento de reforma agrária, e ao todo destinam 24.719 ha, beneficiando cerca de 660 famílias. Cipó, Nova Soure, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal e Santa Brígida são contemplados pelo programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, organizados em 6.000 ha e 342 famílias.

b.2. Identidades Espaciais –atividades econômicas/ demografia

De acordo com o Censo Demográfico 2010, a população total do TI era de 407.928 habitantes. 44,9% dos habitantes residem no meio urbano e 55,1% no meio rural, perfazendo um grau de urbanização bastante inferior à média do estado que é de 72,1%.

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita foi de R\$ 6.467,38, representando menos da metade do valor do estado, que foi de R\$ 13.577,74.

A única cultura permanente relevante para a economia agrícola do local é a castanha de caju, com participação de 70,5% na produção do estado. As lavouras temporárias predominantes em 2015 foram feijão, mandioca e milho.

O TI obteve uma baixa representatividade, 1,7% no setor de serviços e 0,8% no comércio. Para o setor da indústria destacaram-se a indústria de transformação e a manufatureira, especialmente em Euclides da Cunha que concentra 30,8% das indústrias do TI. Destaque para a atividade de transformação de calçados, confecções, sabão, velas, bebidas, sacos, sacolas etc.

Santa Brígida gera, junto ao município alagoano de Delmiro Gouveia, 400 mil kW de energia hidrelétrica, produzida pela Usina Apolônio Sales (Moxotó), no Rio São Francisco (Chesf). O Projeto de Irrigação Bacia Sedimentar de Tucano, nos municípios de Cipó e Ribeira do Amparo, tem como fonte hídrica poços tubulares e está sob responsabilidade da Seagri.

b.3. Patrimônio Cultural

As festas juninas são destaque turístico do território, além dos eventos ligados à cultura sertaneja.

Há uma comunidade de fundo de pasto no município de Euclides da Cunha, o projeto Fazenda Curralinho, formado por 70 famílias.

Os povos indígenas Kaimbé, Kiriri e Tuxá estão distribuídos no território em mais de 20 terras/aldeias, nos municípios de Euclides da Cunha e Banzaê, e são importante referência da ocupação indígena que originou o território.

O legado da luta pela liberdade dos povos negros está nas comunidades quilombolas em Banzaê, Cipó, Jeremoabo e Sítio do Quinto.

Território de Identidade nº 04 – Sisal.

O Território de Identidade Sisal está localizado no Nordeste Baiano, ocupando uma área de 20.405 km², o que corresponde a aproximadamente 3,6% do território estadual. É composto pelos municípios de Araci, Barrocas, Biritinga, Candéal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente.

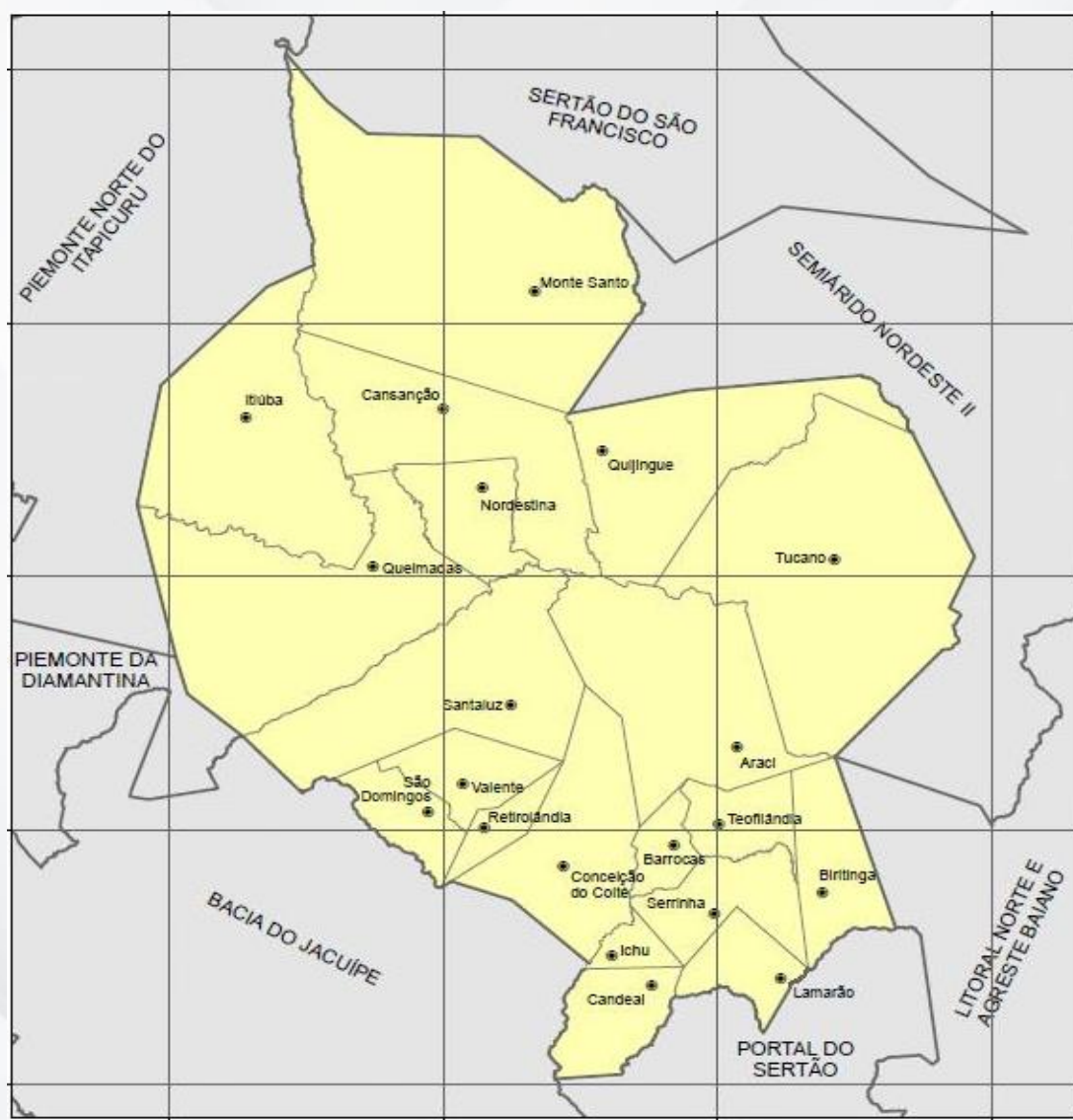


Figura 17 – Municípios do Território de Identidade Sisal

a. Diagnóstico Ambiental

a.1. Clima

Predomina o clima semiárido, com pluviosidade variando entre 400 mm e 500 mm e chuvas de primavera/verão. A temperatura média fica em torno dos 24,2° C.

Ocorre ainda clima árido entre os municípios de Tucano e Cansanção, e subúmido a seco numa porção entre Biritinga e Candeal.

a.2. Recursos Hídricos

A Bacia Hidrográfica mais importante do território é a do Itapicuru, que ocupa mais da metade da área, abrangendo municípios como Itiúba, Cansanção, Quijjingue e

Tucano. Outras bacias existentes são a do Paraguaçu, Inhambupe e Recôncavo Norte, todas na porção sul. Os principais cursos d'água são os rios Inhambupe, Itapicuru e Jacuípe. A região possui 15 importantes espelhos d'água, a exemplo dos açudes das barragens de Araci e de Rômulo Campos/Jacurici, entre os municípios de Cansanção e Itiúba.

a.3. Solos

Predominam os Planossolos Háplicos, ricos em sódio e de drenagem deficiente. Ocorrem ainda Argissolos, Latossolos, Luvisolos, Neossolos e Vertissolos, sendo que as melhores aptidões para lavouras estão nos Argissolos Vermelho-Amarelos e nos Latossolos Vermelho-Amarelos, no município de Biritinga.

a.4. Recursos Minerais

As principais ocorrências minerais em quantidade de registro são: bário em Biritinga, Quijingue e Tucano, cobre em Cansanção, Itiúba, Monte Santo, Nordestina, Quijingue e Santaluz e ouro em Araci, Barrocas, Cansanção, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Santaluz, Serrinha, Teofilândia e Tucano.

Os principais usos do bário são em lâmpadas fluorescentes, velas (de ignição), válvulas eletrônicas e fogos de artifício; o cobre é aplicado na indústria para fabricação de tubos e na composição de ligas metálicas; o ouro é aproveitado em joias, como base monetária, em satélites e na indústria química. Outros minerais presentes são granito, mármore, cromo, quartzo, turmalina, grafita, manganês, calcário, chumbo e urânio.

a.5. Ecossistemas Terrestres

Caatinga, Floresta Estacional, Vegetação Secundária e até mesmo áreas de Cerrado compõem a vegetação do território. A Caatinga Arbórea e Arbustiva Densa e a Floresta Estacional podem ser encontradas em Tucano, Queimadas e Quijingue. As áreas mais preservadas localizam-se na porção leste, com uma faixa mais contínua de Caatinga e Contato com o Cerrado. A palma forrageira e o sisal destacam-se quanto aos usos no território, o que justifica, inclusive, sua identidade, além das pastagens. As atividades agropastoris em meio à vegetação secundária ocorrem em boa parte, de modo pulverizado. Outros importantes usos são os cultivos temporários tradicionais de feijão, milho e mandioca e mamona (porção leste).

a.6. Relevo

O relevo é formado majoritariamente por Depressão Sertaneja, com ocorrência de inselbergs e lagoas temporárias. Os Residuais nas Depressões Interplanálticas abrigam colinas e morros, causando uma diferenciação paisagística na área, essencialmente plana. O Tabuleiro de Itapicuru, na porção leste, e os Tabuleiros Interioranos, na porção oeste possuem altitudes que podem chegar a 300 m e 400 m, respectivamente.

a.7. Áreas protegidas e de uso especial

Neste território encontram-se três Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN): Fazenda Morrinhos, Canto dos Pássaros e Fazenda Piabas, nos municípios de Queimadas e Santa Luz.

b. Diagnóstico Socioeconômico

b.1. Contexto Regional – ocupação/ Assentamento rurais / comunidades sensíveis

O desbravamento da região inicia-se no século XVII, quando colonizadores portugueses abriram a estrada das boiadas que ligava a capital da colônia portuguesa no Brasil ao alto sertão do Rio São Francisco. Por muito tempo, o território era conhecido por sertões de Tocós, nome atribuído ao lugar onde viviam os silvícolas que foram assim nomeados pelos bandeirantes. Estes índios habitavam inicialmente o litoral da Bahia, mais precisamente no Recôncavo baiano, e, paulatinamente, foram expulsos de suas terras pelos grandes latifundiários durante o período de colonização e, então, empurrados rumo aos sertões da Bahia, onde teriam fixado moradia. O sertão de Tocós foi cenário de um processo acirrado de concentração fundiária, dando origem a grandes latifúndios e concessões de sesmarias. As terras concedidas a Guedes de Brito foram denominadas Sesmaria de Tocós e, após o falecimento de seu proprietário, sofreram intenso processo de desmembramento, em decorrência da venda de lotes pelos herdeiros. A sesmaria, que abarcava uma área superior a 20 léguas, foi, ao longo desse processo, desmembrada em inúmeras fazendas, nas quais predominava a criação de gado. A partir dessas fazendas, impulsionou-se o processo de povoamento, dando origem a importantes freguesias, dentre as quais a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité. Os primeiros municípios a serem criados foram Monte Santo e Tucano, ambos em 1837.

Em relação aos projetos de assentamento de reforma agrária, o território destina mais de 93 mil ha para este fim, beneficiando cerca de 2.170 famílias, com o município de Tucano abrigando nove dos mais de 35 projetos de assentamento e ainda acolhendo as cinco associações beneficiadas pelo Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, que totaliza pouco mais de 4.300 ha, com 168 famílias contempladas.

b.2. Identidades Espaciais –atividades econômicas/ demografia

Conceição do Coité e Serrinha são os maiores representantes da atividade industrial no território, tendo a fabricação de calçados e o beneficiamento do sisal (fibras têxteis) como destaques.

Para o setor da indústria destacaram-se a indústria de transformação e a manufatureira, especialmente no município de Conceição do Coité, que concentra 32,5% das indústrias da região, com ênfase na atividade de transformação e beneficiamento da fibra originária do sisal, na fabricação de cordas sintéticas, calçados, água sanitária, velas, bebidas, redes plásticas, sacos, sacolas, refrigerantes, torrefações de café e confecções etc.

A proporção da população em extrema pobreza em 2010 era de 24,7%, enquanto a maior proporção apresentada pelo estado da Bahia era de 15,0%. No entanto, a faixa da população em extrema pobreza se distribuía de forma diferenciada nos municípios do território. Dez deles possuíam proporções acima de 30,0%, destacando-se os municípios de Nordestina (35,9%), Monte Santo (35,5%), Itiúba e Quinjingue (34,6%). Outros registravam taxas menores que 15,0%, a exemplo de Candéal, Retirolândia, São Domingos e Valente (6,5%).

b.3. Patrimônio Cultural

O artesanato à base de sisal, os festejos da Semana Santa e juninos são alguns dos destaques do patrimônio cultural do território. Em Tucano, moradores e turistas desfrutam da instância hidromineral no distrito de Caldas do Jorro, onde se pode tomar banhos de águas termais com temperaturas acima dos 40 °C. A culinária elaborada a partir da carne de bode e leite de cabra também compõe os atrativos culturais e turísticos.

Os projetos de assentamento de fundo de pasto têm forte presença no território, e o modo de vida dessas comunidades têm como principal característica a criação de

gado solto (especialmente caprino e ovino) em meio à vegetação da caatinga, o que consiste numa forma de preservar a vegetação natural

Território de Identidade nº 02 – Velho Chico

Localiza-se no Vale Sanfranciscano, ocupando uma área aproximada de 45.986 km² que corresponde a aproximadamente 8,14% do território estadual. É composto pelos municípios de Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato.

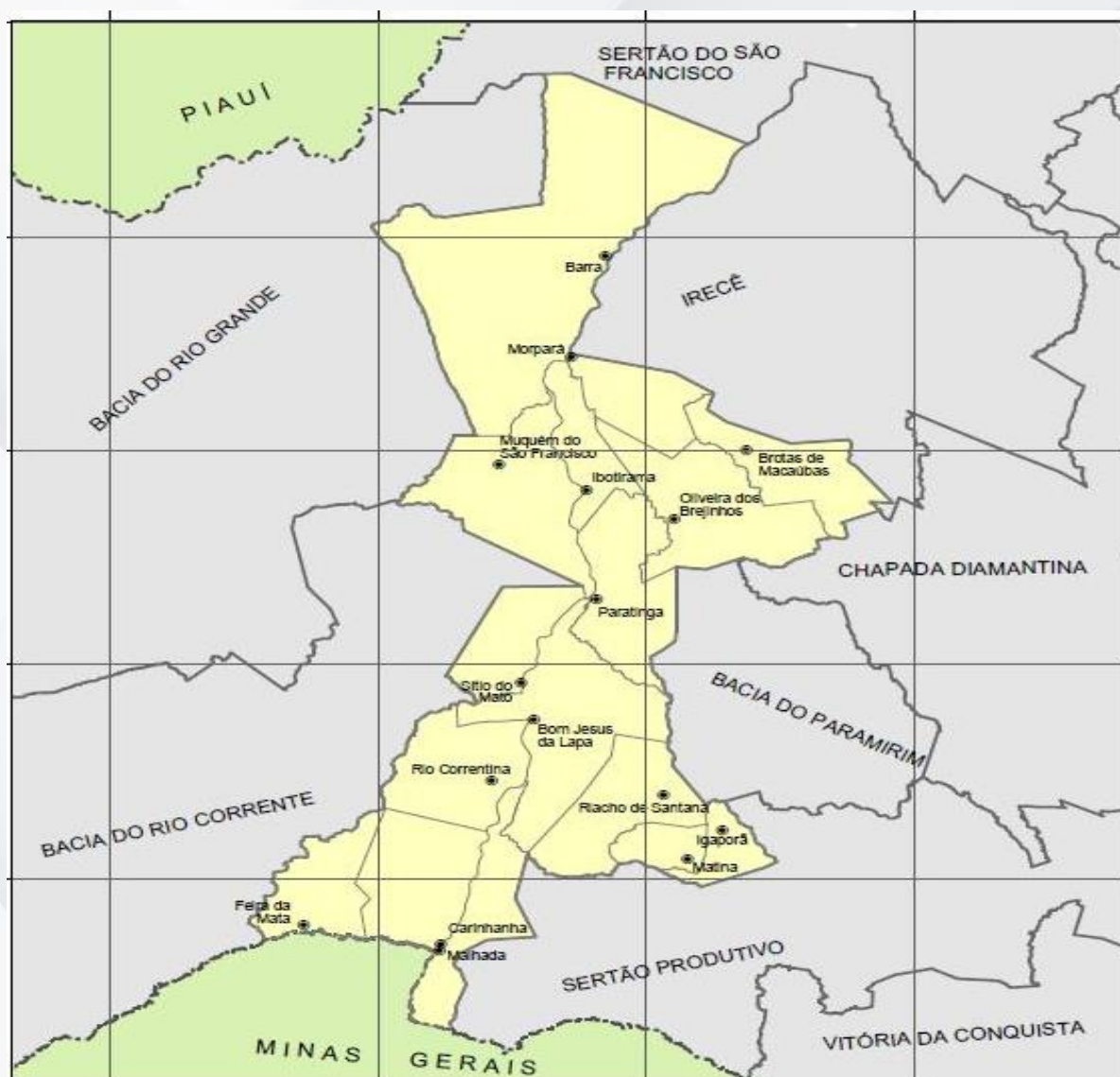


Figura 18 – Municípios do Território de Identidade Velho Chico

a. Diagnóstico Ambiental

a.1. Clima

Todos os municípios enquadram-se na Região Semiárida. Predomina o clima semiárido e em alguns trechos das bordas leste e oeste, há ocorrência do clima subúmido a seco, como em Brotas de Macaúbas, Riacho de Santana, Muquém do São Francisco e Feira da Mata. Um dos fatores que influenciam na homogeneidade climática é o caráter latitudinal do território, com sua extensão norte-sul. A pluviometria varia de 800 mm a 1.000 mm, mesmo com maior incidência do clima semiárido, isto porque as chuvas, que ocorrem no período de primavera/verão, são torrenciais. Onde há influência do clima subúmido a seco, chove menos e de maneira espaçada durante o ano. A temperatura varia de 19 °

°C a 30 °C, sendo as médias em torno de 23 °C. A porção sudoeste apresenta temperaturas mais baixas, como em Carinhanha. Já Ibotirama e entorno apresentam área de temperaturas mais altas e sem excedente hídrico.

a.2. Recursos Hídricos

Todo o território está inserido na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, que, por sua vez, corta o território na direção sul-norte. É o rio mais importante do estado e integra vários municípios, além de percorrer e formar paisagens belíssimas, assim como tem influência na dinâmica socioeconômica. Além do São Francisco, afluentes de magnitude percorrem a região: Rio Carinhanha (divisa com Minas), Rio Correntina, Rio das Rãs e Rio Paramirim. Dentre os espelhos d'água, um trecho da margem esquerda sul do Lago de Sobradinho está na área, mais precisamente no município de Barra. O território também tem importantes lagoas, como a Brejo do Saco, em Barra, a Lagoa das Queimadas, em Muquém do São Francisco, e a Lagoa do Lado Grande, em Ibotirama. As represas Cabeça do Boi (em Bom Jesus da Lapa), da Aguada (em Brotas de Macaúbas) e Lagoa Dantas (entre Bom Jesus da Lapa e Paratinga) também são importantes reservatórios para região.

a.3. Solos

Predominam Latossolos Vermelho-Amarelos, com ocorrência de Argissolos, Cambissolos, Neossolos, Planossolos e Vertissolos. Os Latossolos Vermelho-Amarelos estão relacionados a áreas planas, suavemente onduladas e onduladas. Analogamente à aptidão, os Neossolos Flúvicos, (em Bom Jesus da Lapa, Carinhanha

e Feira da Mata), os Argissolos Vermelho-Amarelos (em Brotas de Macaúbas, Igaporã e Matina) e os Cambissolos Háplicos (em Malhada, Muquém do São Francisco e Sítio do Mato), por exemplo, apresentam as melhores aptidões para a implantação de lavoura, além de melhor desempenho para suprir restrições de fertilidade, desde que aplicadas técnicas de manejo.

a.4. Recursos Minerais

As principais ocorrências minerais em quantidade de registro são: quartzo hialino (cristal de rocha), em Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Ibotirama, Morpará, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga e Riacho de Santana, flúor, em Feira da Mata, Riacho de Santana e Serra do Ramalho, e manganês, em Barra, Brotas de Macaúbas, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga e Riacho de Santana.

O quartzo hialino tem uso em fundição, indústria de vidros, esmalte, sabão, abrasivos, lixas, cerâmicas e indústria eletrônica, e é o mineral mais abundante do planeta; o flúor é utilizado na energia nuclear, na indústria farmacêutica e odontológica, e é muito reativo e tóxico; o manganês tem uso na indústria de metais, pilhas, vidros, na indústria química e de fertilizantes. Outros minerais encontrados no território são: vermiculita, cobre, amianto, mármore, bário, talco, ouro (em Bom Jesus da Lapa e Brotas de Macaúbas), chumbo, diamante (em Barra e Brotas de Macaúbas), ferro e níquel.

As substâncias exploradas são enviadas para outros locais, onde são beneficiadas e aplicadas em diferentes usos. Ainda assim, a fabricação de cerâmica vermelha é registrada em Barra, Ibotirama e Riacho de Santana. As indústrias são de pequeno porte e fabricam artefatos de argila e cerâmica.

a.5. Ecossistemas Terrestres

Há predomínio de Caatinga, Cerrado e Contato Caatinga/Floresta Estacional e Caatinga/Floresta. A Caatinga ocorre fragmentada no TI, porém, mais especialmente na porção leste e quando associada à Floresta, os fragmentos aparecem mais continuamente. As áreas de cerrado são mais uniformes, apresentando sua porção mais integrada em Barra. A Floresta de Galeria é encontrada nas várzeas dos rios principais. Nas áreas das serras, há presença de Floresta Estacional Decidual Montana. Em Barra e Muquém do São Francisco, a vegetação secundária tem presença nas áreas de Caatinga Arbórea Aberta e Parque (campo sujo). O Território

tem áreas bem preservadas, mas com uso antrópico relevante, especialmente para agropecuária, tendo em Brotas de Macaúbas, Morpará, Oliveira dos Brejinhos, Ibotirama e Matina grandes áreas antropizadas. Brotas de Macaúbas apresenta policultura comercial e de subsistência, enquanto Matina e Riacho de Santana, pastagem associada a culturas temporárias. A pastagem está presente em todo o TI, associada a outras atividades, como as culturas irrigadas.

a.6. Relevo

A altimetria varia entre 400 m e 1.400 m e um dos fatores para esta amplitude é em virtude de o território ser formado por serras, gerais e depressões. As áreas de altimetria mais baixa formam a Depressão do Médio São Francisco e sua Planície Fluvial, as Depressões de Paramirim e Guanambi e a Depressão dos rios Grande e Preto, esta predominantemente no município de Barra. As Serras do Ramalho e Iuiu, Gerais da Diamantina, as Serras Ocidentais da Chapada Diamantina e as Serras Alinhadas do Espinhaço compõem as áreas mais altas.

a.7. Áreas protegidas e de uso especial

Parte da APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco ocupa quase metade do município de Barra, com aproximadamente 514 mil ha. Dentro do território também se encontram 7 RPPN (2 na Fazenda Forte, 2 na Fazenda Boa Vista e 1 na Fazenda Retiro) no município de Carinhanha, e uma RPPN (Fazenda Pé de Serra) em Ibotirama.

O território registra 43 cavernas aglomeradas em Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Feira da Mata, Malhada e Serra do Ramalho. Bom Jesus da Lapa é um centro de romarias e suas grutas recebem milhares de fiéis todos os anos, dinamizando o turismo enquanto atividade econômica regional. Muitas das cavidades são chamadas de grutas, o que pode ter relação com pretéritos garimpos de diamante.

O povo negro escravizado que fugiu das fazendas de gado e das minas deu origem a seus descendentes e a mais de 70 comunidades quilombolas, o que demonstra a ocupação do Vale do São Francisco com multiplicidade étnica e cultural.

O patrimônio arqueológico aparece nos 28 sítios espalhados pelos municípios de Feira da Mata, Oliveira dos Brejinhos, Brotas de Macaúbas, Muquém do São Francisco, Serra do Ramalho e Sítio do Mato. As maiores concentrações estão em Brotas de Macaúbas e Muquém do São Francisco, com sítios de arte rupestre,

cerâmico e lítico (ETCHEVARNE; PIMENTEL, 2011). Como a atividade mineira no território é intensa, é importante a descoberta e a preservação dos sítios para não serem destruídos com o avanço da exploração.

b. Diagnóstico Socioeconômico

b.1. Contexto Regional – ocupação/ Assentamento rurais / comunidades sensíveis

A exploração da região foi iniciada na segunda metade do século XVII, quando um curral da Casa da Torre, de Garcia d'Ávila, foi implantado nas barrancas do Rio Grande, exatamente onde suas águas se juntam às do Rio São Francisco. Junto aos sertanistas vieram os padres para catequizar os índios dessas terras, construindo a Capela de São Francisco de Chagas da Barra do Rio Grande do Sul, que mais tarde se transformou em arraial e, posteriormente, no atual município de Barra. Também no mesmo período, por meio de bandeiras organizadas pelo mestre de campo Antônio Guedes de Brito, proprietário da sesmária da Casa da Ponte, iniciou-se o povoamento da região. Penetrando no sertão baiano, os bandeirantes instalaram muitas fazendas de gado, entre elas a fazenda “Morro” que originou o povoado de Bom Jesus.

Todavia, o povoamento só tomou impulso com a chegada do português Francisco Mendonça Mar ao local, em 1681. Mendonça Mar chegou à Bahia em 1679, onde trabalhou como ourives e pintor. Depois, cumprindo penitência, despojou-se de todos os bens e saiu caminhando pelo sertão, conduzindo uma imagem do Senhor Bom Jesus, até encontrar uma aldeia de índios Tapuias, situada entre o morro e o rio. Instalando-se na gruta mais oculta, Mendonça Mar foi encontrado por garimpeiros, que espalharam a notícia da existência de um homem santo que habitava uma gruta. Daí em diante, o morro passou a ser ponto de afluência de peregrinos e aventureiros que ali se estabeleceram, formando o povoado de Bom Jesus da Lapa.

O destaque é o município de Bom Jesus da Lapa que, além de ser um dos mais antigos do território, tem a maior população e apresenta dinamismo econômico diferenciado, principalmente associado à atividade do turismo religioso.

Os projetos de assentamento de reforma agrária são 13, perfazendo um total de 99.085 ha e podendo atender 2.558 famílias. Além desses, existem quatro associações que atendem 136 famílias através do Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, totalizando 4.266 há.

b.2. Identidades Espaciais –atividades econômicas/ demografia

Os principais produtos importados por Igaporã, destinados à produção de energia eólica, no ano de 2014, foram: circuitos integrados eletrônicos, transformadores elétricos, fios, cabos e outros condutores, centrifugadores e borrachas vulcanizadas. Os principais países de origem dessas importações foram: Reino Unido, Dinamarca, Alemanha, Estados Unidos, Holanda e China.

Na agricultura, no ano de 2015, destacaram-se as lavouras permanentes de tangerina e banana.

Existem quatro usinas geradoras de energia no território, sendo três em Brotas de Macaúbas, todas eólicas, e uma solar em Oliveira dos Brejinhos, totalizando 100.190 kW de potência. Existem dois projetos de irrigação, o Brejo da Barra e o Formoso A e H, em Barra e Bom Jesus da Lapa, respectivamente, com 15.451 ha de área irrigável, sendo que o maior, o Projeto Formoso, tem entre seus principais cultivos a banana, o mamão e o feijão, com espaço para a agricultura familiar e empresarial, gerando 7 mil empregos diretos e produzindo mais de 170 mil toneladas de alimentos.

Todos os municípios, em 2010, registraram desenvolvimento humano inferior ao apresentado pelo estado da Bahia, sendo que, em apenas quatro municípios do território (Bom Jesus da Lapa, Ibotirama, Igaporã e Riacho de Santana), esse índice foi superior a 0,600.

b.3. Patrimônio

O processo de ocupação das terras tem forte relação com a expansão dos latifúndios dos Garcia d'Ávila. Os currais formados pela criação extensiva de gado misturaram-se às populações indígenas que ali viviam. A riqueza mineral também foi um fator determinante na procura de trabalho escravo para lidar na atividade, ao longo do São Francisco. O Rio São Francisco foi um dos mais importantes motivadores para o surgimento de povoados, que depois vieram a se constituir nos municípios. Essa ocupação remete ao século XVIII. Posteriormente, a expansão dos povoados intensificou a navegação pelo São Francisco, que se tornou um vetor para escoamento da produção mineral e aportamento de aventureiros no entorno do vale. Por ter grande extensão territorial, as primeiras áreas que se constituíram em municípios, como Barra, Paratinga, Bom Jesus da Lapa e Carinhanha, foram passando por desmembramentos e dando lugar à implantação de infraestruturas para

integração com áreas geograficamente mais centrais do país e com Salvador, como a construção da BR-242. O acervo cultural material presente no território é marcado especialmente pelo conjunto arquitetônico das sedes municipais de Barra, Ibotirama e Bom Jesus da Lapa. Este último, além do casario histórico, abriga importante manifestação religiosa que dinamiza a economia regional sazonal em torno do turismo. A cidade é uma espécie de santuário e recebe milhares de pessoas em suas caravanas durante todo o ano, movimento intensificado no mês de agosto, quando ocorre a Romaria do Bom Jesus. O legado da ocupação é demonstrado também na existência de populações tradicionais. As comunidades de Feixe (cerrado) e Fundo (caatinga) e de Pasto criam o gado bovino (cerrado) e caprino (caatinga) em áreas coletivas, extensivamente na vegetação natural, em meio a conflitos de terra com as atividades de pastagem e mineração. São 15 comunidades distribuídas em Barra, Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos. Os indígenas também estão presentes no território, representados por cinco povos: Atikúm, Kiriri, Pankaru, Pataxó e Tuxá. Em Ibotirama, Muquém do São Francisco e Serra do Ramalho localizam-se as aldeias, com uma área de mais de 3.060 ha e população acima de 760 índios. A permanência destas terras indígenas e aldeias reforça a resistência dessa população cada vez mais vulnerável e necessitada de políticas públicas afirmativas.

Território de Identidade nº 23 – Bacia do Rio Corrente.

O Território de Identidade Bacia do Rio Corrente está localizado no Extremo Oeste Baiano, ocupando uma área de 44.813 km², o que corresponde a aproximadamente 8% do território estadual. É composto pelos municípios de Brejolândia, Canápolis, Cocos, Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Félix do Coribe, Serra Dourada e Tabocas do Brejo Velho.

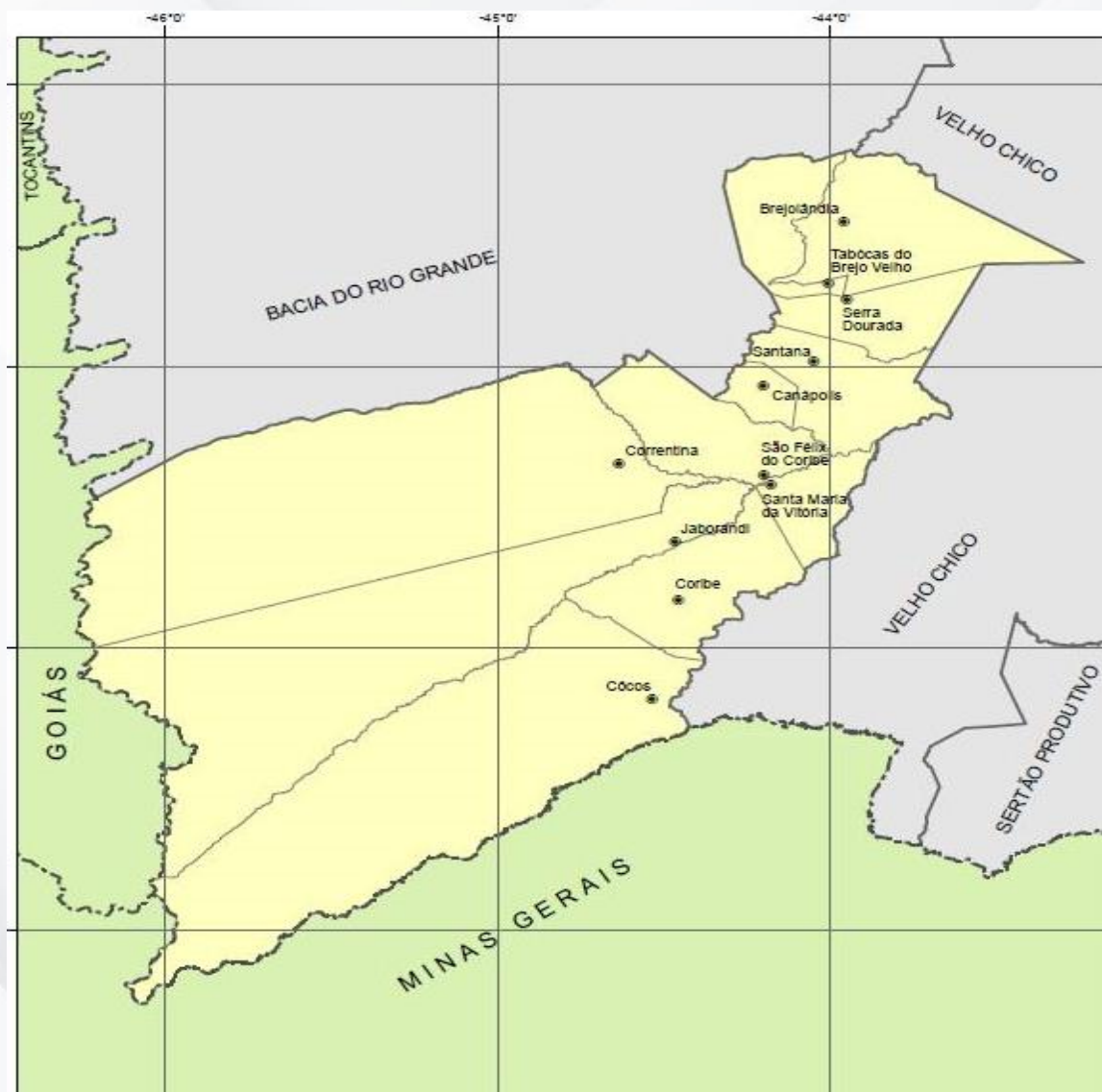


Figura 19 – Municípios do Território de Identidade Bacia do Rio Corrente

a. Diagnóstico Ambiental

a.1. Clima

O território faz parte da área de abrangência do Semiárido, sendo que os municípios de Jaborandi, Correntina, Canápolis e Santa Maria da Vitória não estão inseridos na Região Semiárida. No sentido Leste-Oeste ocorre uma variação climática que vai do clima semiárido ao úmido. Na porção central, incidem as faixas subúmida a seca e úmida a subúmida, predominantes no território. Na porção leste, onde ocorrem predominantemente os climas semiárido e subúmido a seco, as chuvas incidem na primavera/verão, registrando entre 800 mm e 1.000 mm de pluviometria, enquanto que, na porção úmida, no extremo oeste, a estação seca é bem definida, com chuva

intensa também no período primavera/verão e temperatura média anual de 23,4 °C, aproximadamente.

a.2. Recursos Hídricos

Está completamente inserido na bacia hidrográfica do São Francisco. A drenagem paralela é uma das peculiaridades da hidrografia local, facilmente observada na porção oeste, de relevo escarpado paralelamente. Os principais rios são o Arrojadinho, Arrojado, Carinhanha, Correntina, das Éguas ou Corrente, do Meio, dos Angicos, Formoso, Guará, Itaguari e Pratudão, afora as poucas veredas que ainda resistem. Os espelhos d'água mais importantes são as lagoas do Juazeiro, em Tabocas do Brejo Velho, do Pratudinho e do Pratudão, em Jaborandi, e do Formoso, em Cocos e Jaborandi.

a.3. Solos

Os Latossolos Vermelho-Amarelos e os Neossolos Quartzarênicos prevalecem no território. Ocorrem ainda Afloramentos Rochosos (em Brejolândia, Cocos, Coribe, Santa Maria da Vitória, Santana e São Félix do Coribe). As melhores aptidões para lavouras estão nos Argissolos Vermelho-Amarelos, como (em Coribe, Jaborandi e São Félix do Coribe), nos Cambissolos Háplicos, como (em Santa Maria da Vitória, Santana e Brejolândia) e nos Latossolos Vermelhos (a exemplo de Jaborandi, Santa Maria da Vitória, e Coribe), desde que haja introdução de cultivos que necessitem de pouca água.

a.4. Recursos Minerais

A exploração mineral no território não é constatada em todos os municípios e as principais substâncias por quantidade de ocorrência são: flúor em Cocos, Coribe, Correntina, Santana e São Félix do Coribe, manganês em Cocos, Coribe, Correntina e Santa Maria da Vitória e turfa (origem vegetal) em Correntina.

Os principais usos do flúor são na energia nuclear e na indústria farmacêutica e odontológica, lembrando que é um mineral bastante reativo e tóxico; o manganês é empregado na indústria de metais, pilhas e vidros, na indústria química e em fertilizantes; a turfa é utilizada como fonte energética e na agricultura. Ainda são registradas as presenças de calcário, ouro (em Correntina), cobre e quartzo. As porções que compreendem o Patamar Cárstico e a Serra do Ramalho, ambos tendo em sua composição calcário, formam uma concentração de cavidades entre abismos,

buracos, cavernas, grutas, lapas e sumidouros, principalmente nos municípios de Coribe, São Félix do Coribe e Santana, que abriga a Gruta do Padre, terceira maior do país, com 16 km de extensão.

a.5. Ecossistemas Terrestres

O Cerrado, a Floresta Estacional e a Floresta de Galeria compõem o mosaico vegetacional do território. O Cerrado é encontrado ainda na forma gramíneo-lenhosa e com aspecto de parque, nos vales. Há Floresta Estacional Semidecidual na porção nordeste. A agricultura irrigada e altamente mecanizada destaca-se na área, que expande as fronteiras do agronegócio associado à pastagem. O cultivo de soja, algodão e milho ocorre com maior intensidade no oeste, como nos municípios de Correntina e Jaborandi, que também cultivam eucalipto, monocultura expoente na área e que influencia o aparecimento de carvoarias que fazem uso clandestino tanto da vegetação natural como do eucalipto. Inclusive, essas carvoeiras são difíceis de ser identificadas pelos órgãos de fiscalização ambiental. Outros cultivos importantes são arroz, melancia e cebola, nos municípios de Santa Maria da Vitória e Tabocas do Brejo Velho.

a.6. Relevo

Predominam as formações de relevo da Chapada do Oeste Baiano, recortada na direção sudoeste-nordeste pelos Vales e Planícies Fluviais. Outras formações importantes são a Depressão do Médio São Francisco, entre Brejolândia e Coribe e o Patamar de Correntina e Coribe. Além da Chapada do Oeste Baiano (cerca de 920 m de altitude), as maiores altimetrias são registradas no Patamar Cárstico e na Serra do Ramalho, em torno de 800 m.

a.7. Áreas protegidas e de uso especial

Cerca de 245 mil ha são protegidos pelo Parque Nacional Grande Sertão Veredas, no município de Cocos, e pelo Refúgio de Vida Silvestre das Veredas do Oeste Baiano, em Jaborandi e Cocos, ambos de jurisdição federal e proteção integral, sendo o primeiro interestadual (área no estado de Minas Gerais). Também se encontram nestas localidades as RPPN Veredas do Pratudinho, RPPN do Guará I e II, RPPN São Francisco da Trindade e RPPN Lagoa do Formoso. No Município de Santana encontra-se a RPPN Reserva Caroá.

b. Diagnóstico Socioeconômico

b.1. Contexto Regional – ocupação/ Assentamento rurais / comunidades sensíveis

A povoação da região foi iniciada com o processo de exploração de pedras preciosas e da descoberta de minas de ouro no Rio das Éguas, por volta do século XVIII. As bandeiras, que saíam do litoral com destino às minas situadas no interior do atual estado de Goiás, passavam pela via fluvial do Rio São Francisco, região onde é o município de Correntina. A notícia da existência de ouro por essas terras fez afluir certa quantidade de pessoas em busca do metal precioso, o que, conseqüentemente, resultou no surgimento de um povoado primitivo como núcleo para abastecimento. O primeiro município a surgir foi Correntina, em 1866, antes denominado Vila de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas. Apenas em 1891, por meio de um ato estadual, o município recebeu o nome de Correntina. Além deste, surgiram Santa Maria da Vitória (1880) e Santana (1890), o primeiro como resultado da exploração de ouro nas terras do atual município de Correntina e o segundo reflexo da expansão pecuária iniciada no século XVI pelo sertanista Garcia d'Ávila. Os demais municípios foram criados entre os anos 1950 e 1980, sendo que São Félix do Coribe foi o último a ser criado, já em 1989.

Os projetos de assentamento de reforma agrária Fazendas Reunidas Pai João (no município de Coribe), Jacarandá (em Santana) e Cacimba (também em Coribe) são os três maiores assentamentos de um total de 92.224 ha. 120 famílias são assistidas pelo Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, dispondo de pouco mais de 2.700 ha distribuídos em três associações nos municípios de Coribe e Santana.

b.2. Identidades Espaciais –atividades econômicas/ demografia

Há geração de energia na Pequena Central Hidrelétrica Presidente João Goulart, no município de Correntina, a partir das águas do Rio Correntina, e na Central Geradora Hidrelétrica (CGH) Girassol, em Jaborandi, instalada no Rio Pratudão, ambas somando 9 mil kW de potência. Enquanto expoente do agronegócio no estado da Bahia, o Território de Identidade Bacia do Rio Corrente conta ainda com o Projeto de Irrigação Piloto Formoso, no município de Coribe, com área irrigável de 528 ha, tendo como fonte hídrica o Rio Formoso, e com o Projeto Mocambo/Cuscuzeiro, em Santa Maria da Vitória, com área irrigável de 5 mil ha e água proveniente do Rio do Meio.

De acordo com o Censo Demográfico 2010, a população do TI Bacia do Rio Corrente era de 200.819 habitantes, 46,5% no meio urbano e 53,5% no meio rural, perfazendo um grau de urbanização inferior à média do estado, que era de 72,1% em 2010.

A corrente de comércio externo da região alcançou, em média, o valor de US\$ 134,8 milhões, no período entre 2005 e 2016. O saldo comercial do território tem sido positivo, pois o valor das exportações supera regularmente o das importações.

O aumento do IDH ocorreu de forma generalizada, sendo o maior valor registrado em São Em 2010, todos os municípios do TI possuíam IDH inferiores ao apresentado para o estado da Bahia, sendo que, em sete municípios (Coribe, Correntina, Jaborandi, Santa Maria da Vitória, Santana, São Felix do Coribe e Serra Dourada), o índice foi superior ou igual a 0,600. Apesar da boa evolução ocorrida no período, os indicadores ainda se encontravam baixos quando comparados à média estadual.

A proporção da população em extrema pobreza no TI Bacia do Rio Corrente era de 25,8%, maior que a proporção apresentada pelo estado da Bahia, que era de 15,0%.

b.3. Patrimônio

Os povos indígenas Massacarás, Pontás, Aracujás, Pimenteiras e Cariris habitavam as terras que compõem o Território de Identidade Bacia do Rio Corrente. Com a chegada de portugueses vindos de outras áreas do estado (litoral), que exploravam o Rio São Francisco e seus principais afluentes, como o Corrente, a área, que integrava o chamado Sertão de Pernambuco, iniciou um processo de atividades voltadas para o garimpo, a criação de animais e o surgimento de feiras devido ao transporte fluvial de mercadorias. Os primeiros povoados nasceram onde hoje se encontram as sedes dos municípios de Correntina, Santa Maria da Vitória e Santana, que possuem ainda importante casario histórico. Localizado numa área estratégica, que o aproxima de estados das outras regiões do país, além de ter recursos naturais fundamentais, como oferta de água, o território atraiu agricultores, especialmente do Sul, a partir dos anos 1960. Muitos conflitos de terra foram iniciados com os agricultores familiares locais. O agronegócio se estabeleceu com sucesso, dinamizando a economia regional e expandindo a fronteira agrícola, mas gerou uma estrutura fundiária de concentração de terras e uso desordenado dos recursos naturais. As manifestações culturais ocorrem em torno da Festa do Divino, do Reisado, das festas juninas, da chula e do que é próprio da cultura sertaneja. A região faz parte da rota turística Caminhos do

Oeste, com o Vale do Rio Corrente, as grutas, como a do Padre, e as cachoeiras, além da gastronomia e do artesanato baseados nas espécies do Cerrado. Terras são utilizadas coletivamente para a criação de gado, principalmente bovino, solto no Cerrado e/ou na Caatinga, atividade que ocorre em função da existência de 20 comunidades de fundo de pasto, ou comunidades soltas, principalmente em Correntina.

O processo de povoamento posterior aos indígenas no território, no que tange ao tráfico de escravos para exercer atividades exploratórias e de criação de gado, quando comparado com o litoral, foi menos intenso, entretanto muitos negros escravizados fugiram dessas áreas mais adensadas, no contexto da época, para o Além São Francisco, de tal maneira que a região possui oito comunidades quilombolas.

Ainda em relação às comunidades tradicionais, é importante citar a presença dos povos dos Gerais ou geralistas, que ocupam as margens do Rio Corrente e de seus afluentes, com atividades em torno da caça, do extrativismo vegetal (látex da mangabeira) e do cultivo de mandioca. O município de Cocos abriga os cinco sítios arqueológicos, todos com tipologia pré-colonial e classificados como arte rupestre, a exemplo do sítio localizado na Fazenda Tatu.

5.2. Subcomponente 3.3: Melhoria do acesso rural em todas as estações do ano.

As atividades desse subcomponente abrangem municípios que fazem parte dos seguintes Consórcios Intermunicipais:

- a. **Consórcio APA do Pratigi – CIAPRA – Baixo Sul** inclui 14 dos 15 municípios do Território de Identidade nº 06-Baixo Sul (Jaguaribe não faz parte do Consórcio);
- b. **O Consórcio intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina-CIDCD-Chapada Forte** é composto por 8 (oito), dos 13 municípios que pertencem ao Território de Identidade nº 14 – Piemonte do Paraguaçu e 20, dos 24 municípios do Território de Identidade nº 03 – Chapada Diamantina;

C. O Consórcio intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sertão do São Francisco – CONTESF é composto pelos 10 municípios do Território de Identidade nº 10 – Sertão do São Francisco.

Desta forma, será apresentado abaixo o diagnóstico sócio ambiental das áreas dos Consórcios intermunicipais citados:

CONSÓRCIO APA DO PRATIGI – CIAPRA – BAIXO SUL

É composto por 14 dos 15 municípios que compõem o Território de Identidade nº 06- Baixo Sul, conhecido nacionalmente como Costa do Dendê, que ocupa uma área de 7.695 km², o que corresponde a aproximadamente 1,4% do território estadual. Esse Território é composto pelos municípios de Aratuípe, Cairu, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães, dos quais apenas Jaguaripe não faz parte do escopo do Programa.



Figura 9– Municípios do Território de Identidade Baixo SUL

a. Diagnóstico Ambiental

a.1. Clima

Predomina o clima úmido em toda área, com pequena ocorrência do clima subúmido a úmido em alguns municípios da faixa oeste, como Wenceslau Guimarães e Ibirapitanga.

Chove bastante na região, que registra até 2.500 mm de precipitação, com incidência durante todo o ano. A temperatura média anual está em torno dos 24,5° C, e a deficiência hídrica é quase inexistente.

a.2. Recursos Hídricos

A maior parte do território está inserida na Bacia Hidrográfica do Recôncavo Sul, e a Bacia do Contas passa pela porção sudoeste, entre Ibirapitanga, Igrapiúna e Camamu. É uma área densa em cursos d'água, canais naturais, ilhas e terrenos sujeitos à inundação. Os principais rios são o Camurugi, Choró, Da Dona, Da Passagem, Das Almas, Igrapiúna, Jequiriçá, Preto e Una, este desaguando no oceano Atlântico, em Valença. Os espelhos d'água mais importantes são as lagoas Da Tabatinga, De Garapuá e Santa, em Aratuípe, Cairu e Ituberá, respectivamente.

a.3. Solos

Predominam Latossolos Amarelos, especialmente na faixa central, de Jaguaripe a Ibirapitanga. Ocorrem ainda Argissolos, Espodossolos, Neossolos e Organossolos, os três últimos na faixa litorânea. As melhores aptidões para lavouras estão nos Argissolos Vermelho-Amarelos em Gandu, Jaguaripe e Valença. As áreas compostas por Organossolos Tiomórficos têm potencial para conservação do patrimônio natural.

a.4. Recursos Minerais

As principais ocorrências minerais são: turfa em Cairu, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha e Valença, manganês em Aratuípe, Camamu, Gandu, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte e Valença e titânio em Ituberá, Presidente Tancredo Neves, Teolândia e Wenceslau Guimarães. A turfa é utilizada na agricultura e como fonte energética; o manganês é aplicado na produção de ferro e aço, ração animal, vidros, pilhas e baterias; o titânio é utilizado na indústria aeroespacial, automobilística e naval, blindagem e na medicina. Outros minerais presentes são bário, ferro e gipsita.

a.5. Ecossistemas Terrestres

Remanescentes da Floresta Ombrófila Densa, Vegetação Arbórea e Arbustiva e Mangue compõem a vegetação do território, no domínio do bioma Mata Atlântica. A Floresta Ombrófila ocorre na faixa litorânea, com porções desde Jaguaripe até Camamu. No sudoeste há cultivo em sistema de agrofloresta com policulturas. O uso diversificado é característica na faixa litorânea.

A pastagem também está presente na porção noroeste, entre Jaguaripe e Wenceslau Guimarães. Outros usos são coco-da-baía, cacau, mandioca e dendê.

a.6. Relevo

As Planícies Marinhas e Fluviomarinhas formam paisagens exuberantes no Baixo Sul, assim como a Baixada Litorânea do Recôncavo. O Planalto Pré-Litorâneo possui um relevo dissecado e drenagem densa, que também influencia o modelado das Colinas e Serras Pré-Litorâneas, entre Teolândia e Ibirapitanga. O Planalto Soerguido possui relevo um pouco mais movimentado, registrando altitudes entre 500 e 1.000 m.

a.7. Áreas protegidas e de uso especial

Dentro do território se encontram as Área de Proteção Ambiental (APA) Caminhos Ecológicos da Boa Esperança, APA do Pratigí, e a APA Bahía de Camamu (Parcialmente), a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Reserva dos Fugidos, a RPPN Ouro Verde, a RPPN Jataípeba e ainda a Estação Ecológica Wenceslau Guimarães (Proteção Integral).

. Mais de 30 mil hectares são ocupados por projetos de assentamento de reforma agrária, distribuídos para cerca de 1.900 famílias, sendo Camamu e Wenceslau Guimarães concentradores da maior parte dos 37 assentamentos. Camamu e Ituberá possuem dois projetos de crédito fundiário e combate à pobreza rural, e as associações ocupam uma área de 426 ha, atendendo a 51 famílias.

b. Diagnóstico Socioeconômico

b.1. Contexto Regional – ocupação/ Assentamento rurais / comunidades sensíveis

As terras que abrigam o TI Recôncavo, quando da invasão portuguesa, eram ocupadas por Tupinambás (Kiry muré e Paraguaçu). Com o ciclo da cana-de-açúcar e a escravização bastante acentuada na região, a miscigenação tornou-se marca da população do Recôncavo, que contou ainda com a tradição fumageira como importante elemento do modo de ocupação da área, passando, junto com a cana-de-açúcar, pelas fases de ascensão e declínio, influenciando diretamente na dinâmica econômica.

As dimensões material e imaterial do território estão vinculadas ao patrimônio arquitetônico, herança dos tempos áureos da cana-de-açúcar e do fumo, às comunidades de pesca, às festas populares envolvendo o samba de roda, à religiosidade, à criação de cursos universitários voltados para o fortalecimento e a profissionalização no que tange à produção cultural, dentre outros elementos.

As baías de Todos os Santos e do Iguape fazem parte desse patrimônio, na lembrança dos saveiros que dinamizavam o transporte de mercadorias, ou ainda no movimento das comunidades tradicionais que se sustentam da pesca.

O legado cultural dos negros escravizados fugidos é comprovado no modo de vida das mais de 45 comunidades quilombolas do território, a maior parte delas certificada pela Fundação Cultural Palmares (2015). Cachoeira e Maragogipe têm o maior número de comunidades, dentre elas, Santiago do Iguape, São Francisco do Paraguaçu e Salaminas.

b.2. Identidades Espaciais –atividades econômicas/ demografia

Em 2010, a população era de 514.792 habitantes, o que representava 3,7% da população total do estado da Bahia. Considerando-se a situação por domicílio, havia uma predominância do número de habitantes na zona urbana (69,2%), enquanto que, na zona rural, residiam 30,8% do total de habitantes do TI no ano de 2010. Entretanto, no estado da Bahia, o grau de urbanização era 72,1%, o que configurava um moderado contingente populacional do território residindo em cidades. Em oito municípios do TI a proporção da população na zona rural não ultrapassava 50,0%.

Os produtos exportados foram, sobretudo, alimentos e bebidas, insumos industriais e bens de consumo não duráveis: pimenta seca, extratos de óleos, cocos frescos e secos (com destaque para o dendê), cascas, películas e desperdícios de cacau, sendo os principais parceiros a França e os Estados Unidos.

A agricultura, no ano de 2014, apresentou as seguintes lavouras permanentes predominantes em relação ao estado: dendê (94,4% do total do estado), guaraná (94,2%), borracha (71,1%), palmito (65,9%), pimenta-do-reino (39,9%), banana (26,6%) e cacau (19,5%).

b.3. Patrimônio Cultural

Durante o século XVI, a região do Baixo Sul foi escolhida pelos colonos como uma das áreas pioneiras no processo de ocupação do estado, pois as principais vias de penetração para o interior tiveram como ponto de partida os municípios de Cairu e Valença. O rico patrimônio imaterial pode ser observado nos indígenas, pescadores e marisqueiras tradicionais e nas mais de 80 comunidades quilombolas, espalhadas pela região.

As filarmônicas, as festas juninas e a viva paisagem litorânea da Costa do Dendê são importantes manifestações culturais e atrativos turísticos que dinamizam a economia regional, incluindo a Península de Maraú, além do patrimônio arquitetônico. Algumas manifestações tradicionais destacam--se no território como a Barquinha, o Boi Bumbá ou Boi Janeiro, Capoeira, Zabelinha, artesanato cerâmico, de coco, madeira, palha e piaçava, Ternos de Reis, Enrolador, Chegança de Mouros, Marujada, Congo, Burrinha, Pau de Fita, dentre outras. O artesanato também é uma expressão marcante, distribuindo-se em todos os municípios, mas o artesanato de cerâmica de Maragogipinho, distrito de Aratuípe, é reconhecido internacionalmente e envolve centenas de ceramistas atuando na produção e comercialização.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO CIRCUITO DO DIAMANTE DA CHAPADA DIAMANTINA-CIDCD-CHAPADA FORTE

Composto por 8 (oito), dos 13 municípios que pertencem ao Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu e 20, dos 24 municípios do Território de Identidade Chapada Diamantina.

Território de Identidade nº 14– Piemonte do Paraguaçu

O Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu é composto por 13 municípios e está localizado no Centro Norte Baiano, ocupando uma área de 17.780 km², aproximadamente 3,1% do território estadual.

É composto pelos municípios de Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Ruy Barbosa, Santa Terezinha e Tapiramutá. Cinco deles, os municípios de Itatim, Mundo Novo, Rafael Jambeiro, Santa Terezinha e Tapiramutá, não serão contemplados com obras financiadas pelo Programa Pro-Rodovias

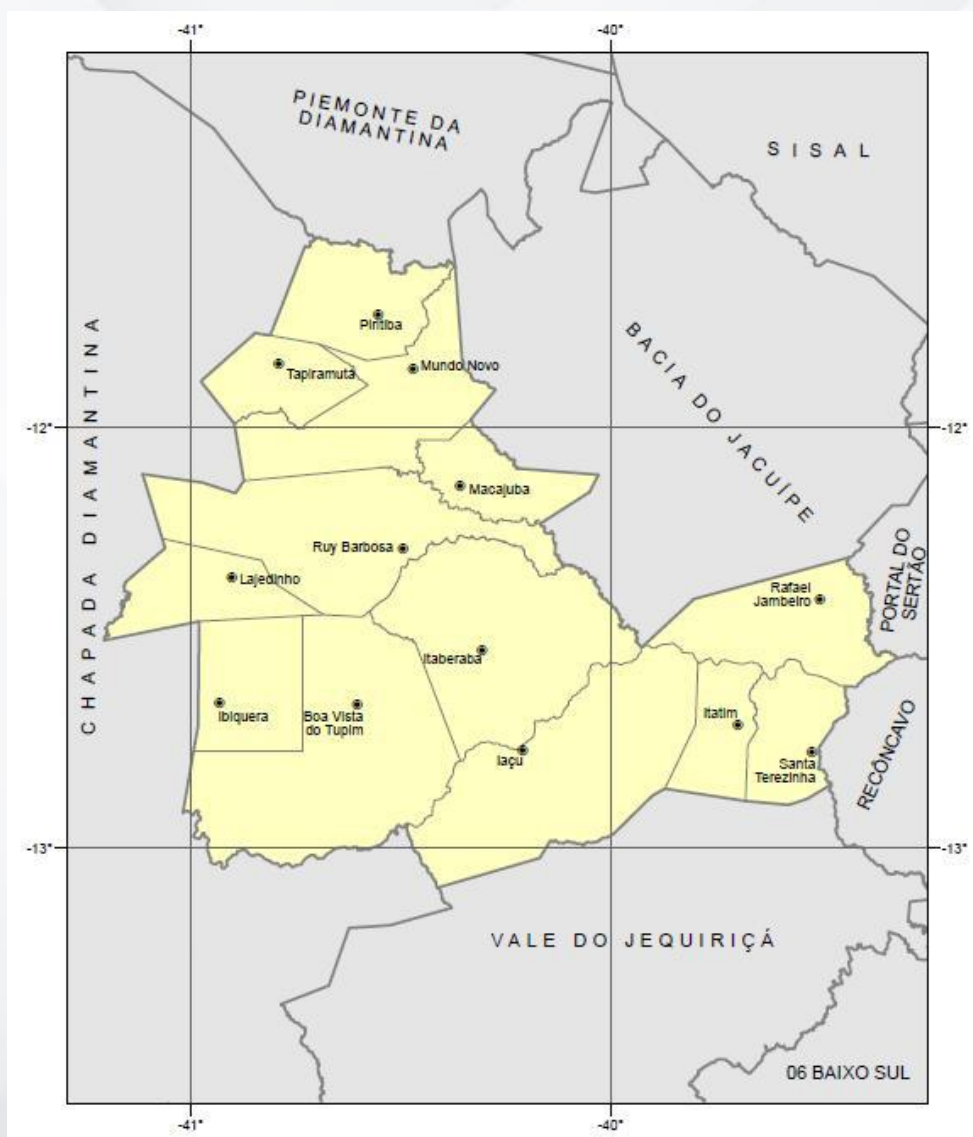


Figura 10 – Municípios do Território de Identidade Piemonte do Paraguaçu

a. Diagnóstico Ambiental

a.1. Clima

Todo Território de Identidade está na Região Semiárida com predominância do clima semiárido e ocorrência do clima subúmido a seco nas bordas leste e oeste da porção norte e em pequena faixa do leste de Rafael Jambeiro e Santa Terezinha. Chove em torno de 700 mm na maior parte do território, e a temperatura anual média chega aos 24,3° C.

a.2. Recursos Hídricos

A bacia hidrográfica do Paraguaçu engloba todo o território, que tem apenas um pequeno trecho, entre Itapicuru e Santa Terezinha, cortado pela bacia do Recôncavo Sul.

Além do Paraguaçu, um dos rios mais importantes do estado, que nasce na Chapada Diamantina e deságua no Recôncavo, a região também é banhada pelos rios Capivara e Tupim. Boa Vista do Tupim, Itaberaba e Rafael Jambeiro são alguns dos municípios banhados pelo rio Paraguaçu no território. Quatro importantes espelhos d'água estão parcial ou completamente inseridos na região: Açude do Arroz (Piritiba), Barragem Bandeira de Melo (Boa Vista do Tupim), Barragem do França (Piritiba) e Açude Juracy Magalhães (Itaberaba).

a.3. Solos

Os Argissolos Vermelho-Amarelos predominam ocupando extensa faixa entre Piritiba e Santa Terezinha. Ocorrem ainda Cambissolos, Chernossolos, Latossolos, Neossolos, Planossolos e Vertissolos. As melhores aptidões estão nos Argissolos Vermelho-Amarelos e nos Latossolos Vermelhos em Ruy Barbosa (lavouras),

a.4. Recursos Minerais

As principais ocorrências minerais em quantidade de registro são granito, em Boa Vista do Tupim, Iaçú, Itaberaba, Itatim, Macajuba e Ruy Barbosa; quartzo, em Iaçú, Itaberaba, Mundo Novo, Rafael Jambeiro e Santa Terezinha; e ferro, em Iaçú e Itaberaba.

Os usos predominantes do granito são em ornamentação e construção civil; o quartzo é utilizado em fundição, fabricação de esmalte, dentifrícios, lixas e refratários; o ferro é aplicado em produção de metais, construção civil e indústria de transporte. Outros minerais presentes no TI são talco, amianto, titânio (em Iaçú e Itaberaba), cromo, grafita, muscovita, quartzo hialino (cristal de rocha).

a.5. Ecossistemas Terrestres

A vegetação é formada majoritariamente por Floresta Estacional Semidecidual (Mata Atlântica) e Vegetação Secundária. As áreas de Contato Caatinga/Floresta Estacional ocorrem em Iaçú e Boa Vista do Tupim. Há ainda áreas de Contato Cerrado/ Caatinga e Cerrado/Floresta.

É uma área bastante antropizada, com forte presença de pastagens em toda a sua extensão. As policulturas de subsistência e culturas irrigadas aparecem em Itaberaba e na faixa oeste. Outros cultivos identificados são de manga, feijão, horticulturas, milho, citros, espalhados pelo território.

a.6. Relevo

A Depressão Sertaneja, o Planalto Soerguido e o Patamar Colinoso de Tapiramutá são as formas de relevo que predominam. Existem ainda Tabuleiros Interioranos e Residuais das Depressões Interplanálticas, no leste, e o Piemonte da Chapada Diamantina, na borda oeste. A porção central, Planalto Soerguido, entre Mundo Novo e laçu, registra as maiores altitudes, chegando aos 1.000 m.

a.7. Áreas protegidas e de uso especial

O território possui ainda 13 sítios arqueológicos com vestígios de arte rupestre e cerâmica e a Área de Relevante Interesse Ecológico da Serra do Orobó (Ruy Barbosa, além do Parque Estadual de Sete Passagens (Miguel Calmon).

b. Diagnóstico Socioeconômico

b.1. Contexto Regional – ocupação/ Assentamento rurais / comunidades sensíveis

No final do século XIX foi iniciada a formação dos municípios em terras que eram ocupadas pelos índios Maracás, Cariris e Sabujas. O Rio Paraguaçu foi importante vetor de ocupação das margens e do entorno. Os portugueses que receberam suas sesmarias fundaram povoados e vilas, que viriam a se transformar nos municípios mais antigos, como Itaberaba e Mundo Novo. Os índios Cariris e Sabujás foram divididos em dois aldeamentos: Caranguejo e Pedra Branca.

O primeiro município a ser criado foi Vila de Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca, desmembrado da Villa de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, em 1761. No século XIX, tornou-se independente, em definitivo, após a promulgação da lei estadual de 1938, recebendo o nome de Santa Terezinha.

b.2. Identidades Espaciais –atividades econômicas/ demografia

Em 2010, sua população era de 265.630 habitantes, representando 1,89% da população baiana. Considerando-se a situação por domicílio, 63,5% da população residia no meio urbano e 36,5%, no meio rural, perfazendo um grau de urbanização inferior à média do estado, que era de 72,1% em 2010.

O pólo territorial de Itaberaba possui influência interregional tendo fluxos comerciais formados pela circulação de mercadorias produzidas nas imediações do município, o qual exerce uma forte liderança sobre pequenas cidades no seu entorno.

O sistema de transporte conta com as rodovias BR-407, BR-242 e BA-052, além da linha férrea RFFSA, ligando laçu a Juazeiro.

A agropecuária é caracterizada pela presença do gado bovino de corte, com pastoreio semi-intensivo, e pelas culturas de milho, feijão e mandioca. Merece destaque a agricultura irrigada, especialmente em Itaberaba, com ênfase para a produção de abacaxi.

b.3. Patrimônio Cultural

A referência da luta contra a escravidão está na herança cultural das comunidades quilombolas do território. São nove identificadas. Boa Vista do Tupim e Ibiquera são os municípios que abrigam mais comunidades. Além das festas juninas, os atrativos naturais compõem importante cenário turístico no Estado.

Território de Identidade nº 03 – Chapada Diamantina

O Território de Identidade Chapada Diamantina ocupa uma área aproximada de 32.664 km² que corresponde a quase 5,7% do território estadual. É composto pelos municípios de Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Ibicoara, Ibitiara, Iramaia, Iraquara, Itaetê, Jussiapé, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Utinga e Wagner. Destes, os municípios de Jussiapé, Morro do Chapéu, Novo Horizonte e Rio de Contas, não serão contemplados com obras financiadas com recursos do Pro-Rodovias.

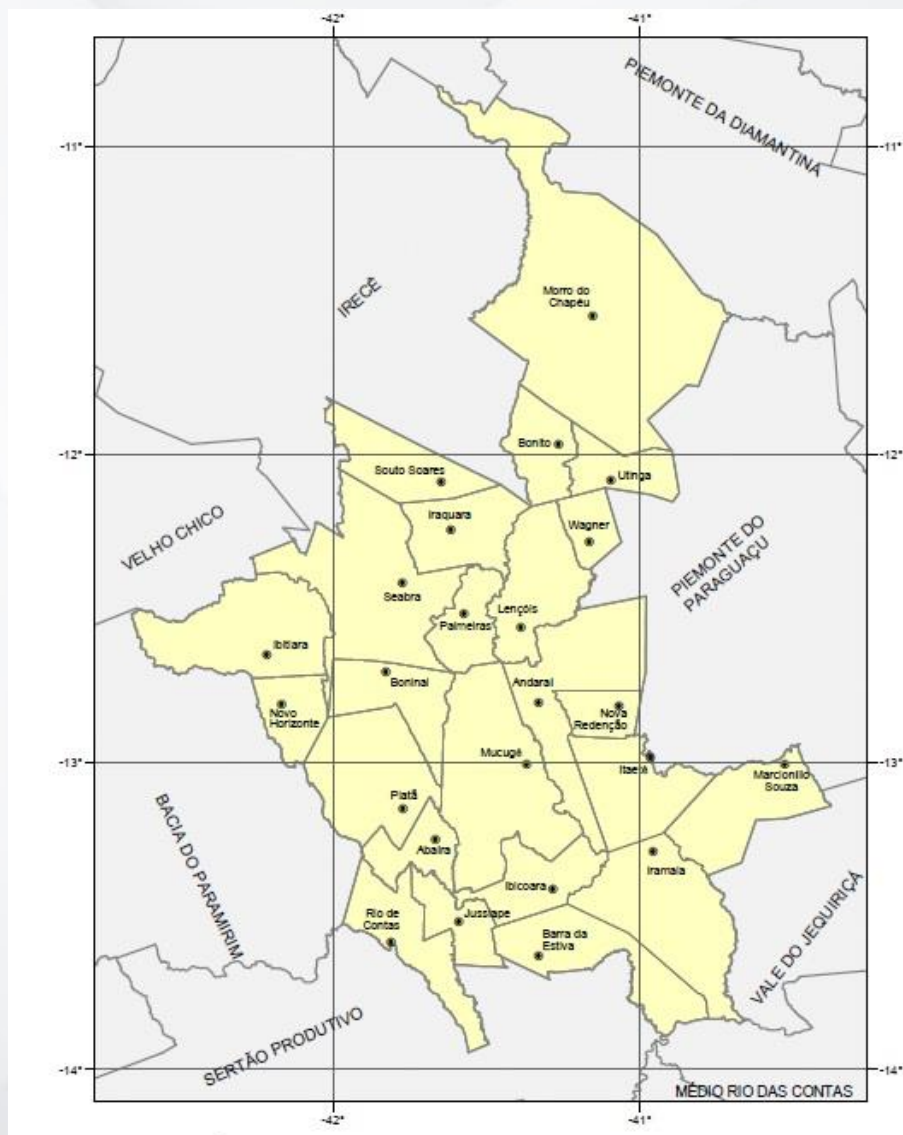


Figura 11 – Municípios do Território de Identidade Chapada Diamantina

a. Diagnóstico Ambiental

a.1. Clima

Todos os municípios se enquadram na Região Semiárida. Predomina o clima subúmido a seco, com ocorrência do clima semiárido, nas extremidades e área de Boninal, e clima úmido a subúmido, na porção sul.

Existem muitas culturas irrigadas nesse trecho mais úmido. O clima subúmido a seco tem precipitação anual média entre 700 mm e 800 mm e temperatura média de 22o C. Nas áreas de semiárido, como em Souto Soares e Marcondino Souza, chove em torno de 700 mm, e a temperatura média é de 21,6o C, aproximadamente. Na pequena faixa de clima subúmido a úmido, que passa por Ibicoara, Mucugê, Barra da Estiva,

Abaíra e Rio de Contas, a precipitação varia de 800 mm a 1.200 mm, com média anual de 19° C.

a.2. Recursos Hídricos

A maior parte da área está inserida na bacia hidrográfica do Paraguaçu, tendo ainda a bacia do São Francisco e do Contas como fontes hídricas. O rio Paraguaçu é o curso d'água mais importante, cortando o território de Ibicoara a Itaetê. No trecho da Bacia do São Francisco está o rio Jacaré, ou Vereda Romão Gramacho, e na Bacia do Contas, o próprio rio de Contas é o corpo d'água mais significativo.

Os espelhos d'água mais importantes do território são a Barragem do Apertado, em Mucugê, e a Barragem Luiz Vieira, em Rio de Contas.

a.3. Solos

Os Latossolos Vermelho-Amarelos são predominantes, seguidos pelos Neossolos Litólicos. Há ocorrência ainda de Argissolos, Cambissolos e Espodossolos, em menor área. As melhores aptidões estão nos Argissolos Vermelho Amarelos em Abaíra e Ibitiara, nos Latossolos Vermelho-Amarelos em Barra da Estiva, Boninal, Ibicoara, Iramaia, Iraquara, Jussiapé, Mucugê, Piatã e Rio de Contas, e nos Latossolos Vermelhos em Andaraí, Nova Redenção e Souto Soares, como aptidão regular para implantação de lavouras.

a.4. Recursos Minerais

As principais ocorrências minerais em quantidade de registro são: diamante, em Andaraí, Barra da Estiva, Boninal, Lençóis, Morro do Chapéu, Mucugê, Nova Redenção, Palmeiras, Piatã e Seabra; quartzo hialino (cristal de rocha), em Abaíra, Barra da Estiva, Boninal, Ibicoara, Ibitiara, Morro do Chapéu, Mucugê, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã e Seabra; e bário, em Barra da Estiva, Ibitiara, Iramaia, Jussiapé, Morro do Chapéu, Novo Horizonte, Piatã e Seabra.

Os principais usos do diamante são no mercado de joias, na indústria automobilística, fabricação de instrumentos cirúrgicos e para cortar vidros e pedras. O quartzo hialino tem uso em fundição, indústria de vidros, esmalte, sabão, abrasivos, lixas, cerâmicas e indústria eletrônica. O bário é empregado em lâmpadas fluorescentes, velas de ignição, válvulas eletrônicas e fogos de artifício. Outros minerais presentes são ouro (em Abaíra, Barra da Estiva, Ibicoara, Mucugê, Novo Horizonte, Piatã e Rio de

Contas), diatomita, calcário, arenito, caulim, manganês, cobre, chumbo, dolomito, estanho, pirofilita.

a.5. Ecossistemas Terrestres

A vegetação é formada por áreas de Caatinga, Cerrado, Floresta Estacional, Refúgio Ecológico, Floresta Estacional Submontana e Semidecidual, demonstrando que a extensa área do território tem grande variedade de ambientes vegetacionais. As áreas de refúgio ecológico, nas extensões mais acidentadas, são as mais íntegras. Muitos fragmentos de Vegetação Secundária são registrados em Morro do Chapéu, Marcionílio Souza e Barra da Estiva.

a.6. Relevo

O relevo do território é basicamente composto pela Chapada Diamantina e seu entorno de depressões, gerais, patamares, piemontes planaltos, serras e superfícies dissecadas. As áreas mais altas são representadas pela superfície dissecada de Barra da Estiva, com altimetria chegando aos 1.300 m, e pelas Serras da Nascente do Rio de Contas, com altitudes ultrapassando os 2.000 m. A Depressão Sertaneja, entre Marcionílio Souza e Barra da Estiva e o Patamar Colinoso, a oeste da depressão, são as áreas de menor altitude, não extrapolando os 600 m.

a.7. Áreas protegidas e de uso especial

Mais de 170 cavernas estão registradas pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (2009), número justificado especialmente pelo ambiente calcário, que propicia a formação de cavidades. Iraquara é o município de maior ocorrência, sendo suas grutas bastante exploradas turisticamente e por estudiosos do tema. As mais famosas são Lapa Doce, Gruta da Pratinha, Torrinha, Poço Azul e Encantado.

As Unidades de Conservação (UC) que estão contidas parcial ou completamente no território são:

APA Serra do Barbado;

APA Marimbus/Iraquara;

Mona Cachoeira do Ferro Doido;

APA Gruta dos Brejões;/Vereda do Romão Gramacho;

Parque Morro do Chapéu;

Parna da Chapada Diamantina;

Nascentes do Rio de Contas.

Dessas, a única federal é o Parque Nacional da Chapada Diamantina, com 152.141 ha, abrangendo os municípios de Palmeiras, Lençóis, Andaraí, Itaetê, Ibicoara e Mucugê. As outras áreas protegidas, estaduais, somam um total de 258.765 ha aproximadamente, sendo as mais importantes o Monumento Natural Cachoeira do Ferro Doido e o Parque Morro do Chapéu.

As montanhas mais altas da Região Nordeste também estão localizadas no território de identidade: os picos do Barbado (2.033 m, Abaíra), Itobira (1.970 m, Rio de Contas) e das Almas (1.958 m, parte no município de Rio de Contas).

b. Diagnóstico Socioeconômico

b.1. Contexto Regional – ocupação/ Assentamento rurais / comunidades sensíveis

O povoamento dos municípios ocorreu, inicialmente, pelo oeste, com as fazendas de gado do latifundiário sesmeiro Antônio Guedes de Brito, no início do século XVIII. Diversas bandeiras passaram pela região à procura de ouro, pedras preciosas e índios para escravidão, sendo a intensificação da ocupação resultante da expansão pecuária no Vale do São Francisco e das descobertas de ouro aluvião nas nascentes dos rios e riachos.

A reforma agrária tem representação em mais de 50 projetos de assentamento, com cerca de 140 mil ha e podendo atender a 4.910 famílias.

b.2. Identidades Espaciais –atividades econômicas/ demografia

A produção industrial no território está representada por sete empresas, com atividades diversificadas. Seabra e Iraquara concentram a maioria e têm a produção de óleo e gorduras vegetais, biodiesel, asfalto e abatimento de animais como atividades de destaque. Em Ibicoara e Souto Soares há processamento de batata e tomate e atividades ligadas a petróleo, biodiesel e asfalto, respectivamente.

b.3. Patrimônio Cultural

As terras habitadas por indígenas na região, no final do século XVII, passaram a ser ocupadas por bandeirantes, e seus limites, a pertencer ao pecuarista Antônio Guedes de Brito. A busca por diamante e ouro e a expansão da criação de gado foram fatores do perfil da formação do território, incluindo aí a existência de negros escravizados nas atividades citadas. Com o declínio da mineração no início do século XX, as

populações foram se expandindo e ocupando outras áreas, dando origem aos municípios com atividades voltadas para a agricultura. A herança do garimpo, seu aspecto de riqueza e poderio, está culturalmente representada material e imaterialmente. O patrimônio arquitetônico encontrado em municípios como Rio de Contas, Lençóis, Andaraí e Piatã tem casario histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC-BA).

As manifestações culturais convivem com a tradição e com eventos mais recentes, voltados especialmente para justificar sua realização em meio ao patrimônio paisagístico, que, por si só, atrai milhares de pessoas à Chapada Diamantina todos os anos. Além da Sexta-Feira Santa, São João, Marujada e Samba de Roda, as Sociedades Filarmônicas são importantes representações da cultura local. Mais recentemente, o Festival de Inverno de Lençóis e o Festival de Jazz do Vale do Capão atraem turistas com apresentações musicais e outras vertentes da arte.

As comunidades tradicionais estão presentes no território representadas especialmente por quilombolas, tendo ainda uma comunidade de fundo de pasto, em Seabra.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO – CONTESF

Composto pelos 10 municípios do Território de Identidade nº 10 – Sertão do São Francisco: Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Remanso, Sento Sé, Sobradinho e Uauá. Todos eles contarão com intervenções do Programa

O Território de Identidade Sertão do São Francisco ocupa uma área de 61.610 km² o que corresponde a aproximadamente 11% do território estadual.

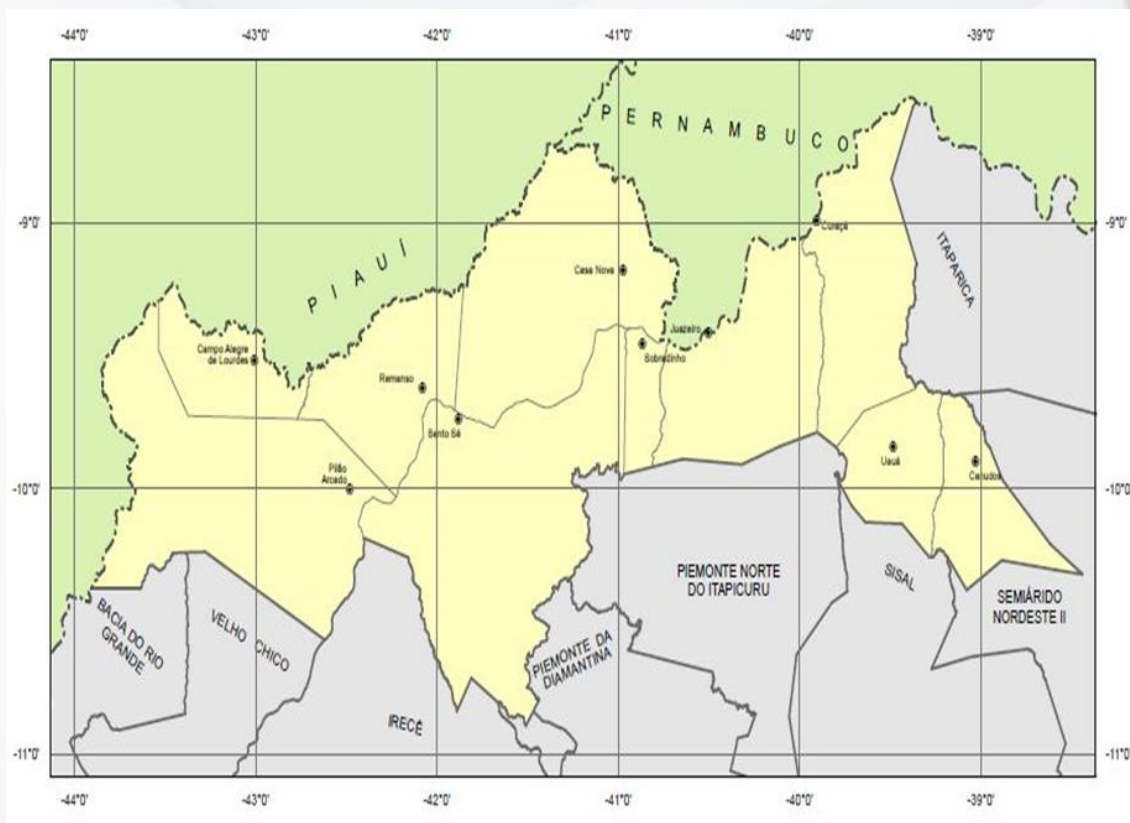


Figura 12 – Municípios do Território de Identidade Sertão do São Francisco

a. Diagnóstico Ambiental

a.1. Clima

Todos os municípios estão inseridos na Região Semiárida. Na faixa leste ocorre, além do clima semiárido, o clima árido, e, no município de Pilão Arcado, em sua porção sudoeste, incide o clima subúmido a seco.

Chove de 400 mm a 700 mm no território, com chuvas de primavera/verão, e a temperatura média fica em torno dos 25,5 °C.

a.2. Recursos Hídricos

A Bacia Hidrográfica do São Francisco ocupa a maior parte do território, que alcança as duas margens do rio entre os municípios de Pilão Arcado e Sobradinho. Porção da Bacia Hidrográfica do Vaza-Barris está inserida nos municípios de Uauá e Canudos. Os principais rios do território, além do São Francisco e do Vaza-Barris, são Curaçá, Rosário, Jacaré ou Vereda Romão Gramacho e Salitre. Os lagos das barragens de Cocorobó, Pinhões e Sobradinho são os espelhos d'água mais importantes e

alcançam os municípios de Canudos, Juazeiro, Curaçá, Sobradinho, Sento Sé, Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova.

a.3. Solos

A variedade de solos no território é considerável, havendo uma predominância dos Latossolos Vermelho-Amarelos e dos Neossolos Quartzarênicos na porção oeste, nos municípios de Remanso, Campo Alegre de Lourdes e Pilão Arcado. Ocorrem ainda Argissolos, Cambissolos, Luvisolos, Planossolos e Vertissolos. As melhores aptidões para lavouras estão nos Latossolos Vermelho-Amarelos em Sento Sé (lavouras de ciclo curto) e nos Neossolos Flúvicos em Sento Sé e Pilão Arcado, desde que sejam culturas sem necessidade de mecanização.

a.4. Recursos Minerais

As principais ocorrências minerais em quantidade de registro são: cobre em Canudos, Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Uauá, calcário em Campo Alegre de Lourdes, Canudos, Casa Nova, Curaçá, Juazeiro, Pilão Arcado, Sento Sé e Uauá, mármore em Curaçá, Juazeiro, Sento Sé e Uauá, e talco em Canudos, Casa Nova, Juazeiro, Remanso e Sento Sé.

Os principais usos do cobre são na indústria, para fabricação de tubos e composição de ligas metálicas; o calcário é utilizado em construção civil e agricultura; o mármore é aproveitado em construção civil, ornamentação e confecção de esculturas, e o talco é empregado na indústria de papel, borracha, química e têxtil, e como matéria prima para esculturas. Outros minerais presentes são quartzo hialino (cristal de rocha), titânio (em Campo Alegre de Lourdes, Casa Nova e Curaçá), ametista, cromo, ferro, cianita, salitre, grafita, muscovita, dolomito, cálcio, granada, manganês, fósforo, amianto, ouro (em Uauá e Sobradinho), bário, feldspato e magnesita.

a.5. Ecossistemas Terrestres

A Caatinga Arbórea e Arbustiva e Parque, Cerrado Arbóreo Florestado, Floresta Estacional, Vegetação Secundária, Floresta de Galeria e Campos Rupestres formam a variada vegetação do território. Áreas contínuas preservadas ocorrem em quase toda a extensão. Há Tensão Ecológica no município de Canudos. Os usos principais estão em torno das atividades agropastoris em meio à Caatinga e à Vegetação Secundária.

A pastagem também está presente, com policulturas temporárias tradicionais, associada à palma forrageira e ao sisal, como em Canudos e Uauá. As culturas irrigadas de manga, uva e melão, dentre outras, têm destaque em Juazeiro e Curaçá.

a.6. Relevo

O relevo do território é formado pela Baixada do Rio Salitre, Depressão Sertaneja, Dunas do Médio São Francisco, Patamar de Casa Nova, Residuais nas Depressões Interplanálticas e Superfície Arenosa do Médio São Francisco. A Depressão Sertaneja de Curaçá, entre Uauá e Juazeiro, é coberta por solos rasos e modelado pedregoso, com altitude entre 400 m e 500 m. As Serras Alinhadas do Espinhaço, em Pilão Arcado, e as Serras Setentrionais, entre Juazeiro e Pilão Arcado, apresentam até 1.400 m de altimetria.

a.7. Áreas protegidas e de uso especial

A presença de rochas calcárias no território influenciou na formação de cavernas nos municípios de Canudos, Curaçá e Uauá

A APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco, a APA Lago do Sobradinho e a APA da Ararinha Azul são unidades de conservação de jurisdição estadual, enquanto o Parque Nacional do Boqueirão da Onça e o Refúgio da Vida Silvestre da Ararinha Azul são unidades de conservação de jurisdição Federal.

O patrimônio arqueológico é significativo, dada a quantidade de sítios no território (mais de 70), a maioria précolonial e de arte rupestre, com registro de dois deles classificados como “forno histórico e estrutura de possível moradia” (limite de Sento Sé com Umburanas) e outro como “cerâmica neobrasileira” (ainda em Sento Sé).

b. Diagnóstico Socioeconômico

b.1. Contexto Regional – ocupação/ Assentamento rurais / comunidades sensíveis

A ocupação do Sertão do São Francisco iniciou-se na segunda metade do século XVI, por meio de Garcia d'Ávila, que, a procura de ouro e prata na região, implementou os primeiros currais às margens do Rio São Francisco e ordenou o povoamento.

Os frades franciscanos chegaram ao local no final do século XVII para catequizar os índios Cariris e Tapuias que habitavam a região. Os franciscanos ergueram a primeira capela na antiga aldeia dos Cariris, atual Juazeiro, e também povoaram outras que

mais tarde iriam formar as primeiras vilas e cidades, como: Casa Nova, Remanso e Sento Sé.

Os projetos de assentamento de reforma agrária são 15, sendo que a maior parte está distribuída nos municípios de Casa Nova e Sento Sé, com capacidade para atender a 1.784 famílias em 67.423 há.

Expressiva é a presença de comunidades de fundo de pasto, reunidas em mais de 70 projetos distribuídos em 109.681 ha, com destaque para os municípios de Casa Nova, Pilão Arcado e Uauá, ressaltando que essas famílias contribuem para a preservação da caatinga, pois criam o gado ovino e caprino solto na vegetação em áreas comuns. Os povos indígenas Atikúm, Tumbalalá e Truká ocupam o território e estão divididos em aldeias/terras nos municípios de Curaçá e Sobradinho, marcando a importância destas populações na formação cultural da região.

Nova Jatobá, Mocambo, Alagadiço, Alto do Silva, Pote e Andorinhas são algumas das 27 comunidades quilombolas que compõem o mosaico cultural do território

b.2. Identidades Espaciais –atividades econômicas/ demografia

Os principais produtos exportados no ano de 2015, consistiam em tâmaras, figos, ananases (abacaxis), abacates, goiabas, mangas e uvas. Os principais produtos importados eram: embalagens plásticas, cordas, cabos e entrançados, artigos de transportes e máquinas de moer e triturar.

Em 2015, destacaram-se as lavouras permanentes de uva, goiaba e manga. A produção de uva teve uma participação de 99,9% no total do estado, sendo os maiores produtores do território os municípios de Juazeiro e Curaçá. A lavoura de goiaba apresentou a segunda maior participação no setor, com 68,6% do total da produção na Bahia, sendo Curaçá o maior produtor. O cultivo de manga ficou na terceira posição das lavouras permanentes, com o peso de 39,0% da produção do estado, ficando o município de Juazeiro com a maior representatividade.

Ressalta-se que a grande concentração populacional no município de Juazeiro influencia de forma preponderante no comportamento da população deste Território de Identidade com um elevado grau de urbanização em relação aos demais, Juazeiro concentrava, em 2010, 40,0% da população do território que caracteriza-se por possuir uma população predominantemente urbana e distribuída de forma bastante desigual, devido ao porte populacional do município de Juazeiro.

A presença da Usina Hidrelétrica de Sobradinho coloca a geração de energia como destaque no contexto do território, sendo que ela, sozinha, gera 1.050.300 kW de potência, o que aumenta quando somada às outras usinas do território.

A importância da agricultura no desenvolvimento do território pode ser comprovada pela existência de dez projetos de irrigação, o mais importante desses em Juazeiro, o Tourão, com 13.662 ha de área irrigada, com água proveniente do Rio São Francisco. Juazeiro destaca-se na atividade industrial, abrigando metade das 12 indústrias presentes no território, com produção variada, a exemplo de indústrias química e de alimentos e bebidas.

b.3. Patrimônio Cultural

A ocupação e a formação político-administrativa dos municípios que compõem o Território de Identidade Sertão do São Francisco têm inicialmente uma história comum a outras áreas do estado da Bahia, com a presença indígena, a chegada dos portugueses e o desenvolvimento da pecuária nas sesmarias. Porém, há particularidades que se referem ao potencial hidrelétrico do Rio São Francisco que colaboraram para intervenções estruturais, ocasionando impactos nas populações urbana e rural, paisagísticos e de conformação dos limites e sedes municipais, inclusive com inundação de áreas, posteriormente relocadas (nos municípios de Remanso, Casa Nova, Sento Sé e Pilão Arcado), ocasionando impactos nas populações urbana e rural.

A Guerra de Canudos foi um extraordinário episódio na história do território. Liderada por Antônio Conselheiro, está registrada no livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e marcou a luta de civis na última década do século XIX, quando tentaram formar uma comunidade liberta do modo como governo e igreja conduziam a chamada República.

6.0. IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E MEDIDAS PADRÃO DE MITIGAÇÃO

O Quadro nº 6, a seguir, apresenta os principais riscos e impactos associados a cada subcomponente do projeto, assim como, as respectivas medidas de mitigação que se espera que sejam aplicadas, atendidas pelos seguintes Planos e Programas a serem elaborados e implementados pela construtora (como condição contratual):

1. Plano de Remoção da Vegetação Lindeira
2. Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água
3. Gestão de Produtos Químicos Perigosos
4. Plano de Desvio e Controle de Tráfego
5. Programa de Gestão de Áreas de Empréstimo e Bota-fora
6. Plano de Gerenciamento de Resíduos
7. Plano de Controle de Ruídos e Vibrações
8. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD
9. Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional
10. Plano de Resposta a Emergências:
11. Plano de Comunicação e Engajamento Social
12. Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
13. Plano de Extração de Cascalho
14. Plano de Gestão de Implantação de Usina de Asfalto
15. Plano de Emissão de Particulados

Componente / Subcomponente	Obra	Atividades	Riscos e Impactos	Medidas Mitigadoras
Componente 3/ Subcomponente 3.3 e Componente 1/Subcomponente 1.1	Implantação do canteiro de obras e escritório da usina de asfalto	Supressão vegetal, escavação, implantação de abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, drenagem de águas pluviais	Perda da biodiversidade, erosão, deposição inadequada de efluentes líquidos, contaminação de corpos hídricos, disposição de água não potável para trabalhadores, risco de choque elétrico, empoçamento de águas pluviais	Plano de Remoção da Vegetação Lindeira; Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água; Plano de Gerenciamento de Resíduos; Programa de Recuperação de áreas degradadas – PRAD; Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional
Componente 1/Subcomponente 1.1	Implantação de caminhos de serviço e vias de acesso	Supressão vegetal	Erosão do solo, perda da biodiversidade	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Plano de Remoção da Vegetação Lindeira Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Plano de Desvio e Controle de Tráfego Plano de Gerenciamento de Resíduos Plano de Controle de Ruídos e Vibrações Programa de Recuperação de áreas degradadas - PRAD
Componente 1/Subcomponente 1.1	Implantação da Usina de Asfalto	Lavagem de máquinas e veículos, Instalação dos tanques de CAP e de GLP e estocagem do produto final, implantação separador água / óleo, captação de água, elaboração da mistura asfáltica para pavimentação	Assoreamento de corpos hídricos, se estiverem próximos, contaminação do solo / lençol freático / corpos hídricos, incêndio, explosão, alteração temporária da qualidade das águas superficiais devido ao ponto de captação, redução do volume dos corpos hídricos, impactos na biota aquática, Liberação de gases poluentes; poluição sonora; geração de resíduos sólidos, consumo de energia	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Plano de Remoção da Vegetação Lindeira Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Gestão Químicos de Produtos Perigosos Plano de Desvio e Controle de Tráfego Plano de Gerenciamento de Resíduos Plano de Controle de Ruídos e Vibrações Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD

				Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Resposta a Emergências
Componente 1/Subcomponente 1.1	Limpeza da faixa de domínio	Desmatamento (destocamento), Movimentação de máquinas, remoção de lixo	afugentamento de fauna, perda da biodiversidade, interdição parcial do acostamento, poluição atmosférica, poluição sonora, risco de acidentes	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Plano de Remoção da Vegetação Lindeira Plano de Desvio e Controle de Tráfego Plano de Gerenciamento de Resíduos Plano de Controle de Ruídos e Vibrações Plano de Comunicação e Engajamento Social Gestão dos Trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional
Componente 1/Subcomponente 1.1	Restauração da rodovia (pavimento)	Exploração de jazidas de solo e pedreiras, transporte de solo, brita e produtos inflamáveis (asfalto, combustível), Captação de água, movimentação de máquinas, espalhamento, conformação e compactação de materiais na pista (solo, material asfáltico)	Erosão, assoreamento de corpos hídricos, poluição sonora, poluição atmosférica, risco de acidentes, contaminação do solo, risco de explosão, alteração temporária da qualidade das águas superficiais devido ao ponto de captação, redução do volume dos corpos hídricos, impactos na biota aquática, intervenção no trânsito (implantação de sistema pare-siga)	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Remoção da Vegetação Lindeira Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Gestão Químicos de Produtos Perigosos Plano de Desvio e Controle de Tráfego Programa de Gestão de Áreas de Empréstimo e Bota-fora Plano de Gerenciamento de Resíduos Plano de Controle de Ruídos e Vibrações Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Resposta a Emergências Plano de Comunicação e Engajamento Social

				Gestão dos Trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
Componente 3/ Subcomponente 3.3 e Componente 1/Subcomponente 1.1	Recuperação de taludes	Movimentação de máquinas, captação de água, reconformação e revegetação	Poluição atmosférica, poluição sonora, risco de acidentes, interdição parcial da pista/acostamento, contaminação e redução do volume dos corpos hídricos, impactos na biota aquática, estabilidade do solo, evita erosão	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Plano de Desvio e Controle de Tráfego Programa de Gestão de Áreas de Empréstimo e Bota-fora Plano de Controle de Ruídos e Vibrações Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional
Componente 3/ Subcomponente 3.3 e Componente 1/Subcomponente 1.1	Implantação de sinalização permanente (horizontal e vertical) e dispositivos de segurança	Movimentação de máquinas, interdição parcial da pista, transporte e manuseio de produtos perigosos (inflamáveis).	Intervenção no trânsito, risco de acidentes, contaminação do solo / lençol freático / corpos hídricos	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Remoção da Vegetação Lindeira Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Gestão Químicos de Produtos Perigosos Plano de Desvio e Controle de Tráfego Programa de Gestão de Áreas de Empréstimo e Bota-fora Plano de Gerenciamento de Resíduos Plano de Controle de Ruídos e Vibrações Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Resposta a Emergências Plano de Comunicação e Engajamento Social Gestão dos Trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
Componente 3/ Subcomp	Substituição de pontes de madeira por ponte de concreto	Escavação de terra, construção das cabeceiras da ponte, implantação da ponte,	Erosão do solo, que leva a: Assoreamento do leito do rio, degradação temporária da qualidade	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais;

onente 3.3		aterros do acesso, e implantação de ensecadeiras	das águas dos corpos hídricos, alteração nos habitats aquáticos locais, geração de poeira.	Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD; Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS; Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Comunicação e Engajamento Social
			Supressão da vegetação local, que leva a perda da biodiversidade e degradação das áreas de Proteção Permanente	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais; Plano de Remoção da Vegetação Lindeira; Plano de Desvio e Controle de Tráfego; Plano de Gerenciamento de Resíduos; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD; Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS; Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional

			Movimentação de máquinas e veículos, gerando poeira, ruídos, obstrução parcial temporária e/ou alteração de acesso da via, que leva a incômodo e comprometimento da saúde dos lindeiros próximos, usuários e operários (doenças auriculares, respiratórias, etc.), degradação de vegetação com a circulação das máquinas e alteração no ecossistema e aumento de acidentes viários, atropelamentos de pessoas e animais, contaminação de solo e do lençol freático (em caso de vazamento de combustível e outros produtos tóxicos), limitação do acesso e do transporte das comunidades locais.	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Plano de Desvio e Controle de Tráfego; Plano de Controle de Ruídos e Vibrações; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD; Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional; Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS Plano de Resposta a Emergências; Gestão de Produtos Químicos e Perigosos; Plano de Comunicação e Engajamento Social
			Obstrução dos cursos d'água para implantação de estruturas de engenharia (ensecadeiras), que leva a alteração nos habitats aquáticos	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD; Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água; Plano de Desvio e Controle de Tráfego; Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional; Gestão dos trabalhadores, Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS

			Geração de resíduos de construção (entulho), levando a atração de vetores de doenças (escorpiões, insetos, etc.)	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Plano de Gerenciamento de Resíduos Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional; Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
			Exposição dos trabalhadores a condições perigosas de trabalho, levando a acidentes de trabalho durante as obras	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais; Plano de Desvio e Controle de Tráfego; Plano de Controle de Ruídos e Vibrações; Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional; Plano de Resposta a Emergências; Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS; Gestão de Produtos Químicos e Perigosos; Plano de Comunicação e Engajamento Social
			Melhoria nas condições de tráfego local, levando ao aumento do tráfego, aumento do escoamento da produção local, aumento de casos de colisões entre veículos e de atropelamento de pessoas e animais	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais N/A

		Implantação de área de vivência para trabalhadores no local	Aumento do bem-estar dos colaboradores, geração de lixo (resto de comida), geração de resíduos sanitários (tenda sanitária), o que leva a atração de vetores de doenças (baratas, ratos, mosquitos, etc.), contaminação de corpos hídricos e do lençol freático, mau cheiro.	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Plano de Gerenciamento de Resíduos Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
		Sinalização temporária da via	Redução de acidentes, Organização da obra; Obstrução parcial temporária da via, levando a aumento da segurança para os operários, lindeiros e transeuntes	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Desvio e Controle de Tráfego Plano de Gerenciamento de Resíduos Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
		Captação de água para compactação	Redução do volume de água do corpo hídrico, alteração da qualidade da água, levando a alteração nos habitats aquáticos	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Plano de Comunicação e engajamento Social Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS

Componente 3/ Subcomponente 3.3 e Componente 1/Subcomponente 1.1	Construção e/ou reconstrução de bueiros e drenagem longitudinal	Escavação de terra, implantação do bueiro (concretagem)	Erosão do solo, que leva a: assoreamento do leito do rio, degradação temporária da qualidade das águas dos corpos hídricos, alteração nos habitats aquáticos locais, geração de poeira.	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD; Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS.
			Supressão da vegetação local, que leva a perda da biodiversidade e degradação das áreas de Proteção Permanente	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Plano de Remoção da Vegetação Lindeira Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Plano de Gerenciamento de Resíduos Programa de Recuperação de áreas degradadas – PRAD Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
			Alteração temporária do curso d'água do talvegue (caso existente), levando a impactos nos habitats aquáticos	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS

			Geração de poeira, levando a incômodo e comprometimento da saúde dos lindeiros próximos, usuários e operários, alteração no ecossistema	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Plano de Gerenciamento de Resíduos Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Emissões de Particulados Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
			Geração de ruídos, levando a incômodo para lindeiros e usuários, exposição de operários a doenças auriculares	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Controle de Ruídos e Vibrações Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
			Exposição dos trabalhadores a condições perigosas de trabalho, levando a acidentes de trabalho durante as obras	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Resposta a Emergências: Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS

			Geração de resíduos de construção (entulho), levando a atração de vetores de doenças (escorpiões, insetos, etc.)	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Gerenciamento de Resíduos Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS.
			Melhoria nas condições de tráfego local, levando ao aumento do tráfego, aumento do escoamento da produção local, aumento de casos de colisões entre veículos e de atropelamento de pessoas e animais	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais N/A
		Movimentação temporária de cerca de propriedade de lindeiros	Supressão de vegetação do lindeiro caso existente, movimentação de terra na propriedade do lindeiro, prejuízo para o lindeiro se a vegetação suprimida tiver valor econômico, incômodo para o lindeiro quando da manutenção do bueiro, se este ficar localizado na propriedade	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Remoção da Vegetação Lindeira Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Plano de Gerenciamento de Resíduos Programa de Recuperação de áreas degradadas - PRAD Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS.
			Geração de ruídos, gerando incômodo para lindeiros e usuários, exposição de operários a doenças auriculares	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Plano de Controle de Ruídos e Vibrações Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Comunicação e engajamento Social

				Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
			Geração de poeira, gerando incômodo e comprometimento da saúde dos lindeiros próximos, usuários e operários, alteração no ecossistema	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Emissões de Particulados Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
			Obstrução parcial temporária da via, causando limitação do acesso e do transporte das comunidades locais.	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Programa de Recuperação de áreas degradadas - PRAD Plano de Comunicação e engajamento Social Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS.
		Implantação de área de vivência para trabalhadores no local	Aumento do bem-estar dos colaboradores, geração de lixo (resto de comida), geração de resíduos sanitários (tenda sanitária), o que leva a atração de vetores de doenças (baratas, ratos, mosquitos, etc.), contaminação de corpos hídricos e do lençol freático, mau cheiro	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Plano de Gerenciamento de Resíduos Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS

		Captação de água	Redução do volume de água do corpo hídrico, alteração da qualidade da água, levando a alteração nos habitats aquáticos	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Plano de Comunicação e engajamento Social Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
		Sinalização temporária da via	Redução de acidentes, Organização da obra; Obstrução parcial temporária da via, levando a aumento da segurança para os operários, lindeiros e transeuntes	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Desvio e Controle de Tráfego Plano de Gerenciamento de Resíduos Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
Componente 3/ Subcomponente 3.3	Construção de passagens molhadas	Escavação de terra ao lado do curso d'água, implantação da passagem molhada	Erosão do solo, que leva a: assoreamento do leito do rio, degradação temporária da qualidade das águas dos corpos hídricos, alteração nos habitats aquáticos locais, geração de poeira.	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD; Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS

			Supressão da vegetação local, que leva a perda da biodiversidade e degradação das áreas de Proteção Permanente, perda da mata ciliar	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Remoção da Vegetação Lindeira Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Plano de Gerenciamento de Resíduos Programa de Recuperação de áreas degradadas – PRAD Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
			Alteração permanente do curso do rio (barramento), que interfere nos habitats aquáticos e no leito do rio	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Programa de Recuperação de áreas degradadas – PRAD Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS.
			Geração de poeira, levando a incômodo e comprometimento da saúde dos lindeiros próximos, usuários e operários, alteração no ecossistema	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Emissões de Particulados Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS

			Exposição dos trabalhadores a condições perigosas de trabalho, levando a acidentes de trabalho durante as obras	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais – Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Resposta a Emergências: Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
			Geração de resíduos de construção (entulho), levando a atração de vetores de doenças (escorpiões, insetos, etc.)	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Gerenciamento de Resíduos Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
			Melhoria nas condições de tráfego local, levando ao aumento do tráfego, aumento do escoamento da produção local, aumento de casos de colisões entre veículos e de atropelamento de pessoas e animais	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: N/A
			Movimentação de máquinas e veículos, gerando poeira, ruídos, obstrução parcial temporária e/ou alteração de acesso da via, que leva a incômodo e comprometimento da saúde dos lindeiros próximos, usuários e operários (doenças auriculares, respiratórias, etc.), degradação de vegetação com a circulação das máquinas e alteração no ecossistema e aumento de acidentes viários, atropelamentos de	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Plano de Desvio e Controle de Tráfego; Plano de Controle de Ruídos e Vibrações; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD; Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional; Plano de Resposta a Emergências; Gestão de Produtos Químicos e Perigosos;

			peças e animais, contaminação de solo e do lençol freático (em caso de vazamento de combustível e outros produtos tóxicos), limitação do acesso e do transporte das comunidades locais. Obstrução parcial temporária da via, causando limitação do acesso e do transporte das comunidades locais.	Plano de Comunicação e Engajamento Social Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Programa de Recuperação de áreas degradadas - PRAD Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
		Implantação de área de vivência para trabalhadores no local	Aumento do bem-estar dos colaboradores, geração de lixo (resto de comida), geração de resíduos sanitários (tenda sanitária), o que leva a atração de vetores de doenças (baratas, ratos, mosquitos, etc.), contaminação de corpos hídricos e do lençol freático, mau cheiro	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais – Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Plano de Gerenciamento de Resíduos Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
		Captação de água	Redução do volume de água do corpo hídrico, alteração da qualidade da água, levando a alteração nos habitats aquáticos	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais –PRAD, PGR Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Plano de Comunicação e engajamento Social Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS

		Sinalização temporária da via	Redução de acidentes, Organização da obra; Obstrução parcial temporária da via, levando a aumento da segurança para os operários, lindeiros e transeuntes	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais – PVS Plano de Desvio e Controle de Tráfego Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
Componente 3/ Subcomponente 3.3	Melhoria de greide com e sem sarjeta, através de eliminação de locais de atoleiro e soluções adicionais a serem definidas como a possibilidade de encascalhamento e selagem sistemáticos/bloquetes/paralelepípedos	Extração de cascalho de jazidas para aplicação nas vias	Erosão do solo, que leva a: Assoreamento do leito do rio, degradação temporária da qualidade das águas dos corpos hídricos, alteração nos habitats aquáticos locais, geração de poeira.	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Remoção da Vegetação Lindeira Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Plano de Gerenciamento de Resíduos Plano de Controle de Ruídos e Vibrações Controle das emissões de particulados Programa de Recuperação de áreas degradadas - PRAD Plano de Resposta a Emergências: Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
			Supressão da vegetação local, que leva a degradação da paisagem, perda da biodiversidade e degradação das áreas de Proteção Permanente	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Remoção da Vegetação Lindeira Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Plano de Gerenciamento de Resíduos Plano de Controle de Ruídos e Vibrações Programa de Recuperação de áreas degradadas – PRAD

				Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
			Geração de poeira, levando a incômodo e comprometimento da saúde dos lindeiros próximos, usuários e operários, alteração no ecossistema	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais – Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Controle das emissões de particulados Plano de Comunicação e engajamento Social Controle das emissões fugitivas Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
			Movimentação de máquinas e veículos, gerando poeira, ruídos, obstrução parcial temporária e/ou alteração de acesso da via, que leva a incômodo e comprometimento da saúde dos lindeiros próximos, usuários e operários (doenças auriculares, respiratórias, etc.), degradação de vegetação com a circulação das máquinas e alteração no ecossistema e aumento de acidentes viários, atropelamentos de pessoas e animais, contaminação de solo e do lençol freático (em caso de vazamento de combustível e outros produtos tóxicos), limitação do acesso e do transporte das comunidades locais.	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais – Plano de Desvio e Controle de Tráfego; Plano de Controle de Ruídos e Vibrações; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD; Controle de emissões de particulados Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional; Plano de Resposta a Emergências; Gestão de Produtos Químicos e Perigosos; Plano de Comunicação e Engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS.
		Espalhamento de cascalho na via, umidificação e reconformação da via com	Geração de ruídos, gerando incômodo para lindeiros e usuários,	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais:

		compressor, escavação do solo para confecção de sarjeta	exposição de operários a doenças auriculares	Plano de Controle de Ruídos e Vibrações Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS.
			Geração de poeira, levando a incômodo e comprometimento da saúde dos lindeiros próximos, usuários e operários, alteração no ecossistema	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Comunicação e engajamento Social Controle de emissões de particulados Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS.
			Movimentação de máquinas e veículos, gerando poeira, ruídos, obstrução parcial temporária e/ou alteração de acesso da via, que leva a incômodo e comprometimento da saúde dos lindeiros próximos, usuários e operários (doenças auriculares, respiratórias, etc.), degradação de vegetação com a circulação das máquinas e alteração no ecossistema e aumento de acidentes viários, atropelamentos de pessoas e animais, contaminação de solo e do lençol freático (em caso de vazamento de combustível e outros produtos tóxicos), limitação do acesso e do transporte das comunidades locais.	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Desvio e Controle de Tráfego; Plano de Controle de Ruídos e Vibrações; Controle das emissões de particulados Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD; Controle das emissões fugitivas Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional; Plano de Resposta a Emergências; Gestão de Produtos Químicos e Perigosos; Plano de Comunicação e Engajamento Social

			Obstrução parcial temporária da via, causando limitação do acesso e do transporte das comunidades locais.	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Programa de Recuperação de áreas degradadas - PRAD Plano de Comunicação e engajamento Social Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
			Redução do volume de água do corpo hídrico, alteração da qualidade da água, levando a alteração nos habitats aquáticos	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Plano de Comunicação e engajamento Social Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
			Melhoria nas condições de tráfego local, levando ao aumento do tráfego, aumento do escoamento da produção local, aumento de casos de atropelamento de pessoas e animais	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: N/A
			Melhoria da drenagem da via, evitando acúmulo de água, formação de atoleiros, erosões, etc.	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: N/A
		Implantação de área de vivência para trabalhadores no local	Aumento do bem-estar dos colaboradores, geração de lixo (resto de comida), geração de resíduos sanitários (tenda sanitária), o que leva a atração de vetores de doenças (baratas, ratos, mosquitos, etc.), contaminação de corpos	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Plano de Gerenciamento de Resíduos

			hídricos e do lençol freático, mau cheiro	Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
		Sinalização temporária da via	Redução de acidentes, Organização da obra; Obstrução parcial temporária da via, levando a aumento da segurança para os operários, lindeiros e transeuntes	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Desvio e Controle de Tráfego Plano de Gerenciamento de Resíduos Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
		Aplicação de bloquetes / paralelepípedos em rampas com preparação do subleito, preparação da base com brita corrida, nivelamento com colchão de areia e assentamento dos bloquetes	Geração de poeira, levando a incômodo e comprometimento da saúde dos lindeiros próximos, usuários e operários, alteração no ecossistema	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais – Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Controle das emissões de particulados Plano de Comunicação e engajamento Social Controle das emissões fugitivas Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
			Geração de ruídos, gerando incômodo para lindeiros e usuários, exposição de operários a doenças auriculares	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais: Plano de Controle de Ruídos e Vibrações Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Comunicação e engajamento Social

				Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
			Captação de água, gerando redução do volume de água do corpo hídrico, alteração da qualidade da água, levando a alteração nos habitats aquáticos	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional
			Obstrução parcial temporária da via, causando limitação do acesso e do transporte das comunidades locais.	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Programa de Recuperação de áreas degradadas - PRAD Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional
			Sinalização temporária da via, levando à redução de acidentes, organização da obra; aumento da segurança para os operários, lindeiros e transeuntes	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Plano de Gerenciamento de Resíduos Plano de Desvio e Controle de Tráfego Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Plano de Comunicação e engajamento Social Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS

			Geração de resíduos de construção (entulho), levando a atração de vetores de doenças (escorpiões, insetos, etc.)	Aplicação do Programa de Implantação dos Planos Socioambientais Plano de Gerenciamento de Resíduos Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS
--	--	--	--	--

Quadro 6: Riscos e impactos associados a cada subcomponente do projeto e as respectivas medidas mitigadoras

6.1. Riscos Ambientais e Sociais associados às atividades de Assistência Técnica e Fortalecimento Institucional

Para além das atividades do projeto que terão seus riscos e impactos ambientais e sociais vinculados à realização de obras, tem-se componentes e subcomponentes voltados para o fortalecimento institucional e para a elaboração de estudos que podem ser classificados como atividades de Assistência Técnica. Apesar de apresentarem menor (ou mínimo, em alguns casos) potencial para causar riscos e impactos ambientais e sociais diretos e adversos, os requisitos estabelecidos na NAS 1 (parágrafos 14 a 18) são aplicáveis, conforme relevante e apropriado à natureza dos riscos e impactos decorrentes. Com isso, objetiva-se que os termos de referência, planos de trabalho ou outros documentos que definam o escopo e os resultados da AT sejam elaborados de modo que a consultoria e outros tipos de apoio fornecidos sejam consistentes com as NASs 1 a 10 (OESRC Advisory Note - Technical Assistance and the Environmental and Social Framework - May 21, 2019)

As atividades de assistência técnica podem ser classificadas em três categorias, sendo que para cada uma delas é atribuída uma classificação de risco e, consequentemente, uma medida proporcional para sua mitigação:

- **Tipo 1** - Apoiar a elaboração de futuros projetos de investimento: preparação de estudos de viabilidade, projetos técnicos detalhados - preparação para a futura construção de infraestruturas físicas ou para a implementação de outras atividades com impactos físicos potencialmente significativos
- **Tipo 2** - Informar a formulação de políticas, programas, planos, estratégias, marcos jurídicos e regulatórios: elaboração de políticas, programas, planos, estratégias, leis e/ou regulamentos que podem ter impactos ambientais e sociais diretos ou indiretos quando implementados
- **Tipo 3** - Fortalecimento da capacidade dos mutuários: atividades de capacitação geralmente com impactos sociais ou ambientais mínimos. Considerar possíveis implicações do apoio às instituições na realização ou supervisão de atividades que tenham implicações sociais e ambientais.

No âmbito do Pro-Rodovias, destacam-se os seguintes componentes/subcomponentes com essas características:

Subcomponente 1.2 - Lançamento de CREMA de longo prazo com mais de 20 anos usando o regulamento PPP em estradas estaduais selecionadas, com considerações de resiliência e segurança viária a serem estruturadas durante a implementação do projeto, com base no modelo BA-052. Este subcomponente cobrirá os custos de modelagem de três PPPs – que serão implementadas com um contrato de PPP de 20 ou 25 anos.

Componente 2–Fortalecimento institucional para a sustentabilidade da gestão de ativos rodoviários, segurança rodoviária, resiliência climática, inclusão social e descarbonização da logística. Esse componente se baseará nas atividades de fortalecimento institucional do PREMAR 2 da SEINFRA, articuladas em torno de cinco focos: (i) Gestão sustentável da rede rodoviária do Estado; (ii) Segurança viária; (iii) Atividades de resiliência climática; (iv) Descarbonização da logística e mobilidade; e (v) Inclusão social e de gênero.

Componente 4– Gestão do programa

Gerenciamento do projeto. Esse componente apoiará a gestão e a coordenação do projeto. Ele financiará os custos operacionais da Unidade de Coordenação do Projeto (UCP), consultorias e outros custos necessários para a implementação do projeto. Esse componente se concentrará no apoio à gestão do projeto, com um consultor de gestão de projetos com perfis técnicos, sociais, ambientais e de aquisições para avançar na preparação dos documentos necessários até a aprovação do financiamento.

Diante da classificação dos tipos de atividade de AT apresentados acima em relação com os componentes do projeto destacados, considera-se, por ora, que para os componentes 2 e 4, voltados para o fortalecimento institucional, os riscos são mínimos, não sendo necessárias medidas adicionais.

Para o caso do subcomponente 1.2, na qual está prevista a contratação do estudo para a modelagem da PPP que será implementada nos próximos 20 ou 25 anos, podendo incorrer em riscos que se desdobrem no futuro, considera-se necessário que a elaboração do Termo de Referência seja submetido à equipe Ambiental e Social do

Banco, de modo que se garanta que a elaboração de tal estudo (assim como os seus possíveis resultados) esteja em alinhamento com o Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial.

7.0. PROCEDIMENTOS E ARRANJOS ORGANIZACIONAIS

7.1. Procedimentos de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais

a) Avaliação e Análise de projetos – Triagem A&S

Como primeiro passo, a Equipe Socioambiental da Seinfra utilizará o Formulário de Análise A&S constante (Anexo 1) para identificar e avaliar os riscos ambientais e sociais relevantes específicos das atividades e identificar as medidas de atenuação adequadas. O Formulário de Análise lista as várias medidas e planos de mitigação que podem ser relevantes para as atividades específicas (PGRS, PCS, PGR, etc.) Durante a análise, todas as atividades propostas devem ser examinadas para garantir que estejam dentro dos limites das atividades elegíveis do Programa e que não sejam consideradas de alto risco de acordo atividades listadas na Lista de Exclusão A&S na tabela abaixo.

- Qualquer construção em áreas protegidas em desacordo com as respectivas normas de uso;
- Atividades que tenham potencial para causar perda ou degradação significativa de habitats críticos, direta ou indiretamente, ou que levem a perdas ou impactos adversos nos habitats naturais;
- Atividades que envolvem extração de recursos florestais naturais (postes, madeira, bambu, carvão vegetal, vida selvagem, etc.) para fins comerciais em larga escala;
- Qualquer atividade que afete o patrimônio cultural físico, como túmulos, templos, igrejas, relíquias históricas, sítios arqueológicos e outras estruturas culturais;
- Atividades que causem ou levem a trabalho forçado ou abuso infantil, exploração de trabalho infantil ou tráfico de seres humanos ou subprojetos que empreguem ou envolvam crianças, abaixo da idade mínima de 14 anos e trabalhos perigosos para menores de 18 anos, interferir com a educação do menor, ou ser prejudicial à saúde ou física e mental, espiritual, moral ou social;
- Qualquer atividade fora da faixa de domínio da estrada;
- Exploração de minas de cascalho não licenciadas ou em desacordo com a legislação vigente;
- Obras viárias que envolvam a alteração ou ampliação do traçado original da estrada;
- Qualquer atividade que cause realocação física de domicílios ou exija o uso de domínio iminente;
- Qualquer atividade com significativos riscos e impactos ambientais e sociais que exijam um Estudo de Impacto Ambiental e Social (ESIA);
- Utilização de bota fora de resíduos de construção ou outros com licença de operação vencida ou sem licença.

Quadro 7: lista de exclusão de atividades elegíveis do projeto

b) Formulação e Planejamento de Subprojetos – Planejamento A&S

Com base no processo acima descrito e no Formulário de Análise (Anexo 1) a Equipe Socioambiental da Seinfra indicará as medidas de gestão ambiental e social necessárias que deverão ser incluídas nos documentos de licitação e contratação das empreiteiras, conforme descrição no Anexo 2, listados abaixo:

1. Plano de Remoção da Vegetação Lindeira

O Plano de Remoção de Vegetação Lindeira em uma obra de restauração de rodovia é um documento ou conjunto de ações planejadas para gerenciar e executar a remoção da vegetação que está presente nas margens da rodovia. Esse Plano consiste inicialmente no levantamento de habitats e inventário da vegetação existente na área de intervenção e zoneamento e mapeamento por tipo de vegetação. O Plano deve também contemplar os métodos de remoção selecionados, técnicas de proteção de áreas sensíveis e as medidas mais apropriadas de contenção dos impactos oriundos das atividades de remoção. A destinação dos resíduos gerados da remoção da vegetação deve estar prevista no Plano. O solo nu deve ser revegetado de acordo com o PRAD a ser descrito no Plano. O monitoramento e avaliação, comunicação para a comunidade e capacitação da equipe técnica envolvida também fazem parte do Plano.

2. Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água

O Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água é um documento técnico que estabelece diretrizes, métodos e ações para prevenir, mitigar e controlar a erosão do solo e a poluição dos corpos d'água. Este plano é essencial para proteger os recursos hídricos e garantir a sustentabilidade ambiental em áreas suscetíveis a esses problemas.

Neste Plano, alguns componentes são essenciais, tais como: o mapeamento e identificação das áreas sensíveis a serem controladas quanto aos processos erosivos, bem como dos corpos d'água a serem controlados quanto ao risco de contaminação. As medidas mitigadoras que serão usadas nos controles (contenção, drenagem, replantio, estabilização de encostas, controle de fluxo de sedimentos, etc.) devem ser claras e exequíveis.

As medidas, uma vez implementadas, devem ser periodicamente monitoradas no sentido de observar se os processos erosivos e a contaminação dos cursos d'água estão de fato minimizados e controlados. Verificadas falhas ou insuficiências nos processos, o Plano deve abarcar novas medidas de controle.

3. Gestão de Produtos Químicos Perigosos

A gestão de produtos químicos perigosos em obras rodoviárias envolve uma série de práticas e procedimentos destinados a garantir o manuseio, armazenamento, transporte e descarte seguros desses materiais. O objetivo é proteger a saúde dos trabalhadores, prevenir acidentes ambientais e cumprir com as regulamentações legais.

A gestão completa de produtos químicos perigosos na obra deve contemplar primeiramente a identificação e um inventário detalhado desses produtos (catalogação e informações sobre os riscos associados às características dos produtos), além de diretrizes sobre o adequado armazenamento, manuseio e transporte e quais os procedimentos devem ser tomados em caso de emergência.

O descarte dos produtos químicos perigosos deve ser adequado, atendendo aos requisitos do PGRS da obra. O uso constante de EPI, o treinamento dos operários que manuseiam tais produtos e a monitoração periódica da qualidade do ar, solo e água nas proximidades da obra para detectar e mitigar qualquer contaminação resultante do uso de produtos químicos também devem constar na referida Gestão.

4. Plano de Desvio e Controle de Tráfego

O Plano de Desvio e Controle de Tráfego é um documento ou conjunto de diretrizes utilizadas para gerenciar e orientar o fluxo de veículos e pedestres em situações em que o tráfego normal é interrompido ou alterado. Isso pode ocorrer devido a obras, eventos especiais, acidentes, ou outras situações que impactem a circulação regular.

No contexto de restauração de estradas, o referido Plano estabelece inicialmente a avaliação das condições de tráfego, delimitação das áreas e indicação de eventos previstos para o desvio do tráfego, bem como a definição de rotas alternativas para desviar o tráfego da área afetada, garantindo que os

motoristas e pedestres possam continuar seus trajetos com o mínimo de interrupção.

O Plano também deve descrever os procedimentos de sinalização e gerenciamento do tráfego durante o desvio, descrevendo estratégias e dispositivos para orientar o fluxo de tráfego e garantir a segurança dos usuários da via. É importante que o Plano preveja indicação de horários de trabalho restritos para sua implementação, diretrizes para informar o público sobre as mudanças no tráfego, monitoramento da área e treinamento junto os trabalhadores.

5. Programa de Gestão de Áreas de Empréstimo e Bota-fora

O Programa de Gestão de Áreas de Empréstimo e Bota-fora deve propor um conjunto de diretrizes e práticas voltadas para o gerenciamento sustentável e seguro de áreas utilizadas para a retirada de materiais de construção (áreas de empréstimo) e para a deposição de resíduos ou excedentes de obras (áreas de bota-fora).

Antes do início das obras de restauração das rodovias, as áreas de empréstimo e bota-fora já devem estar devidamente identificadas. As licenças e anuências ambientais já devem ter sido providenciadas para evitar passivos e degradação ao meio ambiente.

O Programa deve prever também o planejamento operacional contendo, dentre outros procedimentos, cronograma de execução, croqui de localização das jazidas escolhidas e plano de recuperação das áreas degradadas pela extração dos materiais.

6. Plano de Gerenciamento de Resíduos

O Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGR) é um documento ou conjunto de procedimentos que descrevem como a obra planeja gerenciar os resíduos que gera. Resumidamente, o objetivo principal é minimizar a geração de resíduos, maximizar a reciclagem e reutilização e garantir que o descarte final seja feito de maneira segura e ambientalmente responsável.

O PGR deve prever a classificação e triagem dos resíduos gerados na obra através do quadro de inventário de resíduos, contemplando medidas de minimização na fonte, reciclagem e reutilização.

Cronograma de treinamento dos colaboradores que manuseiam os resíduos também deve estar previsto no PGR, assim como a periodicidade dos relatórios contendo registros do monitoramento do Plano.

7. Plano de Controle de Ruídos e Vibrações

O Plano de Controle de Ruídos e Vibrações (PCRV) é um documento que estabelece as diretrizes e medidas para controlar e mitigar os impactos causados por ruídos e vibrações em determinadas atividades da obra. Este plano é especialmente importante para garantir a conformidade com as normas ambientais e de saúde pública, além de prevenir o surgimento de doenças ocupacionais.

O PCRV deve inicialmente identificar as fontes geradoras de ruídos e vibrações (máquinas, equipamentos e atividades). Os ruídos e vibrações devem ser quantificados e comparados com os limites estabelecidos nas Normas Aplicáveis. Diante dos resultados, o PCRV deve estabelecer diretrizes para as medidas de mitigação dos impactos e ruídos que estejam acima dos limites prescritos.

Os métodos de comunicação junto aos colaboradores e comunidade afetada, no que diz respeito aos impactos dos ruídos e vibrações da obra, também precisam fazer parte do PCRV.

8. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD

O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) é um conjunto de ações e técnicas planejadas e implementadas com o objetivo de restaurar e recuperar áreas que foram degradadas ou alteradas por atividades da obra. O PRAD visa restabelecer as condições ambientais originais ou melhorar a qualidade ambiental da área afetada, promovendo a recuperação da vegetação, solo, água e biodiversidade.

O PRAD deve ter uma introdução, mapeamento das áreas a serem recuperadas, diagnóstico do cenário, descrição detalhada das ações para a recuperação (controle de erosão, revegetação, dispositivos de drenagem, etc.), inclusive responsáveis, plano de avaliação e monitoramento, cronograma de execução e orçamento.

9. Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional

O Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional é um conjunto estruturado de políticas, procedimentos e práticas destinados a identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos à saúde e segurança dos trabalhadores na obra. O objetivo principal é prevenir acidentes e doenças ocupacionais, promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável.

O PGR deve definir, no mínimo, responsabilidades, identificação e avaliação de riscos oriundos das atividades da obra e medidas de prevenção e mitigação de riscos (eliminação, redução ou substituição, controle de engenharia, controle administrativo e utilização de EPI, nessa sequência).

O cronograma de treinamento e capacitação dos colaboradores também deve estar previsto no PGR. A obra deve prever o engajamento e participação de todos no PGR, com registro das ações para compor o relatório de atividades, que deve ser parte do Plano.

10. Plano de Resposta a Emergências

Um Plano de Ação em Situações de Emergência (PASE) na obra é um documento que estabelece procedimentos e diretrizes a serem seguidos em caso de emergências, como incêndios, desastres naturais, acidentes graves, derramamento de substâncias perigosas, entre outros. O objetivo é garantir a segurança dos trabalhadores, minimizar os danos materiais e ambientais, e assegurar uma resposta rápida e eficaz às situações de emergência.

O PASE deve descrever a identificação dos tipos de emergência que possam acometer o cotidiano da obra, bem como definir a Equipe de Emergência, que se responsabilizará pela implementação do Plano.

Devem compor também o PASE: procedimentos de resposta a emergências, contatos atualizados de emergência, equipamentos a serem utilizados (extintores, kit de primeiros socorros, etc.), cronograma de treinamentos e simulações, documentação e relatórios dos registros das atividades.

11. Plano de Comunicação e Engajamento Social

O Plano de Comunicação e Engajamento Social da obra é um documento estratégico que delineia como a equipe do projeto vai se comunicar com as partes interessadas e engajar a comunidade local ao longo do período de restauração das rodovias. Este plano é fundamental para construir e manter um relacionamento positivo com a comunidade, minimizar conflitos, aumentar a transparência e assegurar que as preocupações e expectativas dos stakeholders sejam consideradas.

O Plano deve conter inicialmente o mapeamento dos stakeholders e a descrição de como os impactos da obra afetará cada grupo. As estratégias de comunicação também devem estar claramente descritas, assim como o Mecanismo de Reclamação acessível e eficiente.

12. Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS

O Plano de Gestão de Trabalhadores da obra é um documento estratégico que delineia como os trabalhadores serão gerenciados durante a execução da obra. Este plano abrange desde o recrutamento até o treinamento, segurança, comunicação e bem-estar dos trabalhadores. O objetivo é garantir que todos os aspectos relacionados à força de trabalho sejam geridos de forma eficaz, promovendo um ambiente de trabalho seguro, produtivo e em conformidade com as normas legais.

O Plano de Gestão dos trabalhadores deve prever que o Código de Conduta da obra seja seguido pelos colaboradores, assim como as diretrizes de combate a EAS/AS. O Plano de Gestão de Trabalhadores deve apresentar: procedimentos de verificação da conformidade de contratação de pessoal com a Legislação Trabalhista, Normas de Saúde e Segurança, Código de Conduta, procedimentos de combate a EAS/AS, etc.

O Plano deve prever cronograma de execução de diálogos, reuniões, treinamentos, eventos esclarecedores e demais ações de gestão dos trabalhadores.

13. Plano de Gestão Ambiental para Áreas de Extração de Cascalho

O Plano de Gestão Ambiental (PGA) para áreas de extração de cascalho visa, através de um conjunto de ações e medidas, minimizar os impactos ambientais adversos associados à atividade de extração de cascalho, promover a sustentabilidade e garantir o cumprimento das normas e regulamentos ambientais, durante as atividades de extração de cascalho.

Por ser uma atividade bastante invasiva, do ponto de vista ambiental, a extração de cascalho deve ter um Plano que preveja inicialmente a delimitação das áreas a serem limpas e exploradas, processos de controle de erosão, de vibrações, de emissão de ruídos e particulados, etc.

O Plano também deve estabelecer procedimentos de desvio de tráfego por ocasião da extração, treinamento dos trabalhadores e procedimentos de recuperação das áreas degradadas pela extração do cascalho.

14. Plano para Gestão Ambiental para Usinas de Asfalto

O Plano de Gestão Ambiental (PGA) para usinas de asfalto estabelece diretrizes, procedimentos e ações para minimizar os impactos ambientais negativos associados à produção de asfalto, garantir a conformidade com as leis e regulamentos ambientais e promover práticas sustentáveis. O objetivo é assegurar que todas as fases do processo de produção, desde a aquisição de matérias-primas até a desativação da usina, sejam conduzidas de maneira ambientalmente responsável.

Para cumprir com seu objetivo, o Plano deve descrever as medidas de controle socioambiental na área escolhida para a instalação da usina de asfalto. Assim, devem ser contempladas medidas de controle para mitigar os impactos negativos na fauna e flora local, no solo, nos corpos hídricos próximos, no ar e nas comunidades próximas.

O Plano também deve estabelecer diretrizes de transporte e armazenamento e produção seguros de produtos perigosos, respostas a emergências e procedimentos de fechamento e desmobilização da usina, prezando pela recuperação das áreas degradadas.

15. Plano de Emissão de Particulados

O plano de emissão de particulados descreve as estratégias, medidas e procedimentos para controlar e reduzir a emissão de partículas sólidas

suspensas no ar provenientes das atividades da obra, tais como movimentação de solo e transporte de materiais. O plano visa assegurar a conformidade com as normas ambientais, evitar doenças ocupacionais e proteger a qualidade do ar.

Em linhas gerais, o Plano deve inicialmente descrever, dentre outros aspectos, as fontes emissoras de particulados, a caracterização desses particulados, procedimentos de umidificação das vias, de uso de EPIs adequados para os trabalhadores e comunicação com as comunidades lindeiras e usuários da estrada/rodovia.

Tais planos comporão o Programa de Gestão Ambiental da Contratada e serão implementados no cotidiano das obras nas estradas vicinais e na restauração dos corredores viários, conforme detalhado abaixo:

Se forem necessários planos de gestão específicos, a empresa contratada preparará esses documentos, seguindo as especificações contidas nesse MGAS. A empresa supervisora deverá avaliar e aprovar os referidos planos/programas e outros documentos aplicáveis.

Os primeiros 5 pacotes dos relatórios de gestão ambiental e social das contratadas serão também submetidos ao Banco Mundial para revisão prévia e aprovação. Após estes primeiros 5, o Banco Mundial e a Equipe Socioambiental do programa reavaliarão se é necessária uma revisão prévia para novas licitações.

Antes do início das obras civis as empresas contratadas deverão demonstrar que tem uma equipe especializada para gerenciar os programas ambientais e sociais e que todos os trabalhadores foram devidamente treinados para identificar riscos e as medidas socioambientais do programa.

c. Implementação e Monitoramento dós Planos e Programas –A&S

As empreiteiras contratadas deverão dispor, em cada obra, de um Especialista Ambiental e um Especialista Social (para as obras CREMA) e de um Especialista Socioambiental (para as vicinais) para, juntamente com os Engenheiros, Fiscais e demais técnicos, formar um time de profissionais qualificados e dedicados à gestão

dos planos e programas de gestão ambiental e social do contrato, assim como prover todos os recursos e meios necessários para a execução dos mesmos. Os gerentes de contrato deverão ter a responsabilidade final pela implementação e execução dos planos e programas com o apoio da equipe socioambiental da Seinfra. A equipe socioambiental das contratadas será responsável pelo monitoramento constante das práticas socioambientais e deverão notificar semanalmente os líderes da área e os gerentes de contrato sobre os casos de não conformidade. As empresas contratadas deverão enviar um relatório mensal de desempenho social e ambiental do programa à empresa supervisora dos contratos. (Modelo de Relatório de desempenho Social e Ambiental – Anexo3)

O relatório mensal de desempenho socioambiental deverá conter no mínimo: (i) a implementação geral dos instrumentos de gerenciamento de riscos A&S, (ii) quaisquer questões ambientais ou sociais que surjam como resultado dos trabalhos do programa e como essas questões serão remediadas ou mitigadas, (iii) indicadores de desempenho de SST (incluindo incidentes e acidentes), (iv) indicadores de desempenho como número de atividades de supervisão, Não Conformidades (NCs) abertas, NCs pendentes, NCs solucionadas; acidentes graves, Índice de acidentes do trabalho (acidentes com afastamento/1,000,000 horas trabalhadas) índices de gravidade (horas perdidas/1,000,000hs trabalhadas), número de acidentes graves (com fatalidades ou hospitalização); Número de treinamentos e trabalhadores treinados (v) atualizações de consulta à comunidade, (vi) notificação e comunicações públicas, (vii) progresso na conclusão dos trabalhos do projeto e (viii) resumo das reclamações/feedback dos beneficiários recebidos, ações tomadas e reclamações encerradas.

A empresa supervisora deverá ter um quadro de profissionais qualificados para supervisionar os aspectos socioambientais das contratadas e verificar se as empreiteiras estão implementando os planos e programas de controle de forma adequada e satisfatória.

Deverão orientar as contratadas para que disponham de pessoal qualificado e meios para implementar as medidas de gestão ambiental e social em concordância com o que foi estabelecido no contrato assim como com as diretrizes desse documento.

A empresa supervisora deverá estar alocada em cada frente de obra para supervisionar diariamente a conformidade das práticas ambientais e sociais, revisar os relatórios socioambientais mensais da construtora, assim como outros documentos que comprovem a conformidade da execução e elaborar um relatório mensal de supervisão para a equipe socioambiental da Seinfra. Os cinco primeiros relatórios devem ser também encaminhados à equipe do Banco Mundial.

A equipe socioambiental da Seinfra, vinculada ao programa deverá supervisionar o desempenho geral de todos os projetos garantindo que os sistemas de monitoramento e o desempenho das empresas contratadas estejam funcionando de forma eficaz.

A equipe socioambiental da Seinfra deverá fazer inspeções aleatórias das atividades das empresas contratadas, e verificar a eficácia do trabalho das—supervisoras socioambientais.

A equipe socioambiental da Seinfra deverá contribuir com capítulo específico relativo aos aspectos socioambientais para o relatório semestral de desempenho do programa encaminhado pela Seinfra para a equipe do Banco Mundial.

A Equipe da Seinfra também acompanhará as queixas/sugestões dos beneficiários, comunidades e outras partes interessadas durante a execução do programa, a fim de utilizar como instrumento de monitoramento da execução das atividades do programa e das medidas de mitigação ambiental e social.

Por último, caso ocorra incidente grave que possa ter efeitos adversos significativos no ambiente, nas comunidades afetadas, no público ou nos trabalhadores, a equipe socioambiental da construtora deve notificar a CMAM.

A CMAM deve comunicar o fato à UCP que informará ao Banco Mundial no prazo de 48 horas a contar da data em que tomou conhecimento desse incidente. Uma fatalidade é automaticamente classificada como um incidente grave, assim como incidentes de trabalho forçado ou infantil, abusos de membros da comunidade por trabalhadores do programa (incluindo incidentes de violência de gênero), protestos comunitários violentos ou sequestros.

d. Revisão e Avaliação – Conclusão A&S

Após a conclusão das atividades do programa, a Equipe da Seinfra analisará e avaliará o progresso e a conclusão das atividades do programa e das medidas de mitigação ambiental e social.

Especialmente no que se refere às obras civis, a Equipe da Seinfra acompanhará as atividades relativas aos Programas de Recuperação de Áreas degradadas (PRAD) incluindo a restauração do local e o paisagismo nas áreas afetadas, a fim de garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com um padrão adequado e aceitável antes de finalizar os contratos. Os locais devem ser restaurados para pelo menos a mesma condição e padrão que existia antes do início dos trabalhos. Quaisquer problemas pendentes devem ser resolvidos antes que um projeto seja considerado totalmente concluído. A Equipe da Seinfra preparará o relatório de conclusão descrevendo a conformidade das medidas de gerenciamento de riscos A&S e o apresentará ao Banco Mundial.

7.2 Arranjos Institucionais

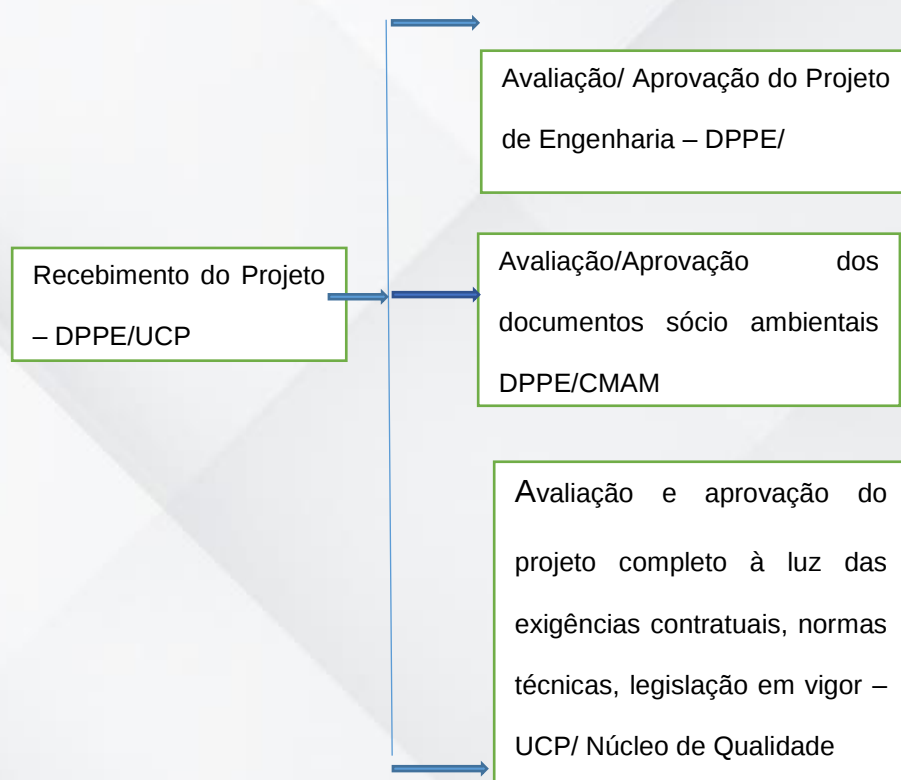


Figura 20: Recebimento, análise e aprovação dos projetos

Os empreiteiros locais serão obrigados a cumprir os planos e procedimentos de gerenciamento de riscos A&S do programa e legislação local. Esta disposição será especificada nos acordos do contratante. Espera-se que os empreiteiros divulguem e criem conscientização em sua força de trabalho sobre a conformidade ambiental e social de gerenciamento de riscos de A&S para sua implementação efetiva.

O Quadro 8 abaixo resume as funções e responsabilidades relacionadas aos arranjos de implementação para o gerenciamento ambiental e social.

Parte Responsável	Papeis e responsabilidades
Seinfra	- Dar apoio, supervisão e controle de qualidade para a equipe de campo que trabalha no gerenciamento de riscos ambientais e sociais. - Receber, rever, avaliar e aprovar os formulários de análise ambiental dos projetos. Manter a documentação de análise e supervisão. - Supervisionar a execução global e o acompanhamento das atividades de controle ambiental e social, compilar relatórios de progresso dos projetos e apresentar relatórios semestrais ao Banco Mundial. - Orientação sobre a implementação dos procedimentos socioambientais do Projeto Pro-Rodovias para os empreiteiros que serão responsáveis pela execução dos projetos.
Equipe ambiental e social da Seinfra	- Certificar-se de que as atividades do projeto não se enquadrem na Lista Negativa - Revisar os PGAS específicos para as atividades de projetos. - Supervisionar a implementação e o monitoramento de medidas de mitigação ambiental e social e relatar o progresso e o desempenho para a Unidade de Coordenação do Programa mensalmente. - Dar treinamento a empreiteiros e comunidades locais sobre medidas, papéis e responsabilidades relevantes de mitigação ambiental e social.
Empreiteiros Locais Construtora	- Elaborar e implementar os programas de Gestão Ambiental e Social PGAS de acordo com os requisitos desse documento - Cumprir as medidas de mitigação ambiental e social do projeto, bem como a legislação local. - Tomar todas as medidas necessárias para proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores e membros da comunidade, e evitar, minimizar ou mitigar qualquer dano ambiental e social resultante das atividades do projeto. - Manter os canais para recebimento de queixas abertos de forma permanente (tanto para a comunidade em geral quanto para os trabalhadores), assim como implementar as medidas para resolução das demandas, coletar feedback e reportá-las em seus relatórios periódicos.
Empresa Gerenciadora	Executar e acompanhar, sob a orientação da UCP/Seinfra, ações de planejamento e preparação de documentos, supervisão e avaliação das atividades relativas a estudos, planos e projetos de cunho socioambiental, incluindo a identificação e aplicação dos requisitos legais e normativos associados a estes, tais como: ✓ Apoiar a Coordenação das atividades de elaboração do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) do projeto de financiamento do BIRD, conforme orientações do Banco, ✓ Apoiar a Coordenação das atividades de elaboração do Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI), Marco da Política de Reassentamento, Marco de Povos Indígenas (MPI e respectivos Planos de Povos Indígenas, se necessário) e Procedimentos e Gestão de Mão-de-Obra (PGMO), e outros instrumentos de gestão ambiental e social que eventualmente sejam requisitados, de acordo com as orientações do BIRD, ✓ Auxiliar a Seinfra no âmbito do Programa, quanto ao cumprimento dos requisitos estabelecidos nas Normas Ambientais e Sociais (NAS) e nas Diretrizes Ambientais, de Saúde e Segurança do Grupo do Banco Mundial, nas normas ambientais e sociais e instrumentos de gestão preparados e todas as atividades descritas no Plano de

Parte Responsável	Papeis e responsabilidades
	Compromisso Ambiental e Social (PCAS) e no Manual de Operações (MOP); ✓ Atuar, em apoio à Cmam/Seinfra, na incorporação dos compromissos socioambientais pertinentes ao Projeto nos editais de licitação, conforme estabelecido nos instrumentos socioambientais; ✓ Operar de forma integrada com a CMAM/DPPE/SIT/Seinfra na supervisão e acompanhamento nas frentes de obras quanto ao cumprimento dos requisitos ambientais previstos: nos estudos de impacto e de controle ambiental (MGAS, PEPI, PPI, PGMO, PCAS, e outros relacionados às normas e diretrizes do BIRD); nas normas ambientais e sociais do atual Quadro Ambiental e Social do BIRD; nos contratos com as empresas construtoras; na legislação socioambiental nacional e estadual e nas licenças ambientais concedidas pela autoridade licenciadora; ✓ Auxiliar na articulação com as autoridades ambientais no que diz respeito aos processos de licenciamento ambiental dos componentes do Programa; ✓ Proceder a análise e acompanhar a execução relativa a produtos que envolvam, mesmo que indiretamente, a área socioambiental; ✓ Acompanhar, em colaboração com a CMAM/DPPE/SIT/Seinfra, a fiscalização das ações relativas às intervenções que envolvam os temas relacionados às questões socioambientais do Programa; ✓ Apoiar a Cmam/Seinfra nas auditorias socioambientais do BIRD, avaliando a supervisão socioambiental das obras e identificando o atendimento às condicionantes contidas nos documentos do Programa; ✓ Conceber e implementar documentos de normatização e controle de obras, serviços e consultoria em engenharia viária e de logística de transportes, incluindo aqueles necessários à contratação destes e à sua conformidade às normas ambientais e sociais nacionais e do BIRD; ✗ Executar de forma coordenada as competências relacionadas ao controle e monitoramento das tarefas de apoio às políticas sociais, ambientais e de comunicação/mobilização social previstas nas normas e acordos do Programa, em estreita articulação com os serviços e obras de engenharia;
Empresa Supervisora	✓ Monitorar os impactos socioambientais decorrentes da execução das obras do empreendimento Pro-Rodovias bem como o controle das ações que lhes deram origem; ✓ Monitorar e avaliar a aplicação dos Instrumentos Normativos seguintes: Políticas e Processos Socioambientais estipulados no Contrato de Crédito dos Bancos Financiadores; Marco de Gestão Ambiental e Social- MGAS/ Plano de Envolvimento das Partes Interessadas-PEPI/ Marco da Política de Reassentamento/ Plano de Povos Indígenas- PPI/ Procedimentos e Gestão de Mão-de-Obra – PGMO/ Estudos de Impacto Ambiental -EIA e

Parte Responsável	Papeis e responsabilidades
	Manual de Procedimentos Ambientais de Obras do Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - Derba ✓ Monitorar as medidas de prevenção e de mitigação adotadas com o propósito de verificar se são ambientalmente e socialmente adequadas, diante das perturbações decorrentes das intervenções da obra; ✓ Verificar o cumprimento dos marcos e planos de controle de salvaguardas sociais (impactos sociais, reassentamento involuntário, povos indígenas e comunidades quilombolas, saúde e segurança, e consulta pública) e ambientais, identificar as não conformidades e informá-las à Seinfra/Diretoria de Projetos e Programas Especiais - DPPE/ Coordenação de Meio Ambiente - CMAM, através de relatórios e/ou comunicações; ✓ Manter um sistema de registros e relatórios socioambientais semestrais que reflitam o controle das práticas socioambientais e medidas mitigadoras e compensatórias, incluindo as queixas; ✓ Identificar e recomendar outras ações corretivas para os impactos socioambientais não previstos; ✓ Manter um sistema de registros de ocorrências e não conformidades, baseados em planilhas de campo, que reflitam também a eficácia de medidas mitigadoras e compensatórias adotadas; ✓ Consultorias especializadas recrutadas pela Seinfra, de profissionais cuja especialidade não conste no quadro da Seinfra e nem no quadro da equipe chave da Supervisora, para apoiar à fiscalização técnica das obras(ex. Arqueólogo) ✓ Apoiar a equipe da CMAM na elaboração de medidas de prevenção e/ou mitigação pertinentes às obras, quando necessário

Quadro 8: Arranjos Institucionais

7.3. Proposta de Treinamento e Capacitação

O êxito da execução do projeto dependerá, entre outros, da aplicação efetiva das medidas de gestão dos riscos ambientais e sociais descritas no presente MGAS. Será necessária formação e reforço das capacidades das principais partes envolvidas, a fim de assegurar a aplicação eficaz do MGAS e do PEPI. Uma abordagem de formação inicial é descrita no quadro 9 abaixo. Na medida do possível, a formação em matéria de gestão de riscos ambientais e sociais será integrada no ciclo do projeto e nos procedimentos operacionais. Dada a necessidade de sensibilizar os trabalhadores do projeto e as partes interessadas a muitos níveis, propõe-se um modelo em cascata em que a informação seguirá do nível nacional para os níveis de campo.

Nível	Responsável	Público- Alvo	Tópicos / Temas que devem ser cobertos
Nível Estadual	Equipe do banco Mundial	Equipe do Projeto	MGAS e abordagem: - Identificação e avaliação de riscos de A&S - Seleção e aplicação de medidas relevantes de gerenciamento de riscos de A&S - Monitoramento e relatórios de A&S - Relatórios de incidentes e acidentes - Aplicação do PEPI e do mecanismo de feedback de queixas/beneficiários
Equipe operacional	Equipe do Projeto	Equipe local Empreiteiros Locais	- Aplicação do PEPI e do mecanismo de feedback das queixas/beneficiários - Aplicação de PGMO, incluindo Código de Conduta, relatórios de incidentes Abuso, exploração e assédio sexual, mitigação da Covid-19 - Aplicação de Guias de Boas Práticas ou PGMA, conforme relevante - Reparação de queixas dos trabalhadores Código de Conduta do Trabalhador - Aplicação dos PIPS
Comunitário	Equipe Local	Membros da Comunidade	- Questões de saúde e segurança da comunidade - Código de Conduta do Trabalhador - Questões Abuso, Exploração e Assédio sexual, prevenção, medidas - Mitigação da Covid-19 - Reparação de queixas

Quadro 9: Abordagem de Treinamento e Capacitação Proposta

7.4 Orçamento Estimado

O orçamento estimado para implementação do PGAS, incluindo os valores referentes a realização de treinamentos, impressão de materiais, aquisição de softwares, contratação de consultor e de técnicos especializados, é de cerca de R\$ 9.300.000,00 (nove milhões e trezentos mil reais).

8.0. ENGAJAMENTO, DIVULGAÇÃO E CONSULTAS DAS PARTES INTERESSADAS

Um Plano de Envolvimento de Partes Interessadas – PEPI foi preparado para o Programa, com base na Norma Ambiental e Social 10 do Banco Mundial sobre Engajamento de Partes Interessadas. O PEPI pode ser encontrado aqui: [\[fornecer link de divulgação para o PEPI\]](#).

As atividades de envolvimento das partes interessadas do Programa Pro-Rodovias vêm acontecendo pelo menos desde o mês de maio de 2023, quando se iniciaram as

visitas das equipes da SEINFRA (SUPLOG, DCM e CMAM) aos municípios e comunidades beneficiados pelo Subcomponente 3.3 – Vicinais. Nessas visitas são realizadas apresentações do Programa e consulta pública para identificação das obras prioritárias para a comunidade.

As visitas aos Pataxó Hã-Hã-Hãe da Fazenda Bahiana, em Camamu, e aos Tumbalalá, comunidades indígenas que serão beneficiadas pelo programa, foram realizadas independentemente dos municípios que compõem os consórcios intermunicipais, atendendo à diretriz de adoção de tratamento individualizado aos Povos Indígenas.

No quadro 10 abaixo é apresentada a relação de eventos realizados até então:

LOCALE PARTICIPANTES	DATA	PRINCIPAIS PONTOS APRESENTADOS
Reunião com Consórcios Municipais em Salvador	17/05/2023	Apresentação do Componente Estradas Vicinais do Pro-Rodovias: Critérios para seleção do Consórcio, tipos de intervenções, condicionantes
Povo Indígena Tumbalalá (reunião realizada em Salvador, com presença de lideranças indígenas)	19/05/2023	Intervenções a serem implantadas no âmbito do subcomponente Vicinais: identificação das necessidades e prioridades da comunidade
Reunião na SPPI – Superintendência de Políticas para Povos Indígenas/Salvador	26/05/2023	Intervenções a serem implantadas no âmbito do subcomponente Vicinais
Povo Indígena Pataxó Hã-Hã-Hãe (reunião realizada em Camamu, com a presença de lideranças indígenas)	27/06/2023	Intervenções a serem implantadas no âmbito do subcomponente Vicinais: identificação das necessidades e prioridades da comunidade
Reunião na SPPI – Superintendência de Políticas para Povos Indígenas/Salvador	25/07/2023	Viabilizar como SPPI viagem para a Aldeia Tumbalalá com a finalidade de obter a primeira versão de pleitos da comunidade para obras a serem contempladas pelo subcomponente de Vicinais no Programa Pro-Rodovias
Sede do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sertão do São Francisco (CONSTESF)/Juazeiro-BA	25/07/2023	Reunião conjunta SEINFRA/CONSÓRCIO - Apresentação do Projeto para Estradas Vicinais, no âmbito do Programa PRO-RODOVIAS
Sede do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina (CIDCD)/Andaraí-BA	26/07/2023	Reunião conjunta SEINFRA/CONSÓRCIO - Apresentação do Projeto para Estradas Vicinais, no âmbito do Programa PRO-RODOVIAS
Sede do Consórcio Intermunicipal do Mosaico das Apas do Baixo Sul (CIAPRA)/Gandu-BA	28/07/2023	Reunião conjunta SEINFRA/CONSÓRCIO - Apresentação do Projeto para Estradas Vicinais, no âmbito do Programa PRO-RODOVIAS
Reunião com a SPPI – Superintendência de Políticas para Povos Indígenas / na SEINFRA - Salvador	08/08/2023	Envio de toda a FUNAI nos procedimentos do Programa Pro-Rodovias relacionados aos Povos Indígenas e elaboração do Código de Conduta a ser implementado nas obras que interagirão com Povos Indígenas.
Aldeias Tumbalalá em Abaré	29/08/2023	Percorrer o trecho indicado pelos Tumbalalá no Ofício 0012023/TUMBALALÁ com a finalidade de identificar pontos críticos
Aldeias Pataxó Hã-Hã-Hãe em Camamu	31/08/2023	Percorrer o trecho indicado pelos Pataxó Hã-Hã-Hãe no Ofício 004/2023 com a finalidade de identificar pontos críticos
SEINFRA e representantes da Prefeitura de Rui Barbosa	12/09/2023	Solicitação de Convocação dos Moradores para Consulta Pública do Programa para Estradas Vicinais, no âmbito do Programa PRO-RODOVIAS

SEINFRA e representantes da Prefeitura de Lajedinho	13/09/2023	Solicitação de Convocação dos Moradores para Consulta Pública do Projeto para Estradas Vicinais, no âmbito do Programa PRO-RODOVIAS
SEINFRA, representantes da Prefeitura de Rui Barbosa e moradores	21/09/2023	Consulta Pública em Rui Barbosa
SEINFRA e representantes da Prefeitura de Lajedinho e moradores	22/09/2023	Consulta Pública em Lajedinho
Prefeito com equipe e SEINFRA no Gabinete da Prefeitura - Nova Redenção	31/10/2023	Reunião preparatória conjunta SEINFRA/Município NOVA REDENÇÃO. Solicitação de Convocação dos Moradores para Consulta Pública do Projeto para Estradas Vicinais, no âmbito do Programa PRO-RODOVIAS
Prefeito com equipe e SEINFRA na Sala de Reuniões da Prefeitura - Andaraí	01/11/2023	Reunião Preparatória conjunta SEINFRA/Município de ANDARAÍ. Solicitação de Convocação dos Moradores para Consulta Pública do Projeto para Estradas Vicinais, no âmbito do Programa PRO-RODOVIAS
SEINFRA, representantes da Prefeitura de Nova Redenção e moradores	05/12/2023	Consulta Pública em Nova Redenção
SEINFRA e representantes da Prefeitura de Andaraí e moradores	06/12/2023	Consulta Pública em Andaraí
Prefeito com equipe e SEINFRA no Gabinete da Prefeitura - Mucugê	05/12/2023	Reunião preparatória conjunta SEINFRA/Município MUCUGÊ. Solicitação de Convocação dos Moradores para Consulta Pública do Projeto para Estradas Vicinais, no âmbito do Programa PRO-RODOVIAS
Prefeito com equipe e SEINFRA no Gabinete da Prefeitura - Itaetê	07/12/2023	Reunião preparatória conjunta SEINFRA/Município ITAETÊ. Solicitação de Convocação dos Moradores para Consulta Pública do Projeto para Estradas Vicinais, no âmbito do Programa PRO-RODOVIAS
Prefeito com equipe e SEINFRA no Gabinete da Prefeitura - Lençóis	30/01/2024	Reunião preparatória conjunta SEINFRA/Município LENÇÓIS. Solicitação de Convocação dos Moradores para Consulta Pública do Projeto para Estradas Vicinais, no âmbito do Programa PRO-RODOVIAS
Prefeito com equipe e SEINFRA no Gabinete da Prefeitura - Palmeiras	30/01/2024	Reunião preparatória conjunta SEINFRA/Município PALMEIRAS. Solicitação de Convocação dos Moradores para Consulta Pública do Projeto para Estradas Vicinais, no âmbito do Programa PRO-RODOVIAS
SEINFRA e representantes da Prefeitura de Itaetê e moradores	31/01/2024	Consulta Pública em Itaetê
SEINFRA e representantes da Prefeitura de Mucugê e moradores	01/02/2024	Consulta Pública em Mucugê
Página institucional da Seinfra – Ba: www.seinfra.ba.gov.br - população	de 16/04 a 17/06/2024	Minutas do PEPI, do MGAS e do FLESIA para conhecimento e sugestões das pessoas

Quadro 10 – Eventos de Engajamento e Participação (PEPI)

A partir das atividades indicadas, obteve-se os seguintes resultados:

- Os Consórcios foram informados sobre os procedimentos do Pró-Rodovias e solicitou-se aos representantes o fornecimento de informações com respeito a cada município: trechos com os roteiros dos ônibus escolares, trechos com grande fluxo de escoamento da produção local, localização dos postos de saúde aproveitando trechos de acesso dos mesmos;
- Foi indicado um servidor com conhecimento dos trechos para acompanhar técnicos da SEINFRA nos diagnósticos das necessidades das obras;

- Com relação aos povos indígenas, ficou registrada a concordância com relação à metodologia apresentada para seleção dos trechos de estradas vicinais que deverão ser atendidos dentro do Programa;
- Avançou-se na primeira versão da identificação das vicinais mais importantes para os deslocamentos no cotidiano desses povos;
- Definiu-se a proposição de adoção de um Protocolo de Conduta específico sobre a forma como os trabalhadores das construtoras e da empresa supervisora devem lidar com os indígenas de cada uma das etnias.

As minutas deste MGAS, do PEPI, bem como do Flesia, foram divulgadas entre os dias 16/04/2024 e 17/06/2024, na página institucional da SEINFRA-BA (www.seinfra.ba.gov.br), para conhecimento e envio de sugestões da comunidade em geral.

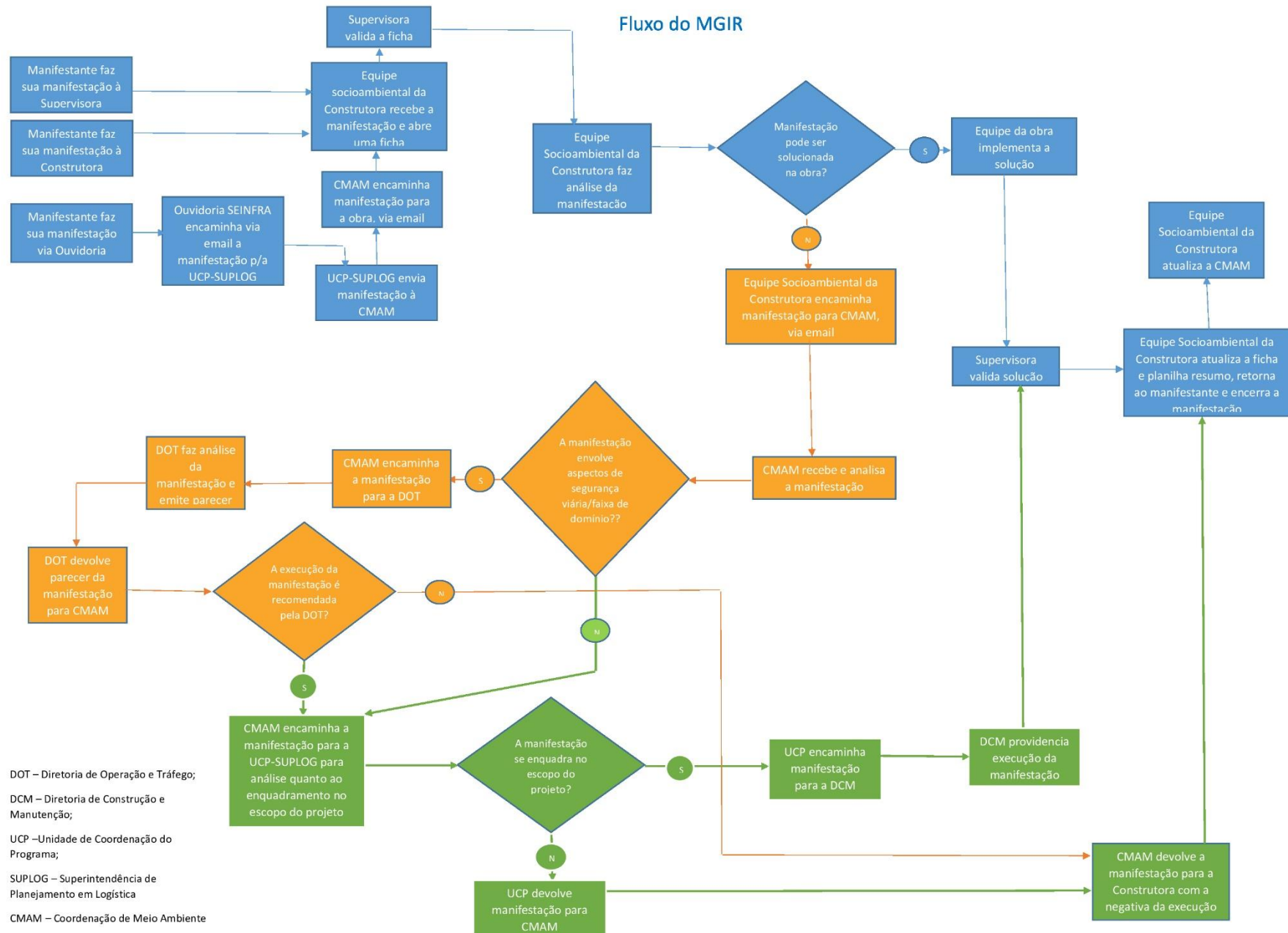
Em relação ao PEPI, questionou-se, em especial, sobre se as partes afetadas e interessadas no Programa foram corretamente identificadas e se os meios propostos para informá-las e consultá-las a respeito do Programa estão adequados.

Em relação a este Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS e ao Estudo de Impacto Ambiental e Social do Nível de Viabilidade (do inglês Feasibility Level Environmental and Social Impact Assessment/FLESIA) buscou-se assegurar de que os riscos e impactos ambientais e sociais do projeto foram adequadamente identificados e que as medidas propostas para sua prevenção ou mitigação são adequadas e suficientes.

Apesar da divulgação pública e dos esforços ativos na distribuição dos documentos para partes interessadas, como os presidentes dos consórcios intermunicipais que serão atendidos pelas atividades do Programa, não foram recebidas contribuições durante este período, conforme Anexo 04.

Abaixo segue o fluxograma do Mecanismo de Gestão de Informações e Reclamações previsto no PEPI.

Fluxo do MGIR



Referências:

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA-SEI.
Perfil dos Territórios de Identidade, Série territórios de identidade da Bahia, V1.
ISBN 978-85-8121-017-9. 2015

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA-SEI.
Perfil dos Territórios de Identidade, Série territórios de identidade da Bahia, V2.
ISBN 978-85-8121-017-9. 2016

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA-SEI.
Perfil dos Territórios de Identidade, Série territórios de identidade da Bahia, V3.
ISBN 978-85-8121-017-9. 2018

ANEXO 1

FORMULÁRIO DE ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL

1. Nome e Descrição do Projeto

Descrever a localização, as características e a duração do projeto

2. Verificação da aplicação da Lista de exclusão

	Quesito	Observação/Medida
1	☒ Existem áreas Protegidas no entorno do projeto?	
2	☒ Atividades que tenham potencial para causar perda ou degradação significativa de habitats críticos, direta ou indiretamente, ou que levem a perdas ou impactos adversos nos habitats naturais	
3	☐ Atividades que envolvem extração de recursos florestais naturais (postes, madeira, bambu, carvão vegetal, vida selvagem, etc.) para fins comerciais em larga escala;	
4	☐ Qualquer atividade que afete o patrimônio cultural físico, como túmulos, templos, igrejas, relíquias históricas, sítios arqueológicos e outras estruturas culturais	
5	☐ Atividades que causem ou levem a trabalho forçado ou abuso infantil, exploração de trabalho infantil ou tráfico de seres humanos ou subprojetos que empreguem ou envolvam crianças, abaixo da idade mínima de 14 anos e trabalhos perigosos para menores de 18 anos, interferir com a educação do menor, ou ser prejudicial à saúde ou física e mental, espiritual, moral ou social;	
6	☐ Exploração de minas de cascalho não licenciadas ou em desacordo com a legislação vigente	
7	☐ Obras viárias que envolvam a alteração ou ampliação do traçado original da estrada	
8	☐ Qualquer atividade que cause realocação física de domicílios ou exija o uso de domínio iminente	
9	☐ Qualquer atividade com significativos riscos e impactos ambientais e sociais que exijam um Estudo de Impacto Ambiental e Social (ESIA)	
10	☐ Utilização de bota fora de resíduos de construção ou outros com licença de operação vencida ou sem licença	

3. Avaliação dos Impactos

Marcar as caixas que se aplicam

Obra	Atividade	Impactos	Medidas Mitigadoras
☒ Substituição de pontes de madeira por ponte de concreto	☒ Escavação de terra, construção das cabeceiras da ponte, implantação da ponte ☒ Implantação de área de vivência para trabalhadores no local ☐ Sinalização temporária da via ☐ Captação de água		
☐ Construção ou reconstrução de bueiros e drenagem longitudinal	☐ Escavação de terra, Implantação de bueiro (Concretagem) ☐ Movimentação temporária de cerca de propriedade de lindeiros ☐ Implantação de área de vivência para trabalhadores no local ☐ Captação de água ☐ Sinalização temporária da via		
☐ Construção de passagens molhadas	☐ Escavação de terra ao lado do curso d'água,		

	implantação da passagem molhada ☐ Implantação de área de vivência para trabalhadores no local ☐ Captação de água Sinalização temporária da via		
☐ Melhoria de greide com e sem sarjeta, através de eliminação de locais de atoleiro e soluções adicionais a serem definidas como a possibilidade de encascalhamento e selagem sistemáticos/bloquetes/paralelepípedos	☐ Extração de cascalho de jazidas para aplicação nas vias ☐ Espalhamento de cascalho na via, ☐ Umidificação e reconformação da via com compressor, ☐ Escavação do solo para confecção de sarjeta ☐ Implantação de área de vivência para trabalhadores no local ☐ Sinalização temporária da via ☐ Aplicação de bloquetes/paralelepípedos em rampas com preparação do subleito, preparação da base com brita corrida, nivelamento com colchão		

	de areia e assentamento dos bloquetes		
Outros (Descrever)			

4. Planos e instrumentos aplicáveis

Marcar as caixas que se aplicam

Plano	Avaliação da conformidade
☒ Código de Conduta;	
☒ Plano de Comunicação Social - PCS;	
☒ Plano de Educação Ambiental - PEA;	
☒ Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos PGRS;	
☒ Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD;	
☒ Plano de Manejo de Obras –PMO;	
☐ Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional –PCMSO;	
☐ Programa de Gerenciamento de Riscos de Saúde e Segurança (PGR) ;	

☐ Plano de Velocidade e Sinalização – PVS	
--	--

5. Avaliação final

Nome, Data e Assinatura do Responsável

ANEXO 2

ESPECIFICAÇÕES PARA PROGRAMA DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL E SOCIAL DAS CONTRATADAS

1. Apresentação e Objetivos

Este Modelo de Programa de Gerenciamento Ambiental e Social deverá ser usado pelas contratadas para as obras de reabilitação de rodovias (Subcomponente 1.1), execução de obras civis em acessos rurais (Subcomponente 3.3) e obras de melhoria na segurança viária nos trechos urbanos na BA-001. O objetivo é identificar e minimizar os impactos ambientais e sociais decorrentes da execução das obras, promovendo práticas sustentáveis e a preservação dos recursos naturais. Esse modelo pode e deve ser complementado caso ocorram temas que não foram abordados.

2. Responsabilidades

- Equipe de Gerenciamento Socioambiental: A empreiteira (Contratada) deverá ter uma equipe dedicada ao gerenciamento ambiental e social da obra que será responsável pela implementação e monitoramento das medidas ambientais e sociais durante todas as fases da obra.

- Empresa Contratada ou Empreiteira: responsável por garantir o cumprimento das diretrizes ambientais estabelecidas neste programa por parte de todos os colaboradores, incluindo todas as empresas subcontratadas;

Engenheiros da obra: terão a responsabilidade por garantir o cumprimento das medidas de gestão, dando todo o apoio necessário à Equipe de Gerenciamento Socioambiental;

Gerente do Contrato: terá a responsabilidade maior de garantir o cumprimento dos programas, através do cumprimento dos requisitos socioambientais do contrato.

A Empresa Contratada ou Empreiteira será responsável também por garantir que todas as empresas subcontratadas sigam as diretrizes desse mesmo plano.

- A empresa contratada ou empreiteira deverá ter um mecanismo de queixas para as comunidades afetadas, que seja disponível, acessível e amplamente divulgado a todos os afetados.

- A empresa contratada ou empreiteira deverá ter um mecanismo de queixas para os trabalhadores, que seja conhecido por eles, acessível e com um processo que garanta a não-retaliação em caso de queixas.

- A Contratada deverá conhecer, cumprir e fazer cumprir todas as regulamentações, leis, decretos, normas e demais disposições governamentais de caráter socioambiental, incluindo os correspondentes às licenças ambientais nos âmbitos federal, estadual e municipal que de uma forma ou outra se relacionam às obras objeto do Contrato. A falta de conhecimento de uma ou várias dessas normas, ou outras não especificamente indicadas e suas atualizações correspondentes, não a eximem da responsabilidade de cumprimento destas normas.

3. Identificação de Aspectos e Impactos Ambientais e Sociais

Antes do início das atividades, a contratada (e subcontratadas) deverão identificar os respectivos aspectos e impactos socioambientais, preenchendo a tabela abaixo, considerando os possíveis impactos listados neste MGAS, mas sem se limitar a eles.

Os Planos de Gestão Ambiental e Social das empreiteiras deverão ser apresentados e aprovados pela UGP antes do início das obras.

Atividade	Aspecto	Impacto	Medida de controle
Nivelamento e movimentação de terra (Exemplo Ilustrativo)	Geração de poeira	Incômodos à vizinhança e perigo ao tráfego	Umedecimento das vias e das pilhas de material durante a movimentação de terra e proteção de cargas no transporte de acordo com o plano de controle de emissões fugitivas
	Emissão de ruídos e vibrações	Incômodos à vizinhança	Usar medidas de atenuação e limitar a atividade aos horários estabelecidos pelo programa de controle de ruídos e vibrações
	Movimentação de terra	Degradação ambiental, assoreamento de	Uso de áreas de empréstimo conforme plano de gerenciamento de

		cursos hídricos, emissões fugitivas	resíduos, Medidas de controle de erosão, Plano de Recuperação de área degradada e de emissões fugitivas conforme os respectivos planos
	Tráfego de máquinas	Aumento do perigo de colisão ao tráfego local	Aplicação das medidas de controle e sinalização de tráfego de acordo com o plano de Sinalização e controle de tráfego

4. Planos de Controle e Mitigação dos Impactos

4.1 Plano de Remoção da Vegetação Lindeira

1. Introdução

2. Levantamento de Habitats e Inventário Vegetacional:

Antes do início da remoção, será realizado um levantamento detalhado da vegetação lindeira.

Identificar espécies presentes, incluindo árvores, arbustos e vegetação rasteira.

Registrar o estado de conservação e a importância ecológica das áreas vegetadas.

3. Zoneamento e Mapeamento:

Dividir a área de vegetação lindeira em zonas, de acordo com as características vegetacionais e topográficas.

Mapear áreas de vegetação nativa, áreas de vegetação invasora e áreas de vegetação a serem preservadas.

4. Seleção de Métodos de Remoção:

Escolher métodos de remoção que minimizem o impacto sobre o solo e a vegetação remanescente.

Priorizar o uso de técnicas manuais ou mecânicas de baixo impacto, como corte manual e escavação.

5. Proteção de Áreas Sensíveis:

Identificar e proteger áreas sensíveis, como habitats de espécies ameaçadas e áreas de preservação permanente.

Delimitar zonas de exclusão onde a remoção será proibida ou restrita.

6. Medidas de Contenção de Impactos:

Instalar barreiras físicas para conter a propagação de sedimentos e evitar a erosão do solo.

Utilizar lonas ou telas para proteger áreas de remoção próxima a cursos d'água e encostas.

Programar o resgate e relocação de espécies vegetais de interesse socioambiental.

7. Manejo de Resíduos Vegetais:

Triturar os resíduos vegetais gerados durante a remoção para facilitar a decomposição e reciclagem.

Utilizar os resíduos vegetais triturados como cobertura morta em áreas revegetadas ou para compostagem.

8. Revegetação e Recuperação de Áreas Impactadas:

Após a conclusão da remoção, implementar um plano de revegetação para restaurar as áreas degradadas (PRAD) em conformidade com as normas e requerimentos ambientais aplicáveis.

Utilizar espécies vegetais nativas adequadas às condições do local.

Monitorar o estabelecimento e o crescimento das novas plantas e realizar intervenções adicionais, se necessário.

9. Monitoramento e Avaliação:

Realizar monitoramento regular das áreas removidas e revegetadas para avaliar o sucesso do processo de recuperação.

Registrar e analisar dados sobre a cobertura vegetal, a diversidade de espécies e a estabilidade do solo.

10. Comunicação e Envolvimento da Comunidade:

Informar e envolver a comunidade local sobre as atividades de remoção da vegetação lindeira.

Estabelecer canais de comunicação para receber feedback e responder a preocupações da comunidade.

Manter um mecanismo de queixas para as comunidades afetadas, que seja disponível, acessível e amplamente divulgado a todos os afetados, conforme especificado no PEPI (Plano de Engajamento com as Partes Interessadas).

11. Capacitação da Equipe:

Capacitar a equipe responsável pela remoção da vegetação nos princípios e práticas de manejo ambientalmente responsável.

Fornecer orientações específicas sobre técnicas de remoção e medidas de proteção ambiental.

Este plano será implementado em conformidade com as regulamentações ambientais locais e em coordenação com as autoridades competentes e as partes interessadas envolvidas na obra. A revisão periódica deste plano garantirá sua eficácia e a adaptação às condições do ambiente de trabalho.

12. Considerações Legais

Licenciamento Ambiental: Incluir todas as licenças e autorizações necessárias para a execução do plano.

Normas e Regulamentações: Seguir as normas e regulamentações ambientais locais, estaduais e federais.

4.2 Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água

1. Introdução

2. Avaliação Preliminar:

Antes do início da obra, realizar uma avaliação detalhada das características do terreno, identificando áreas suscetíveis a processos erosivos e cursos d'água próximos.

3. Caracterização da Área

Descrição da Área: Localização geográfica, topografia, hidrografia e tipos de solo.

Diagnóstico Ambiental: Levantamento das condições atuais dos solos e corpos d'água, identificando áreas sensíveis e vulneráveis à erosão e contaminação.

4. Mapeamento de Áreas Sensíveis e Fatores de Risco:

Identificar e mapear áreas sensíveis, como encostas íngremes, solos expostos e margens de cursos d'água, que apresentam maior risco de erosão.

5. Levantar o regime de chuvas da região.

6. Implementação de Medidas de Contenção:

Instalar barreiras físicas, como geotêxteis, gabiões, e enrocamentos, em áreas suscetíveis a processos erosivos para estabilização do solo.

Construir terraços e diques para controlar o escoamento superficial e reduzir a velocidade da água em encostas inclinadas.

7. Drenagem Adequada:

Implementar sistemas de drenagem adequados, como valetas, bacias de retenção e dispositivos de dissipação de energia, para reduzir o escoamento superficial e prevenir a erosão.

8. Práticas de Manejo do Solo:

Adotar técnicas de manejo do solo, como o plantio de cobertura vegetal, rotação de culturas e terraceamento, para aumentar a estabilidade do solo e reduzir a erosão.

9. Controle de Sedimentos:

Colocar barreiras de contenção de sedimentos em áreas de escavação e remoção de solo para evitar a entrada de sedimentos nos cursos d'água.

Implementar medidas de controle de erosão em áreas de empréstimo e aterro para reduzir o carreamento de sedimentos para os corpos d'água.

10. Educação e Capacitação

Treinamento da Equipe: Capacitação dos trabalhadores envolvidos nas atividades de controle de erosão e manejo de resíduos.

Sensibilização Comunitária: Programas de educação ambiental para as comunidades locais, destacando a importância da proteção dos recursos naturais, especialmente quanto a prática de queimadas.

11. Considerações Legais

Garantir que todas as ações estejam em conformidade com as leis e regulamentações ambientais locais, estaduais e federais

Obter todas as licenças e autorizações necessárias para a implementação do plano.

4.3 Plano de Gestão de Produtos Químicos Perigosos

1. Introdução

2. Identificação Inventário de Produtos Perigosos: Listar todos os produtos perigosos que serão usados nas obras de reabilitação de estradas, como combustíveis, solventes, lubrificantes, produtos químicos de limpeza.

Disponibilizar as FISPQs de cada produto, contendo informações sobre propriedades físicas e químicas, riscos, medidas de segurança e procedimentos em caso de emergência.

3. Avaliação de Riscos:

Realizar uma avaliação detalhada dos riscos associados a cada produto perigoso, considerando sua toxicidade, inflamabilidade, reatividade e impacto ambiental potencial.

4. Armazenamento Adequado:

Estabelecer diretrizes claras para o armazenamento seguro de produtos químicos perigosos conforme a legislação aplicável e as recomendações das respectivas Fichas de Informação e Segurança de Produtos Químicos Perigosos - FISPQ, incluindo requisitos de segregação de produtos incompatíveis, segurança contra incêndio, ventilação adequada, equipamentos de proteção ao trabalhador, contenção de vazamentos e sinalização de alerta.

5. Manuseio Seguro:

Desenvolver procedimentos operacionais padrão para o manuseio seguro de produtos perigosos, incluindo treinamento para os trabalhadores, uso adequado de equipamentos de proteção e práticas de trabalho seguras conforme as normas de segurança aplicáveis, as recomendações da FISPQ e do PGR (Plano de Gerenciamento do Riscos de Saúde e Segurança Ocupacional).

6. Transporte Seguro:

Estabelecer diretrizes para o transporte seguro de produtos perigosos, garantindo:

- adequada identificação dos produtos e sinalização de riscos, incluindo rotulagem, documentação e acondicionamento adequado;
- que sejam utilizados recipientes adequados;
- a correta segregação de produtos incompatíveis;
- que os veículos estejam em conformidade com regulamentações de transporte de materiais perigosos, para evitar vazamentos e acidentes;
- e que os motoristas sejam devidamente treinados.

7. Gerenciamento de Resíduos:

Implementar um plano abrangente de gerenciamento de resíduos para lidar com produtos perigosos usados, resíduos de embalagens e materiais contaminados, garantindo sua disposição segura e conformidade com regulamentações ambientais (conforme Plano de Gerenciamento de Resíduos).

8. Monitoramento Ambiental:

Estabelecer um programa de monitoramento ambiental para avaliar os impactos dos produtos perigosos no solo, água e ar, garantindo a detecção precoce de qualquer contaminação e a implementação de medidas corretivas imediatas, se necessário.

9. Resposta a Emergências:

Desenvolver um Plano de Resposta a Emergências detalhado para lidar com vazamentos, derramamentos, incêndios, exposição accidental ou outros incidentes envolvendo produtos perigosos, incluindo procedimentos de evacuação, contenção de vazamentos e comunicação com as autoridades locais. O Plano também deve prever a disponibilização de equipamentos de controle e combate a emergências, como kits de contenção de derramamentos, extintores e duchas de emergência, aplicáveis conforme a situação.

10. Capacitação e Conscientização:

Fornecer treinamento regular para todos os funcionários envolvidos no manuseio, transporte e armazenamento de produtos perigosos, bem como conscientização pública para comunidades locais sobre os riscos associados e medidas de segurança.

Manter os colaboradores informados sobre as medidas de prevenção de contaminação dos cursos d'água, bem como sobre os resultados do monitoramento ambiental.

Estabelecer canais de comunicação para receber feedback da comunidade e responder a preocupações relacionadas ao meio ambiente.

11. Considerações Legais:

Garantir que todas as atividades estejam em conformidade com as leis e regulamentos locais, estaduais e federais relativos ao manejo de produtos químicos perigosos;

Obter todas as autorizações necessárias para a operação e gestão de produtos químicos.

4.4 Plano de Desvio e Controle de Tráfego

1. Introdução

Estabelecer diretrizes para o desvio seguro e eficiente do tráfego durante a realização de obras ou intervenções na estrada.

Explicar a importância do plano, destacando a necessidade de manter a segurança e a fluidez do tráfego.

2 Avaliação das Condições de Tráfego:

Detalhar a localização geográfica da obra, incluindo pontos de referência e trechos afetados. Realizar uma avaliação detalhada das condições de tráfego atuais e previsões

de fluxo de veículos durante o período de trabalho, considerando horários de pico, eventos locais e rotas alternativas disponíveis.

3 Planejamento de Rotas Alternativas:

Identificar rotas alternativas para desviar o tráfego durante as atividades de reabilitação da estrada/rodovia, comunicando claramente essas rotas aos usuários por meio de sinalização adequada e campanhas de conscientização. Avaliar a capacidade das rotas alternativas para acomodar o fluxo de tráfego desviado, evitando congestionamentos.

4. Zoneamento da Área de Trabalho:

Dividir a área de trabalho em zonas claramente definidas, incluindo zonas de trabalho, zonas de segurança e zonas de tráfego controlado, garantindo que os trabalhadores e equipamentos estejam separados do tráfego em movimento.

5. Sinalização Adequada:

Instalar sinalização de trânsito, incluindo sinais de alerta, sinais de desvio, cones de tráfego, barreiras de segurança e dispositivos de controle de velocidade, de acordo com as regulamentações de tráfego aplicáveis e as normas do DNIT.

6. Gerenciamento de Fluxo de Tráfego:

Estabelecer um cronograma detalhado para a implementação do desvio de tráfego, incluindo datas e horários das mudanças de tráfego.

Implementar medidas de controle de tráfego, como semáforos temporários, orientadores de tráfego, bandeirinhas e veículos piloto, para gerenciar o fluxo de veículos de forma segura e eficiente ao redor da área de trabalho.

A Contratada não poderá impedir o acesso de pedestres e veículos às suas moradias e/ou comércios durante as obras, evitando-o no máximo. Quando a restrição não puder ser evitada, um Plano de Manejo incluindo acessos temporários adequados e previamente acordado com os afetados será elaborado para a aprovação do Contratante.

Em coordenação com as autoridades locais, deve-se trabalhar em colaboração com autoridades de trânsito e polícia para garantir a implementação eficaz do plano.

7. Horários de Trabalho Restritos:

Estabelecer horários de trabalho restritos para minimizar o impacto no tráfego, evitando atividades de construção durante os horários de pico e períodos de tráfego intenso, sempre que possível.

8. Comunicação com o Público:

Manter uma comunicação aberta e transparente com o público, fornecendo informações atualizadas sobre as atividades de construção, desvios de tráfego, horários de trabalho

e quaisquer interrupções planejadas através de mídias locais, redes sociais e placas de sinalização.

9. Monitoramento do Tráfego:

Realizar monitoramento contínuo do tráfego ao redor da área de trabalho para identificar congestionamentos, comportamentos de direção perigosos ou quaisquer problemas de segurança relacionados ao tráfego, tomando medidas corretivas imediatas, se necessário.

10. Contingência

Desenvolver planos de contingência para lidar com emergências ou problemas imprevistos, como acidentes ou condições climáticas adversas.

11. Medidas de Segurança

Implementar barreiras de proteção e áreas de segurança para proteger os trabalhadores da obra.

Garantir que as rotas alternativas e áreas de desvio sejam bem sinalizadas e iluminadas para prevenir acidentes.

12. Treinamento dos Trabalhadores:

Fornecer treinamento adequado para os trabalhadores envolvidos no controle de tráfego, garantindo que estejam cientes dos procedimentos de segurança, regulamentações de trânsito e práticas recomendadas para lidar com situações de emergência.

4.5 Programa de Gestão de Áreas de Empréstimo e Bota-fora

1. Introdução:

Estabelecer diretrizes para a seleção, operação e recuperação de áreas de empréstimo (extração de materiais) e bota-fora (disposição de materiais excedentes);

Ressaltar a importância do programa, destacando os impactos potenciais e a necessidade de medidas mitigadoras.

2. Identificação de Áreas de Empréstimo e Bota-fora:

Realizar uma avaliação detalhada da área de intervenção para identificar locais adequados para a extração de materiais (empréstimos) e disposição de resíduos (bota-fora), levando em consideração critérios socioambientais (vegetação, proximidade de corpos hídricos, comunidades), geotécnicos, proximidade das frentes de obra e de acessibilidade.

3. Licenciamento e Autorizações:

Obter todas as licenças e autorizações necessárias das autoridades locais e órgãos reguladores para a extração de materiais e operações de bota-fora, garantindo conformidade com regulamentos ambientais e de uso do solo.

4. Identificação de Impacto Ambiental:

Identificar e mitigar possíveis impactos negativos das atividades de empréstimo e bota-fora, incluindo erosão do solo, degradação da paisagem, perda de habitat e contaminação de águas superficiais e subterrâneas.

5. Planejamento Operacional:

Planejar a infraestrutura necessária, como acessos, caminhos de serviço, drenagem e áreas de apoio.

Desenvolver um plano operacional detalhado para a extração de materiais e operações de bota-fora, incluindo cronograma, métodos de escavação, transporte, compactação, medidas de controle ambiental e cobertura de resíduos, de forma a minimizar o desperdício, maximizar a eficiência e mitigar os impactos ambientais.

6. Monitoramento Ambiental:

Implementar um programa de monitoramento ambiental para avaliar os impactos das atividades de empréstimo e bota-fora na qualidade do ar, água e solo, evitando a contaminação de corpos d'água próximos, prevenindo a erosão nas áreas de empréstimo e bota-fora, implementando medidas como plantio de vegetação temporária e uso de geotêxteis.

7. Revegetação e Recuperação:

Desenvolver um plano de revegetação e recuperação (PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas) para restaurar áreas afetadas pelas atividades de empréstimo e bota-fora, utilizando técnicas de plantio com espécies nativas, controle de erosão, dispositivos de drenagem e estabilização do solo para promover a regeneração da vegetação.

8. Aspectos Legais

Garantir que todas as áreas de jazidas de solo a serem exploradas estejam devidamente autorizadas pelo órgão competente.

9. Plano de Emergência

Estabelecer planos de emergência para responder rapidamente a incidentes como deslizamentos, contaminações e outros eventos adversos.

4.6 Plano de Gerenciamento de Resíduos

1. Introdução:

Estabelecer diretrizes para a gestão adequada dos resíduos gerados durante as atividades do projeto, minimizando os impactos ambientais e promovendo a sustentabilidade.

Destacar a importância da gestão de resíduos e os benefícios esperados para o meio ambiente e a comunidade

2. Identificação de Tipos de Resíduos:

Realizar uma avaliação detalhada dos tipos de resíduos gerados durante a execução das obras incluindo resíduos de construção, materiais escavados, resíduos de pavimentação, embalagens de produtos, entre outros.

3. Classificação e Triagem:

Classificar os resíduos em categorias adequadas, como recicláveis, não recicláveis, perigosos e não perigosos, resíduos de construção, resíduos sanitários etc. e implementar sistemas de triagem para separar os diferentes tipos de resíduos na fonte de geração.

Classificação dos Resíduos Sólidos Gerados (NBR 10.004 de 2004)

Elaboração do Inventário dos resíduos sólidos gerados no empreendimento, conforme quadro:

Resíduo	Fonte	Classificação (ABNT NBR 10.004 de 2004)	Acondicionamento recomendado	Ações de Gerenciamento			Tratamento / Destinação Final
				Redução	Reutilização	Reciclagem	
Ex: Embalagens de óleo lubrificante	Oficina mecânica	Classe I	Tambores metálicos alocados em baias com piso impermeável, cobertura e bacia de contenção	x	N/A	x	Devolução ao fornecedor ou fabricante para reciclagem

4. Minimização na Fonte:

Implementar medidas para minimizar a geração de resíduos na fonte, como a otimização do uso de materiais, a reutilização de materiais recuperáveis e a redução do desperdício durante a execução da obra.

5. Coleta e Armazenamento:

Estabelecer procedimentos para a coleta segregada dos resíduos, garantindo que resíduos perigosos e não perigosos sejam armazenados separadamente.

Designar áreas específicas para o armazenamento temporário de resíduos, garantindo que estejam protegidas contra intempéries e acessíveis para coleta.

6. Reciclagem e Reutilização:

Estabelecer programas de reciclagem e reutilização para os resíduos gerados, como materiais de construção recicláveis, escarpa de madeira ou metal, pavimento asfáltico fresado (RAP), agregados reciclados e materiais de embalagem, em conformidade com regulamentações e padrões ambientais.

7. Transporte de Resíduos: Descrever os métodos de tratamento aplicáveis a cada tipo de resíduo, como reciclagem, compostagem, tratamento térmico ou químico.

Detalhar as tecnologias e processos utilizados para o tratamento, garantindo a eficiência e a conformidade com as normas ambientais.

8. Disposição Adequada:

Identificar as formas e locais de disposição adequados como empresas de reciclagem, ou aterros sanitários licenciados para os resíduos não recicláveis e não reutilizáveis, garantindo que as operações de disposição sejam realizadas de acordo com as regulamentações ambientais e de segurança. Identificar as autorizações e exigências legais para o transporte e destinação correta dos resíduos perigosos.

9. Manuseio Seguro:

Desenvolver procedimentos de manuseio seguro para os resíduos perigosos, como produtos químicos de limpeza, materiais contaminados e embalagens de produtos químicos, garantindo que sejam armazenados, transportados e descartados de forma segura.

10. Procedimentos e técnicas

Definir procedimentos e técnicas (Procedimentos Padrão) para as seguintes atividades:

- ✓ Acondicionamento (inserir quadro com código de cores estabelecido pela Resolução CONAMA nº 275/2001)
- ✓ Coleta / Transporte interno
- ✓ Armazenamento temporário
- ✓ Coleta / Transporte externo
- ✓ Destinação final

11. Treinamento e Conscientização:

Fornecer treinamento adequado para os trabalhadores envolvidos na gestão de resíduos, incluindo identificação de resíduos perigosos, técnicas de manuseio seguro, segregação adequada de resíduos e práticas de reciclagem.

12. Monitoramento Ambiental:

Implementar um programa de monitoramento ambiental para avaliar os impactos da gestão de resíduos no solo, água e ar, garantindo a conformidade com padrões ambientais e a detecção precoce de qualquer contaminação.

13. Documentação e Relatórios:

Manter registros detalhados de todos os resíduos gerados, incluindo tipos, quantidades, destinos de disposição e métodos de tratamento, e preparar relatórios regulares de desempenho ambiental para monitorar o progresso e a conformidade

4.7 Plano de Controle de Ruídos e Vibrações

1. Introdução:

Estabelecer diretrizes para o controle de ruídos e vibrações gerados durante as atividades do projeto.

Destacar a importância do controle de ruídos e vibrações para a saúde pública e a preservação do meio ambiente.

2. Identificação dos Potenciais Geradores de Ruídos e Vibrações

Identificar as principais fontes de ruído e vibração, incluindo máquinas, equipamentos e processos operacionais.

- ✓ Máquinas e Equipamentos: Escavadeiras, britadeiras, compactadores, caminhões, betoneiras, entre outros.
- ✓ Atividades Específicas: Demolição, terraplanagem, compactação de solo, pavimentação, transporte e descarga de materiais, etc.

3. Critérios e Normas Aplicáveis

Legislação Local e Nacional: Verificar as leis e normas sobre níveis de ruído e vibração, como a NBR 10151 (Acústica - Avaliação do ruído em áreas habitadas visando o conforto da comunidade) e a NBR 9653 (Medição e avaliação de níveis de vibração).

Especificar os limites máximos permitidos para níveis de ruído e vibração em áreas residenciais, comerciais e industriais.

4 Métodos de Monitoramento e Avaliação

Medições de Ruído: Realização de medições com decibelímetro (com certificado de calibração INMETRO) em pontos estratégicos próximos à área de intervenção e às áreas sensíveis (escolas, hospitais).

Frequência das Medições: Definição da periodicidade das medições (diárias, semanais) durante as fases mais críticas da obra.

5. Medidas de Mitigação de Ruídos

Manutenção de Equipamentos: Garantir que máquinas e equipamentos estejam em bom estado de conservação e funcionamento dentro das especificações do fabricante para minimizar ruídos.

Limitação de Horários: Restringir as atividades mais ruidosas a horários de menor impacto para a comunidade (geralmente, evitar períodos noturnos).

Uso de Tecnologias Silenciosas: Optar por equipamentos e tecnologias de construção que gerem menos ruído.

6. Comunicação e Treinamento

Informação à Comunidade: Manter a comunidade informada sobre o cronograma das obras e as medidas de mitigação adotadas. Manter e divulgar canal de comunicação e reclamações, conforme diretrizes do PEPI.

Treinamento de Funcionários: Treinamento dos operadores e trabalhadores para adoção das melhores práticas de redução de ruídos e vibrações, enfatizando o uso constante de EPIs, quando houver prescrição.

Realizar campanhas de sensibilização para reforçar a importância da redução de ruídos e vibrações entre todos os envolvidos no projeto.

4.8 Programa de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD

1. Introdução

A introdução deve fornecer um contexto sobre a necessidade do PRAD, incluindo uma breve descrição da obra, os impactos ambientais observados e a importância da recuperação das áreas degradadas.

A introdução também deve estabelecer diretrizes para a recuperação ambiental das áreas degradadas, promovendo a reabilitação ecológica e a sustentabilidade.

2. Objetivo Geral

Elaborar um Plano de Recuperação de Áreas Degradadas para mitigar os impactos ambientais causados pela execução das obras e promover a restauração ecológica das áreas afetadas.

3. Objetivos Específicos

- ✓ Identificar e mapear as áreas degradadas.
- ✓ Propor medidas de recuperação adequadas para cada tipo de degradação.
- ✓ Estabelecer um cronograma detalhado para a implementação das medidas de recuperação.
- ✓ Definir indicadores de sucesso e um plano de monitoramento contínuo.

4. Escopo:

Área de Estudo

Descrição georreferenciada e ambiental da área afetada pela obra de estrada ou rodovia e estruturas associadas (Jazidas de cascalho, Usinas de asfalto, Canteiros de Obras)

Delimitação das áreas degradadas que serão alvo do PRAD.

Realizar análises físico-químicas do solo para identificar contaminações e características que possam influenciar a recuperação.

Identificar a vegetação remanescente e as espécies nativas que podem ser utilizadas na recuperação.

Avaliar a qualidade e a disponibilidade de recursos hídricos na área e nos arredores.

5. Atividades

- ✓ Levantamento e diagnóstico ambiental das áreas degradadas.
- ✓ Proposta de ações de recuperação (revegetação, controle de erosão, manejo do solo, etc.).
- ✓ Cronograma de execução das ações propostas.
- ✓ Alocação de recursos.
- ✓ Parcerias e colaborações
- ✓ Plano de monitoramento e avaliação.

6. Metodologia:

Diagnóstico Ambiental

- ✓ Inventário Ambiental: Levantamento de flora, fauna, solo e água.
- ✓ Mapeamento das Áreas Degradadas: Utilização de ferramentas de geoprocessamento para identificar e delimitar as áreas afetadas.
- ✓ As jazidas de cascalho e plantas de asfalto deverão ter seus planos de gestão ambiental individuais conforme item 3

Proposta de Recuperação

- ✓ Revegetação: Seleção de espécies nativas, métodos de plantio (semeadura, plantio de mudas), técnicas de sucessão ecológica.
- ✓ Controle de Erosão: Construção de estruturas de contenção, aplicação de técnicas de bioengenharia.
- ✓ Manejo do Solo: Adubação, correção do solo, aplicação de cobertura morta.
- ✓ Controle de Espécies Invasoras: Identificação, remoção e prevenção de reinvasão.

Os passivos serão identificados e as medidas de solução constarão no quadro abaixo:

Nº do passivo	Estaca	Lado	Foto antiga	Foto atual	Solução proposta
Ex: P4	3115	LE			Ex: Reconformação do talude, plantio de muda
					Hidrossemeadura, etc.

Cronograma

Desenvolvimento de um cronograma detalhado com etapas e prazos para a implementação das ações de recuperação.

7. Plano de Monitoramento

Elaborar relatórios mensais relatando o andamento da implantação de todas as medidas de recuperação até seu total estabelecimento.

Definição de indicadores de sucesso (cobertura vegetal, qualidade do solo e da água).

Cronograma de campanhas de monitoramento.

Definir metodologia para coleta e análise de dados (por exemplo: quanto à estabilidade de taludes, descontaminação de solo, das águas superficiais e do lençol freático).

8. Equipe Técnica

Coordenação Geral: Engenheiro ambiental ou agrônomo com experiência em recuperação de áreas degradadas. Os planos devem elaborados por profissional qualificado com a respectiva Anotação de Responsabilidades Técnica – ART no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Especialistas Consultores Externos: Biólogos, geólogos, hidrólogos, e outros profissionais conforme necessário.

9. Cronograma de Trabalho

Fases do Projeto

Fase 1: Diagnóstico Ambiental e Mapeamento das Áreas Degradadas (0-3 meses).

Fase 2: Elaboração das Propostas de Recuperação (3-6 meses).

Fase 3: Implementação das Ações de Recuperação (6-18 meses).

Fase 4: Monitoramento e Avaliação (18-36 meses).

10. Orçamento

Estimativa de custos para cada fase do projeto.

Recursos financeiros necessários para a implementação das ações de recuperação, monitoramento e avaliação.

11. Critérios de Avaliação e Monitoramento

Indicadores de sucesso das ações de recuperação (taxa de sobrevivência das mudas, redução da erosão, melhoria da qualidade do solo e da água).

Metodologia de avaliação contínua e relatórios periódicos de progresso.

O acompanhamento da execução do PRAD e da recuperação das áreas degradadas deverá ser feito até que a restauração satisfatória e estabilização das áreas seja concluída de forma que esta não precise mais de nenhuma intervenção, conforme laudo de vistoria por profissional qualificado e com a devida ART.

4.9 Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional

1. Introdução

Objetivo: Estabelecer diretrizes para identificar, avaliar e controlar riscos de saúde e segurança no local de trabalho, visando à proteção da saúde e segurança dos trabalhadores

Destacar a importância do gerenciamento de riscos ocupacionais para a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho

Escopo: Aplicável a todos os trabalhadores, incluindo terceirizados, envolvidos na execução das obras.

2. Responsabilidades

Empregador: Garantir a implementação do PGR, fornecer recursos necessários e promover a segurança e saúde ocupacional.

Trabalhadores: Seguir as orientações de segurança, utilizar EPIs corretamente e reportar condições inseguras.

Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT): Desenvolver, dar apoio técnico e avaliar o desempenho da implantação do PGR.

Equipe de Gerenciamento Socioambiental e Engenheiro da obra: implementar e garantir a aplicação do PGR.

3. Identificação e Avaliação de Riscos

Levantamento de Perigos e Avaliação de Riscos: Realizar uma análise preliminar de perigos e riscos em todas as fases da obra (demolição, terraplanagem, pavimentação, etc.).

Metodologia de Avaliação: Utilizar técnicas como Análise Preliminar de Risco (APR) e entrevistas com trabalhadores.

Classificar os riscos de acordo com sua severidade e probabilidade de ocorrência, priorizando aqueles que exigem ações imediatas.

4. Documentação:

Manter registros detalhados das avaliações de risco, incluindo datas, responsáveis e metodologias utilizadas.

5. Adotar Medidas de Prevenção (Controle de Riscos)

Após a identificação dos perigos e da avaliação de risco, a contratada deverá identificar as medidas de prevenção apropriadas e seguir a hierarquia de prevenção, conforme apropriado:

Etapa 1: eliminação. Eliminar o perigo/risco,

Etapa 2: redução ou substituição.

Etapa 3: controle de engenharia.

Etapa 4: controle administrativo.

Etapa 5: utilização de EPI.

Controles Administrativos:

Adotar Medidas administrativas com o objetivo de mitigar os riscos ao trabalhador como por exemplo o treinamento, monitoramento de incidentes e acidentes, inspeções das condições de segurança do local de trabalho, rotação de tarefas e controle da jornada de trabalho, etc.

Programa de Treinamento de Saúde e Segurança Ocupacional - SSO: Elaborar um programa de treinamento e capacitação contínua dos trabalhadores sobre procedimentos de segurança e prevenção de acidentes, uso de EPIs, POPs, acidentes e respostas a emergências, e treinamento específicos para atividades especiais como: trabalho em Altura, trabalho em espaços confinados, Trabalho à quente, Operação de Máquinas e Motosserras etc.

Procedimentos Operacionais Padrão (POPs): Estabelecimento de POPs para atividades críticas.

Sinalização Adequada: Utilização de sinalização de riscos clara e visível nas áreas de trabalho

Controles de Engenharia:

Envolve a modificação do ambiente de trabalho ou dos equipamentos para reduzir o risco. Isso pode incluir, por exemplo, a instalação de barreiras físicas, ventilação adequada, isolamento de fontes de perigo, isolamento acústico, proteção de máquinas ou a implementação de bloqueios ou sistemas de segurança.

Equipamentos de Proteção Individual (EPIs):

A utilização de EPIs deve ser vista como último recurso, e aplicado sempre combinado com as outras medidas acima.

Seleção e Distribuição: A seleção dos EPIs deve ser feita por profissional habilitado e baseado nas características do trabalho, dos materiais e da exposição do trabalhador. Deve ser fornecido de forma gratuita (capacetes, luvas, óculos de proteção, máscaras e respiradores, protetores auditivos, jaquetas etc.). Todos os trabalhadores devem ser treinados para o uso correto dos EPIs.

Manutenção e Substituição: Inspeção regular e substituição de EPIs danificados.

6. Plano de Ação em Situações de Emergência

Procedimentos de Emergência: Definir procedimentos claros para responder as situações de emergência, incluindo a evacuação, o isolamento da área, primeiros socorros e comunicação.

Equipamentos de Emergência: Disponibilizar kits de primeiros socorros, extintores de incêndio e outros equipamentos necessários.

Treinamento de Emergência: Realização de simulações e treinamentos regulares em procedimentos de emergência.

Procedimentos para investigação de acidentes: Estabelecer procedimento para investigação de acidentes com fins de prevenção. Identificar todos os fatores que contribuíram para o acidente (humanos, máquinas e equipamentos, clima, local, horário, etc.), incluindo a identificação das causas raízes (falhas de sistema). Utilizar métodos

consolidados de investigação. Consolidar todas as conclusões em um relatório, incluindo um plano de ação corretivo, com prazos e responsabilidades. Acompanhar a implantação do plano de ação até sua conclusão.

7. Monitoramento e Controle de Saúde Ocupacional

Exames Médicos: Realização de exames admissionais, periódicos, de retorno ao trabalho e demissionais conforme NR7.

Programas de Prevenção: Implementação de programas como a Conservação Auditiva (PCA) e Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

Programa de Monitoramento da Exposição Ocupacional à agentes perigosos (LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho) – Manter e implementar um programa de monitoramento e controle da exposição do trabalhador aos agentes perigosos em conformidade com a Norma de Saúde e Segurança Ocupacional NR15

Monitoramento Constante das Condições de trabalho: Implementar sistema de monitoramento diário e inspeção das condições de segurança do trabalhador envolvendo a liderança das obras em conjunto e com o apoio do time de segurança do trabalho.

8. Comunicação e Engajamento

Reuniões de Segurança: Realização de reuniões periódicas para discutir questões de segurança e saúde ocupacional, código de conduta e exploração, abuso e assédio sexual (SEA/SH).

Canais de Comunicação: Estabelecimento de canais para que os trabalhadores possam reportar riscos e incidentes e condições de trabalho inseguras ou seja, implantação de mecanismo por meio dos quais os trabalhadores possam colocar suas queixas e denúncias.

Registro e Análise de Incidentes

Investigação de Acidentes: Estabelecer procedimentos para investigação de acidentes e incidentes, identificando causas e implementando ações corretivas.

Relatórios de Incidentes: Manutenção de registros detalhados de todos os incidentes, incluindo o monitoramento contínuo da taxa de frequência e severidade dos acidentes/incidentes, os relatórios de investigação e as ações tomadas para evitar recorrências.

9. Alojamentos, áreas de vivência, refeitórios e instalações sanitárias

A contratada deverá disponibilizar instalações sanitárias masculinas e femininas, áreas de vivência, refeitórios e alojamentos em quantidade adequada à força de trabalho e em boas condições de higiene e limpeza, em conformidade com os requerimentos da NR18 e demais normas de segurança do trabalho aplicáveis.

A Contratada deverá manter as melhores condições possíveis que garantam o bem-estar dos colaboradores e o saneamento nas instalações de apoio (áreas de vivência nas frentes de obra, refeitórios, sanitários e vestiários no canteiro de obras). A contratada deverá implementar uma rotina de inspeção e limpeza dessas instalações.

A Contratada instalará britador, usina de concreto, asfalto ou solo/brita, além das oficinas mecânicas, longe dos alojamentos visando à proteção aos trabalhadores e aos moradores do entorno, em relação a material particulado em suspensão, ruídos e fluidos gerados nessas atividades.

10. Educação e Treinamento

Programas de Treinamento: Desenvolver programas de treinamento contínuos para capacitar os trabalhadores sobre os riscos ocupacionais e as medidas de controle, incluindo o uso adequado dos EPIs.

Sensibilização: Realizar campanhas de sensibilização para reforçar a importância da segurança e saúde no trabalho e promover comportamentos seguros.

11. Referências Normativas

NR1 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais: Estabelece as disposições gerais sobre saúde e segurança no trabalho, incluindo a obrigatoriedade do gerenciamento de riscos ocupacionais.

NR18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção: Define os requisitos específicos para a indústria da construção, incluindo medidas de proteção coletiva e individual, organização do canteiro de obras e capacitação dos trabalhadores.

NR15 – Atividades e Operações Insalubres

4.10 Plano de Resposta a Emergências:

1. Introdução:

Estabelecer diretrizes e procedimentos para responder de maneira rápida e eficaz a emergências na obra, minimizando os impactos sobre a saúde, segurança e o meio ambiente.

Enfatizar a importância de um plano de resposta a emergências para a proteção dos trabalhadores, do meio ambiente e da comunidade.

2. Identificação dos Tipos (Cenários) de Emergência

Acidentes de Trabalho: Quedas, colisões, soterramentos, afogamentos, ataque de animais peçonhentos.

Incêndios: Em máquinas, instalações temporárias ou áreas adjacentes.

Derramamento de Substâncias Perigosas: Óleos, combustíveis, produtos químicos.

Desastres Naturais: Inundações, deslizamentos de terra, tempestades.

Emergências de Saúde Pública: Doenças infecciosas, intoxicações.

Desenvolver cenários de emergência baseados nos riscos identificados, descrevendo as possíveis consequências e os procedimentos de resposta.

3. Organização e Responsabilidades

Equipe de Emergência: Definir a composição da equipe de emergência, incluindo coordenadores, brigadistas, socorristas e pessoal de apoio. Especificar as funções e responsabilidades de cada membro da equipe.

Ex: Segurança do Trabalho: lidar com eventos de emergência na obra. Treinamento e Capacitação: Treinamento periódico do profissional de Segurança do trabalho e demais trabalhadores em procedimentos de resposta a emergências, primeiros socorros e uso de equipamentos de segurança. Garantir que todos os membros da equipe de emergência recebam treinamento adequado e estejam capacitados para atuar em situações de emergência.

4. Procedimentos de Resposta a Emergências

Procedimentos de Emergência: Definir procedimentos claros para responder as situações de emergência, incluindo a evacuação, o isolamento da área, primeiros socorros e comunicação.

Equipamentos de Emergência: Disponibilizar kits de primeiros socorros, extintores de incêndio e outros equipamentos necessários à resposta às situações de emergência

Treinamento de Emergência: Realização de simulações e treinamentos regulares em procedimentos de emergência.

Resgate: Planos detalhados de evacuação ou resgate, incluindo métodos e equipamentos, pontos de encontro seguros e procedimentos para contabilização de pessoas.

Primeiros Socorros: Disponibilidade de kits de primeiros socorros e treinamento em técnicas básicas de salvamento e cuidados médicos emergenciais.

Combate a Incêndio: Instruções para o uso de extintores, mangueiras de incêndio e outros equipamentos de combate a incêndios, bem como a designação de brigadistas.

Controle de Derramamentos: Procedimentos para contenção, limpeza e descarte seguro de substâncias perigosas derramadas.

Confinamento e Controle: Definir procedimentos para o confinamento e controle da emergência, como uso de equipamentos de contenção e supressão de incêndio.

Ação Externa: Coordenar com serviços externos, como bombeiros, serviços médicos de emergência e autoridades ambientais.

5. Comunicação

Estabelecer procedimentos claros para a comunicação durante uma emergência, incluindo:

Notificação Inicial: Procedimentos para a notificação inicial da emergência aos responsáveis e às autoridades competentes.

Contatos de Emergência: Lista atualizada de contatos de emergência, incluindo hospitais, corpo de bombeiros, polícia, e autoridades ambientais.

Plano de Comunicação Interna: Garantir que todos os trabalhadores saibam como comunicar uma emergência e a quem reportar.

Comunicação com a Comunidade: Estabelecimento de canais de comunicação para informar a comunidade local sobre incidentes e medidas de segurança.

Relatórios de Incidentes: Procedimentos para documentação, investigação e relato detalhado de incidentes, incluindo causas, ações tomadas e medidas de prevenção futuras.

6. Recursos e Equipamentos

Equipamentos de Segurança e Resgate: Disponibilidade e manutenção regular de equipamentos de proteção e resgate, extintores de incêndio, kits de primeiros socorros, barreiras de contenção, entre outros.

Veículos de Emergência: Disponibilidade de veículos adequados para transporte rápido em casos de evacuação ou necessidade médica urgente.

Locais de Abrigo: Identificação de locais seguros e adequados para abrigar trabalhadores e comunidade em caso de emergências prolongadas.

7. Treinamento e Simulações

Treinamentos Regulares: Programas contínuos de treinamento para todos os funcionários, cobrindo procedimentos de emergência específicos e uso de equipamentos.

Simulações de Emergência: Realização periódica de simulações e exercícios práticos de resposta a emergências para testar e melhorar a eficácia do plano.

8. Documentação e Relatórios

Manuais e Procedimentos: Desenvolvimento de manuais e guias detalhados sobre procedimentos de emergência.

Registro de Treinamentos e Simulações: Manutenção de registros de todos os treinamentos e simulações realizados, incluindo datas, participantes e resultados.

Relatórios de Emergência: Relatórios detalhados de todas as emergências, documentando a resposta, a investigação dos incidentes, as ações corretivas e as lições aprendidas.

9 Atualização e Revisão do Plano

Revisão Periódica: Revisar e atualizar o plano de resposta a emergências periodicamente, considerando mudanças nas atividades, novos riscos identificados e feedback das simulações.

Participação dos Trabalhadores: Envolver os trabalhadores na revisão e atualização do plano, garantindo que suas preocupações e sugestões sejam consideradas.

4.11 Plano de Comunicação e Engajamento Social

1. Introdução:

Estabelecer diretrizes para a comunicação efetiva e o engajamento social com as partes interessadas, visando à construção de relacionamentos positivos e à minimização de impactos sociais negativos.

Destacar a importância da comunicação e do engajamento social para o sucesso do projeto e a promoção de uma convivência harmoniosa com a comunidade local.

2. Mapeamento de Stakeholders

Identificação de Stakeholders: Mapeamento de todas as partes interessadas, incluindo moradores locais, empresas, autoridades municipais, organizações não-governamentais (ONGs), e outros grupos afetados.

Análise de Impacto: Avaliação de como cada grupo de stakeholders será afetado pelo projeto e quais são suas principais preocupações e interesses.

3. Estratégias de Comunicação

Planos de Comunicação: Desenvolvimento de um plano detalhado que aborde os diferentes meios e canais de comunicação apropriados e acessíveis para cada grupo de stakeholders, considerando as dificuldades dos grupos vulneráveis, com base na estratégia descrita no PEPI.

Meios de Comunicação: Utilização de diversos meios como reuniões presenciais, boletins informativos, comunicados de imprensa, redes sociais, e websites dedicados ao projeto.

Informação Transparente: Fornecimento regular de informações claras e transparentes aos usuários, moradores, população lindeira e terceiros sobre os aspectos inerentes à obra desde antes do seu início, divulgando a programação das obras e as suas necessidades (restrições temporais de acessos, etc.), o avanço das obras e programação de aberturas de novas frentes, necessidade de paralisação das obras, mudança de cronograma ou interrupção de tráfego, as medidas preventivas a serem adotadas para garantir a proteção ao meio ambiente, à população lindeira e usuários, além de informar os canais e meios de comunicação pelos quais a população poderá manifestar suas dúvidas, queixas e sugestões. Incluirá também informação sobre coleta seletiva, abandono de animais domésticos, entre outros, e publicidade ao processo de licenciamento ambiental.

4. Mecanismo de Reclamação.

Estabelecer, comunicar e deixar disponível à população afetada pelas obras um mecanismo pelo qual ela possa fazer questionamentos, sugestões, denúncias, queixas e reclamações, conforme especificado no PEPI. A Contratada divulgará os principais canais de reclamação organizados pelo Contratante que a população pode utilizar. Os cartazes de sinalização da obra indicarão claramente os canais de reclamação descritos.

Esse mecanismo deverá incluir a possibilidade de denúncias anônimas. O mecanismo de queixa deverá ser administrado de forma confidencial, todas as queixas e denúncias deverão ser avaliadas internamente e haverá um protocolo de resposta para o reclamante para acompanhamento do caso até seu encerramento. Uma planilha contendo os casos surgidos com as informações do processamento e resolução será apresentada à Fiscalização/Supervisão mensalmente.

O mecanismo de queixas deve ser capaz de receber e responder às queixas de exploração, abuso e assédio sexual (EAS/AS) e, conseqüentemente, a pessoa responsável pelo mecanismo de queixas da empreiteira deve ser treinada sobre como lidar com este tipo de queixa.

5. Gestão de Crises e Comunicação de Riscos

Planos de Comunicação de Crise: Preparação de planos de comunicação específicos para situações de emergência, garantindo que a comunidade seja informada rapidamente e de forma precisa.

Transparência em Incidentes: Comunicação transparente sobre incidentes graves envolvendo a comunidade local ou problemas que ocorram durante as obras, incluindo medidas corretivas e de mitigação adotadas.

6. Monitoramento e Avaliação

Indicadores de Desempenho: Definir indicadores para monitorar a eficácia das estratégias de comunicação e engajamento social.

Feedback Contínuo: Coletar feedback contínuo das partes interessadas para ajustar e melhorar as estratégias de comunicação.

4.12 Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS

1. Introdução

Estabelecer diretrizes e procedimentos para a gestão eficaz dos trabalhadores na obra, assegurando um ambiente de trabalho seguro, saudável e produtivo.

Destacar a importância da gestão dos trabalhadores para o sucesso do projeto e a promoção de um ambiente de trabalho positivo e seguro.

2. Contratação e Integração

Processo de Contratação: Definir critérios claros para a contratação de trabalhadores, assegurando que possuam as qualificações e competências necessárias.

Integração e Treinamento Inicial: Implementar um programa de integração para novos trabalhadores, incluindo treinamento sobre políticas de segurança, saúde, normas e procedimentos da obra.

3. Treinamento e Desenvolvimento

Desenvolver programas de treinamento contínuos para aprimorar as habilidades e conhecimentos dos trabalhadores, com foco em segurança, operação de equipamentos, técnicas de trabalho e gestão de riscos.

4. Saúde e Segurança no Trabalho

Política de Saúde e Segurança: Estabelecer uma política clara de saúde e segurança, com diretrizes para a prevenção de acidentes e doenças ocupacionais.

Equipamentos de Proteção Individual (EPIs): Garantir a disponibilização e o uso adequado de EPIs por todos os trabalhadores, conforme os riscos identificados na obra.

Inspeções de Segurança: Realizar inspeções regulares para identificar e corrigir condições inseguras e garantir a conformidade com as normas de segurança.

5. Procedimentos de Gestão de Mão de obra

O PGAS deverá incluir as diretrizes do Procedimentos de Gestão de Mão de Obra do Projeto, a ser fornecido pela Contratante. A contratada deverá seguir a legislação trabalhista brasileira, mantendo registro em carteira de trabalho e contrato de trabalho, incluindo os requisitos de idade mínima, jornada de trabalho, horas extras, licenças e férias, remuneração e descontos em folha, benefícios, tipo e/ou duração do contrato. As normas de Saúde e Segurança do trabalho deverão se aplicar a todos os trabalhadores, incluindo aqueles contratados como “Pessoa Jurídica” PJ

6. Código de Conduta (CdC)

A contratada deverá seguir e aplicar o Código de Conduta (CdC), que estabelece os valores e princípios éticos da conduta dos trabalhadores incluindo a prevenção à exploração, abuso e assédio sexual (EAS/AS). O CdC que será elaborado pela Contratada, deverá ser assinados por todos os trabalhadores envolvidos diretamente nas obras.

- A Contratada deve garantir que os requisitos nos CdCs sejam claramente compreendidos por aqueles que o assinam.
- Os colaboradores da obra devem ser sobre as obrigações de comportamento sob os CdCs.
- A Contratada deve divulgar os CdCs (incluindo ilustrações visuais) e discutir com funcionários e comunidades do entorno.

7. Exploração e Abuso Sexual / Assédio Sexual (EAS/AS)

A Contratada deve prever os seguintes procedimentos no Plano de Gestão dos Trabalhadores, quanto a EAS/AS:

- Fazer com que os trabalhadores do projeto e a comunidade local passem por **treinamento** sobre EAS/AS.
- Ter instalações separadas, seguras e de fácil acesso para mulheres e homens que trabalham no local. Os vestiários e/ou sanitários devem estar localizados em áreas separadas, bem iluminadas e incluir a possibilidade de serem trancados por dentro, conforme diretrizes da NR18.
- Exiba visivelmente placas ao redor do local do projeto (se aplicável) que sinalizem aos trabalhadores e à comunidade que o local do projeto é uma área onde o EAS/AS é proibido.
- Conforme apropriado, os espaços públicos ao redor dos locais de obra devem ser bem iluminados.

4.13 Plano de Extração de Cascalho

1. Introdução

Definir diretrizes e procedimentos para a extração de cascalho, assegurando a eficiência, segurança e conformidade ambiental das atividades.

Destacar a importância de um plano bem estruturado para garantir a execução adequada e segura da extração de cascalho e a proteção dos recursos naturais.

2. Planejamento e Preparação

Estudo de Viabilidade: Realizar estudos de viabilidade técnica e econômica para garantir a viabilidade da extração.

Licenciamento e Permissões: Obter todas as licenças e permissões necessárias para a extração de cascalho, incluindo licenças ambientais e de mineração.

Plano de Acesso e Logística: Definir o acesso à área de extração, o transporte do cascalho e a logística de operação.

3.Extração do cascalho:

Descrever os métodos de extração a serem utilizados,

Equipamentos Utilizados: Listar os equipamentos e maquinários a serem utilizados na extração, como escavadeiras, carregadeiras e caminhões.

4. Controle dos processos erosivos e contaminação dos cursos d'água

Plano de Controle de Poluição: Implementar medidas para controlar a poluição do ar, água e solo, incluindo sistemas de controle de poeira e gerenciamento de efluentes.

Proteção da Vegetação e Fauna: Garantir a proteção da vegetação nativa e da fauna local durante a extração, com medidas de mitigação adequadas.

Recuperação da Área: Desenvolver um plano para a recuperação da área após a conclusão da extração, incluindo a restauração da vegetação e a recuperação do solo.

5. Gestão de Riscos

Identificação de Riscos: Identificar e avaliar os riscos associados à extração de cascalho, como desmoronamentos, acidentes com equipamentos e exposição a substâncias perigosas.

Medidas de Controle de Riscos: Implementar medidas de controle para mitigar os riscos identificados e garantir a segurança dos trabalhadores e da área de extração.

4.14 Plano de Gestão de Implantação de Usina de Asfalto

1. Introdução

Estabelecer diretrizes e procedimentos para a implantação e operação de uma usina de asfalto, garantindo eficiência, segurança e conformidade ambiental.

Destacar a importância de um plano estruturado para assegurar o sucesso da implantação da usina de asfalto e minimizar impactos negativos.

2. Descrição do Projeto

Localização: Descrever a localização da usina de asfalto, incluindo o layout do terreno e as características geográficas.

Capacidade e Tipo de Usina: Detalhar a capacidade da usina, o tipo de tecnologia utilizada (e.g., usina de asfalto a quente, frio ou reciclado) e as especificações técnicas.

Objetivo da Usina: Explicar os objetivos da usina de asfalto, como fornecimento de material para obras de pavimentação e infraestrutura.

3. Planejamento e Preparação

Licenciamento e Permissões: Obter todas as licenças e permissões necessárias para a instalação e operação da usina, incluindo licenças ambientais e de construção.

Plano de Acesso e Logística: Definir o acesso ao local da usina, a logística de transporte de materiais e a infraestrutura necessária.

4. Implantação da Usina

Projeto e Layout: Desenvolver um projeto detalhado e um layout da usina, incluindo a disposição dos equipamentos, áreas de armazenamento e áreas operacionais.

Montagem e Instalação: Planejar e gerenciar a montagem e instalação da usina, incluindo a montagem dos equipamentos, construção das fundações e infraestrutura de suporte.

Teste e Comissionamento: Realizar testes e comissionamento dos sistemas para garantir que a usina esteja operando de acordo com as especificações e normas de segurança.

5. Operação da Usina

Procedimentos Operacionais: Estabelecer procedimentos operacionais para a produção de asfalto, incluindo controle de qualidade e operação dos equipamentos.

Manutenção e Inspeção: Implementar um plano de manutenção preventiva e corretiva para garantir o funcionamento contínuo e seguro da usina. Realizar inspeções regulares para identificar e corrigir problemas.

6. Controle Ambiental

Plano de Controle de Emissões: Implementar medidas para controlar as emissões de poluentes atmosféricos.

Gerenciamento de Resíduos: Estabelecer procedimentos para o gerenciamento e descarte adequado de resíduos gerados pela usina, incluindo resíduos de asfalto e materiais contaminados.

Proteção de Recursos Hídricos: Implementar medidas para prevenir a contaminação de recursos hídricos, como sistemas de drenagem e contenção de efluentes.

7. Segurança e Saúde Ocupacional

Política de Segurança e Saúde: Desenvolver uma política clara de segurança e saúde ocupacional, com diretrizes para a proteção dos trabalhadores e a prevenção de acidentes.

Equipamentos de Proteção Individual (EPIs): Garantir a disponibilização e o uso adequado de EPIs pelos trabalhadores, como capacetes, luvas, óculos de proteção e protetores auriculares.

Treinamento e Capacitação: Oferecer treinamento contínuo para os trabalhadores sobre segurança, operação de equipamentos e práticas de trabalho seguras.

8. Gestão de Riscos

Identificação e Avaliação de Riscos: Identificar e avaliar os riscos associados à operação da usina de asfalto, como riscos de incêndio, exposição a produtos químicos e falhas de equipamento.

Medidas de Controle de Riscos: Implementar medidas de controle para mitigar os riscos identificados e garantir a segurança dos trabalhadores e do ambiente.

9. Encerramento e Desativação

Planejamento de Encerramento: Desenvolver um plano para o encerramento das operações da usina, incluindo a desmontagem dos equipamentos e a limpeza do local.

Desativação e Reabilitação: Implementar medidas para a desativação e reabilitação do local, restaurando o terreno e a área ao seu estado original ou conforme acordado com as autoridades regulatórias.

10. Considerações Legais e Regulatórias

Assegurar que a licença ambiental para a usina de asfalto será providenciada antes desta ser montada e entrar em operação.

4.15 Plano de Emissão de Particulados

1. Introdução

Estabelecer diretrizes e procedimentos para controlar e reduzir as emissões de particulados durante as atividades da obra, garantindo a conformidade com as regulamentações ambientais e de saúde.

Destacar a importância de controlar as emissões de particulados para proteger a saúde pública e minimizar impactos ambientais.

2. Descrição do Projeto

Natureza das Atividades: Explicar as atividades da obra que geram particulados, como escavação, transporte de materiais, uso de equipamentos pesados, entre outros.

3. Identificação das Fontes de Particulados

Fontes Primárias: Identificar as principais fontes de emissão de particulados, como poeira gerada pela movimentação de solo e operações de britagem, e emissões de veículos e equipamentos.

Fontes Secundárias: Considerar fontes secundárias que possam contribuir para a emissão de particulados, como atividades de construção adjacentes e áreas de armazenamento de materiais.

4. Medidas de Controle de Particulados

Controle de Poeira na Fonte: Implementar medidas para reduzir a geração de poeira nas fontes, como uso de Água: Aplicar água para controlar a poeira em áreas de escavação, transporte e armazenamento.

Controle em Equipamentos e Veículos: Implementar medidas para reduzir a emissão de particulados de veículos e equipamentos, como:

- **Manutenção Regular:** Realizar manutenção regular em equipamentos e veículos para assegurar que estejam funcionando de forma eficiente e com mínima emissão.
- **Filtros e Equipamentos de Controle:** Utilizar filtros de ar e outros dispositivos de controle de emissões em equipamentos e veículos.

5. Procedimentos Operacionais

Procedimentos de Operação: Desenvolver e implementar procedimentos operacionais para a gestão de emissões de particulados, incluindo treinamento para os trabalhadores.

6. Saúde e Segurança

Política de Saúde e Segurança: Implementar uma política de saúde e segurança para proteger os trabalhadores da exposição a particulados, incluindo o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados.

Treinamento e Sensibilização: Oferecer treinamento contínuo para os trabalhadores sobre os riscos associados aos particulados e as práticas para minimizar a exposição.

7. Gestão de Conflitos e Comunicação

Comunicação com Partes Interessadas: Manter uma comunicação aberta com a comunidade local e outras partes interessadas sobre as medidas de controle de particulados e os resultados do monitoramento.

Gestão de Reclamações: Estabelecer um sistema para receber e gerenciar reclamações relacionadas a emissões de particulados, garantindo respostas rápidas e eficazes.

6.0 Monitoramento e Relatório Mensal

As empreiteiras devem estabelecer um sistema de monitoramento contínuo e frequente da aplicação das medidas de controle listadas acima, envolvendo a liderança da obra e o time social e ambiental. Esse monitoramento deve ser feito, no mínimo, semanalmente e documentado em relatórios individuais. Todas as não conformidades devem ser acompanhadas até a sua resolução. Esses relatórios devem estar disponíveis às equipes de supervisão do contrato.

As empresas contratadas deverão elaborar e enviar mensalmente um relatório de desempenho de Meio Ambiente Saúde e Segurança Ocupacional descrevendo as principais medidas adotadas para mitigar os impactos das obras. A contratada deverá reportar também a taxa de frequência e severidade dos Incidentes, os incidentes graves e situações de emergência, o número de inspeções do local de trabalho realizadas no período, as não conformidades resolvidas e ainda em andamento, as queixas dos trabalhadores e da comunidade.

A empresa contratada ou empreiteira deverá reportar imediatamente à UCP (e a UCP ao Banco Mundial) os seguintes acidentes/incidentes: fatalidade, atos de violência/protesto, surtos de doença, casos de despejo ou reintegração de posse sem o devido processo legal, casos de trabalho infantil ou trabalho forçado, impactos inesperados aos recursos da biodiversidade, incidente de poluição ambiental, e qualquer outro incidente ou acidente que possa ter um efeito adverso significativo sobre o meio ambiente, comunidades afetadas ou trabalhadores. A empresa contratada ou empreiteira também deverá reportar incidentes de exploração, abuso e assédio sexual, e de discriminação ou violência com base na orientação sexual e identidade de gênero.

ANEXO 3

Modelo de Relatório de Desempenho Socioambiental da Construtora

LOGOMARCA DA CONSTRUTORA

RELATÓRIO SOCIOAMBIENTAL

Obras de Restauração e Manutenção dos trechos.....

Mês – Ano

Cidade – Estado

1. INTRODUÇÃO

2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIOAMBIENTAIS DESENVOLVIDAS

2.1. Instrumentos de Gerenciamento de Riscos – Cumprimento das Atividades de Implantação

Instrumento	Evento / Atividades	Datas	Envolvidos	Resultados	Medidas Mitigadoras acaso ocorrentes
1. Plano de Remoção da Vegetação Lindeira					
2. Plano de Controle de Processos Erosivos e Contaminação dos Cursos d'Água					
3. Gestão de Produtos Químicos Perigoso					
4. Plano de Desvio e Controle de Tráfego					
5. Programa de Gestão de Áreas de Empréstimo e Bota-fora					
6. Plano de Gerenciamento de Resíduos					
7. Plano de Controle de Ruídos e Vibrações					
8. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD					
9. Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) de Saúde e Segurança Ocupacional					
10. Plano de Resposta a Emergências					
11. Plano de Comunicação e Engajamento Social					
12. Gestão dos trabalhadores, Código de Conduta e Plano de Prevenção de EAS/AS					
13. Plano de Gestão Ambiental para Áreas de Extração de Cascalho					

14. Plano para Gestão Ambiental para Usinas de Asfalto					
15. Plano de Emissão de Particulados					
Horas de Treinamento / mês					

2.2 Detalhamento das ocorrências socioambientais surgidas no mês, as soluções adotadas e o andamento das ações de mitigação

Ocorrência Socioambiental	Data	Solução adotada	Andamento das ações de mitigação	Registro Fotográfico

3. NÃO CONFORMIDADES APONTADAS SUPERVISORA SOCIOAMBIENTAL – SITUAÇÃO

Não Conformidades registradas			
Aberta	Pendente	Solucionada	Observações
Registro Fotográfico			

4. GERENCIAMENTO DE ACIDENTES E INCIDENTES

4.1 Acidentes e Incidentes de Trabalho

Índices de Acidentes e Incidentes com colaboradores da obra

Índices de Acidentes / Incidentes	
Nº de acidentes sem afastamento/1,000,000 horas trabalhadas	
Nº de acidentes com afastamento/1,000,000 horas trabalhadas	
Nº de acidentes graves (com fatalidades ou hospitalização)/1,000,000 horas trabalhadas	
Nº de Incidentes / 1,000,000 horas trabalhadas	

4.2 Acidentes e Incidentes nos trechos das obras mas sem envolvimento com colaboradores

Acidentes / Incidentes nos trechos das obras	
Nº de Acidentes / Incidentes graves / mês	
Nº de Acidentes / Incidentes não graves / mês	



The World Bank

Registro Fotográfico



AÇÕES DE RESPOSTA AO INCIDENTE

Status de Resolução	Urgência de Resposta em Campo	
☐ Resolvido	☐ Necessidade de resposta imediata	
☐ Em Andamento	☐ Resposta não imediata	☐ Outro (explicar na descrição)
Descrição da Resposta ao Evento / Incidente		
Recorrência de Eventos / Incidentes Semelhantes?		
☐ Não ☐ Sim Quantidade de Vezes: _____		

IMPACTO AO PROJETO

O evento afeta a execução da obra?	Há necessidade de recursos especializados adicionais para investigar, avaliar e resolver o evento?		
☐ Sim ☐ Não	☐ Sim	☐ Não	☐ Outro (explicar nas considerações)
Considerações			



ANEXOS

Boletim de Ocorrência – BO, entre outros

5. RESUMO DAS ATIVIDADES DO MÊS DA GESTÃO DE MANIFESTAÇÕES

Nome do Manifestante	Teor da Manifestação	Resposta dada ao Manifestante	Ações tomadas no mês	Situação atual (pendente/encerrada)

6. AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIOAMBIENTAIS DESENVOLVIDAS

6.1. Aspectos facilitadores

6.2. Aspectos dificultadores

6.3. Alternativas de Solução

6.4. Resultados obtidos / outras considerações

7. REGISTROS (ANEXOS)

	Anexo		Anexo
x	Relatório Fotográfico		Contatos de Emergência
x	Lista de presença dos eventos (DSMS, DSS, Treinamentos, etc.)	x	Relação de Contratação de mão de obra local
x	Fichas de EPIs		Relatórios de Incidentes ambientais
x	Termo de Autorização do Proprietário	x	Planilha de Monitoramento de Alojamentos
	Planilha de Mecanismo de Queixas		Outros

8. AÇÕES PREVISTAS E NÃO REALIZADAS

Descrição das ações /atividades	Justificativa	Previsão para realização (estabelecer data)

9. PROPOSIÇÃO DE NOVAS AÇÕES

Ações /Atividades propostas	Objetivo	Período Previsto

10. CONCLUSÃO

11. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

12. ANEXOS

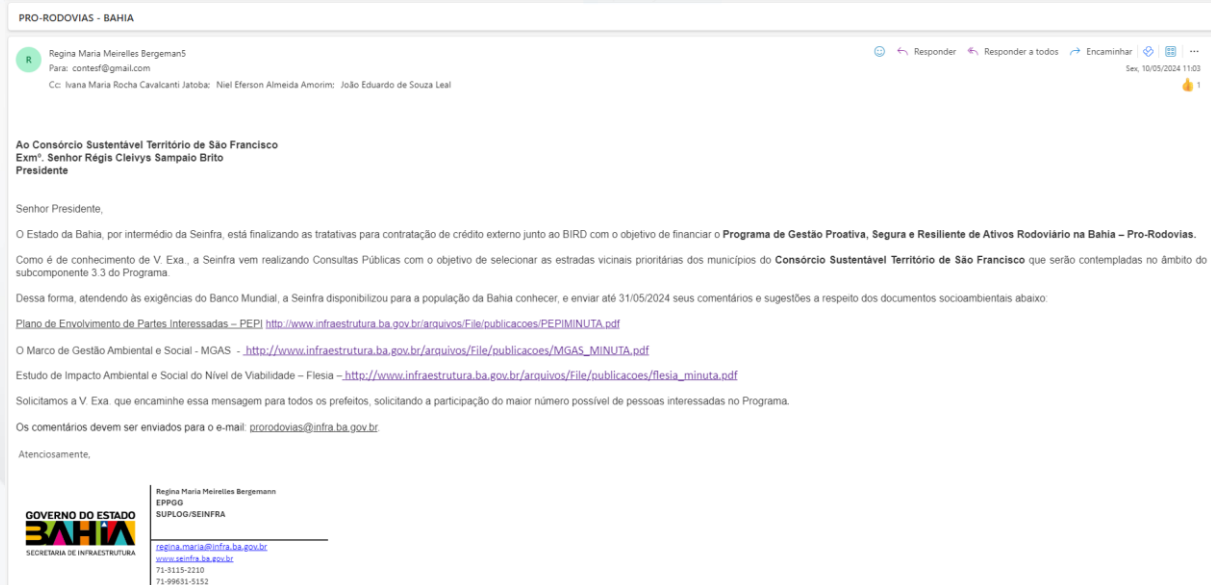
ANEXO 4

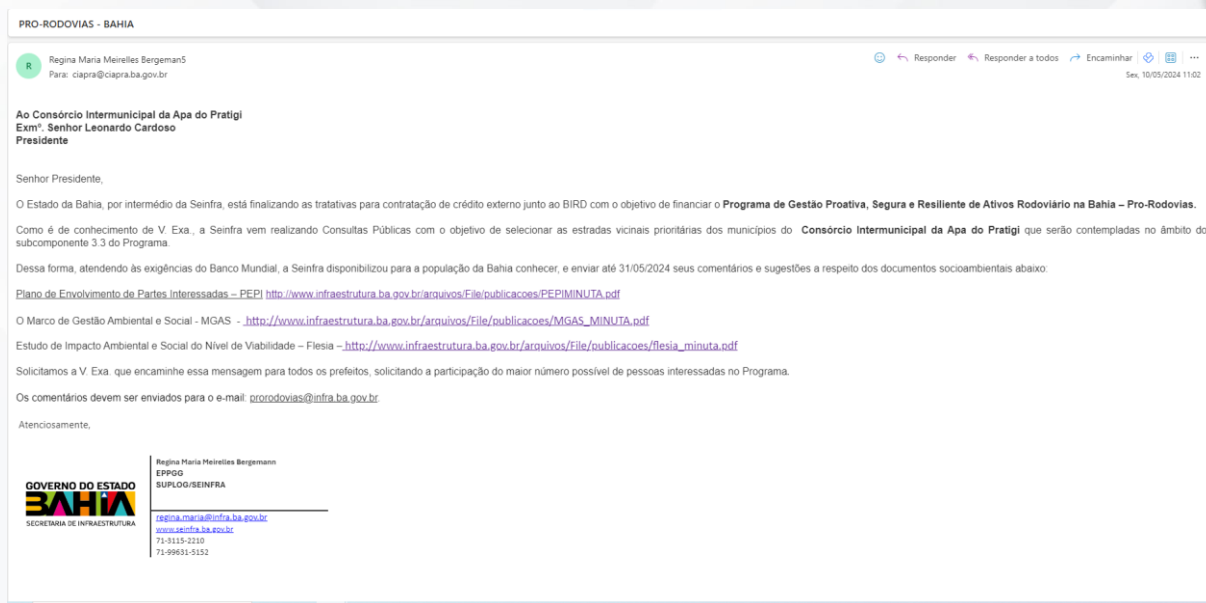
Entre os dias 16/04/2024 e 17/06/2024, a minuta do **Plano de Envolvimento de Partes Interessadas – PEPI** foi disponibilizado na página institucional da Seinfra-BA (www.seinfra.ba.gov.br), para conhecimento e envio de sugestões da comunidade em geral. Questionou-se, em especial, sobre se as partes afetadas e interessadas no programa foram corretamente identificadas e se os meios propostos para informá-las e consultá-las a respeito do programa estão adequados.

Também foram divulgados, durante o mesmo período e no mesmo local (www.seinfra.ba.gov.br), para manifestação da população, o **Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS** e o **Estudo de Impacto Ambiental e Social do Nível de Viabilidade (do inglês Feasibility Level Environmental and Social Impact Assessment/FLESIA)** com o objetivo de assegurar de que os riscos e impactos ambientais e sociais do projeto foram adequadamente identificados e que as medidas propostas para sua prevenção ou mitigação são adequadas e suficientes.

A imagem apresenta duas capturas de tela de uma página web do governo do Estado da Bahia, especificamente da Secretaria de Infraestrutura. A primeira captura, no topo, mostra o menu lateral com opções como INÍCIO, WEEMAIL, INSTITUCIONAL, NOTÍCIAS, FOTOS, INFOGRÁFICOS, ÁUDIOS, VÍDEOS, TV WEB, INTRANET, SERVIÇOS, PUBLICAÇÕES, MAPAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, TRANSPARÊNCIA, PSEMAR 2, FALE CONOSCO e LINKS ÚTEIS. O conteúdo principal está sob o título "PRO-RODOVIAS" e trata do "Plano de Envolvimento de Partes Interessadas - PEPI". O texto explica que a Lei Estadual nº 14.524, de 15 de setembro de 2022, autorizou o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD para aplicação no Programa de Gestão Proativa, Segura e Resiliente de Ativos Rodoviários na Bahia - Pro-Rodovias, sob a liderança do Ministério dos Transportes. O objetivo principal é ampliar o acesso da população baiana a oportunidades econômicas mediante a melhoria das condições de tráfego, segurança viária e resistência climática da malha rodoviária. Este objetivo será alcançado por meio da execução de quatro componentes: 1) manutenção proativa com CREMA/PCs de longo prazo (8 a 25 anos); 2) fortalecimento institucional para a sustentabilidade da gestão de ativos rodoviários, segurança rodoviária, resiliência climática, inclusão social e descarbonização da logística; 3) melhoria de estradas estaduais e municipais não pavimentadas e outras infraestruturas de transportes; 4) gerenciamento de projetos. A segunda captura de tela, abaixo, foca no "Marco de Gestão Ambiental e Social - MGAS e Estudo de Impacto Ambiental e Social do Nível de Viabilidade - Flesia". O texto detalha que o Marco de Gestão Ambiental e Social - MGAS e o Estudo de Impacto Ambiental e Social do Nível de Viabilidade (do inglês Feasibility Level Environmental and Social Impact Assessment/FLESIA) aqui disponibilizados são textos em preparação e sua divulgação neste momento tem por objetivos assegurar de que os riscos e impactos ambientais e sociais do projeto foram adequadamente identificados e que as medidas propostas para sua prevenção ou mitigação são adequadas e suficientes. O MGAS foi elaborado com o objetivo de identificar os possíveis riscos e impactos ambientais e sociais relacionados às atividades abrangidas por todos os componentes do Programa Pro-Rodovias, com exceção do subcomponente 3.1 (projeto e construção de contornos viários). Além disso, o MGAS propõe medidas de gestão para lidar com esses riscos e impactos de maneira eficaz. O FLESIA, por sua vez, teve por objetivo realizar uma avaliação abrangente dos potenciais riscos e impactos dos Projetos de Contorno Rodoviários (subcomponente 3.1) nos quatro municípios selecionados (Nazaré, Valença, Ituberá e Camamu), indicando os processos futuros para avaliar com maior detalhe os impactos diretos e indiretos das intervenções, garantir o cumprimento das regulamentações sociais e ambientais e considerar os instrumentos necessários na avaliação de traçados e alternativas, bem como indicar abordagens para a gestão ambiental e social das obras a serem realizadas. Nesse contexto, a Secretaria de Infraestrutura - Seinfra disponibiliza estes documentos à população, solicitando feedback sobre as seguintes questões: 1. O MGAS e o FLESIA identificam de forma precisa os riscos e impactos socioambientais associados à execução das respectivas atividades do Programa? 2. As medidas de gestão propostas no MGAS e no FLESIA para prevenir, reduzir ou mitigar os possíveis riscos e impactos considerados estão adequadas? Esta consulta faz parte do processo de envolvimento com as partes interessadas no Programa e permanecerá em aberto até o dia 31 de maio de 2024. Envie seus comentários para o e-mail: prorodovias@infra.ba.gov.br. A página também inclui links para imprimir, compartilhar, voltar e início. No rodapé, há o logotipo do GOVERNO DO ESTADO BAHIA, o endereço da Secretaria de Infraestrutura (4ª Avenida, 440 - CAB, CEP 41.745-002 - Salvador - Bahia, horário de funcionamento 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h) e o aviso de que o conteúdo está publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-Compartilhamento 3.0 Brasil.

Como parte do processo de consulta às partes interessadas, também foram encaminhados, sem resposta, e-mails aos presidentes dos consórcios intermunicipais que serão atendidos pelas atividades do Programa, a saber: o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina, o Consórcio Sustentável Território de São Francisco e o Consórcio Intermunicipal da Apa do Pratigi, conforme transcritos abaixo.





Contudo, durante todo o período em que a consulta esteve aberta, e mesmo considerando os esforços de divulgação ativa dos documentos para partes diretamente afetadas pelas atividades do projeto, foram recebidos apenas e-mails institucionais, e nenhuma manifestação foi registrada.